AEGON Santander SEGUROS DE VIDA

VIDA

RELATÓRIO E CONTAS

AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA

2018

RELATÓRIO E CONTAS

AEGON SANTANDER PORTUGAL VIDA

2018

AEGON

Santander

SEGUROS DE VIDA

VIDA

Senhores Acionistas

Nos termos da Lei e dos Estatutos, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A.

ÍNDICE

01

05 RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

01.01

06 Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado

01.02

08 Governação da Sociedade

08 Estrutura e Modelo de Governo
11 Estrutura Acionista
12 Órgãos Sociais
12 Código de Conduta
13 Política de Remunerações

01.03

14 Enquadramento da Atividade

14 Cenário Macroeconómico
23 Mercado de Seguros em Portugal

01.04

26 Análise de Gestão

26 Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno
28 Síntese de Indicadores
28 Atividade Comercial
29 Gestão de Ativos
30 Custos e Gastos por Natureza a Imputar
30 Recursos Humanos e Formação
31 Capital Próprio e Margem de Solvência

01.05

32 Perspetivas para 2019

01.06

33 Proposta de Aplicação de Resultados

01.07

34 Nota Final

02

37 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

03

96 RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

01

01

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

01.01
Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado

01.02
Governação da Sociedade

01.03
Enquadramento da Atividade

01.04
Análise de Gestão

01.05
Perspetivas para 2019

01.06
Proposta de Aplicação de Resultados

01.07
Nota Final

01.01

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado

2018 foi um ano de elevada *performance* e de orgulho para a Aegon Santander Portugal Vida. Na prossecução da nossa missão com otimismo e num contexto desafiante que apelou às nossas competências, os resultados que produzimos refletem o nosso impacto social positivo e criam valor para todos os nossos *stakeholders*.

A Aegon Santander Portugal foi fundada, no final de 2014, com a missão proteger as pessoas, cuidar daquilo que lhes é mais precioso – saúde, família e bens – desenvolvendo esta visão no âmbito de aliança estratégica entre os Grupos Aegon e Santander.

Atuando no segmento de proteção dos riscos de vida e invalidez, aliado a um conjunto alargado de coberturas complementares, as soluções da Companhia, continuaram a merecer a confiança dos clientes, materializando-se num aumento de 9% e 17% do número de apólices em vigor e capitais seguros, respetivamente. Este crescimento encontra-se assente num *mix* de produtos distinto do passado, refletindo a estratégia de diversificação de produtos, o valor do novo negócio e capacidade de distribuição do Banco Santander.

Neste quarto ano de atividade operacional, a Aegon Santander Portugal e os seus parceiros de negócio trabalharam em conjunto para ajudar um número crescente de famílias e empresas a lidar com alguns dos maiores desafios que se colocam na sociedade atual, tendo apoiado os seus clientes num volume de sinistros de seguro direto de 8,8 milhões de euros (+ 28% face a 2017).

A qualidade da atividade de subscrição e estratégia de gestão de riscos, traduziu-se, em 2018, numa redução de 66% do saldo global de resseguro cedido.

Adicionalmente, as decisões tomadas em 2017 no âmbito do plano tecnológico, aliadas a outras inovações e alterações implementadas com vista à eficiência operacional e qualidade nos serviços internos e externos, permitiram uma estabilização dos custos de funcionamento e tornar a organização globalmente mais ágil.

Em consequência da *performance* obtida em cada uma das componentes acima descritas, em 2018, a Companhia obteve um aumento de resultados de 97% face a 2017, situando-se em 12,3 milhões de euros (2017: 6,2 milhões de euros) e um retorno[1] de 73% (2017: 37%).

[1] Resultado líquido / Capital próprio + Prémio de emissão

A nossa cultura de inclusão, na qual o contributo de todos é valorizado, é um requisito de negócio. A diversidade de ideias e experiências ajuda-nos a entender as necessidades da crescente base de clientes, desenvolver soluções inovadoras e promover uma execução eficiente.

Continuamos a privilegiar a geração de capital e retorno para os acionistas, mantendo posições de solvência e liquidez que protejam a companhia contra a volatilidade e oferecendo segurança e flexibilidade para perseguir novas oportunidades de investimento e expansão.

Neste âmbito, no final de 2018, a Aegon Santander Portugal Vida e os seus acionistas (Aegon Spain Holding e Santander Totta Seguros) assinaram um acordo para a transferência de uma unidade de negócio autónoma, composta por 34 milhares apólices de seguro vida risco comercializadas pela Eurovida, Companhia de Seguros de Vida, S.A (fusionada com a Santander Totta Seguros, S.A. em outubro de 2018). A incorporação desta unidade de negócio na Aegon Santander Portugal Vida concretizar-se-á em 2019, tendo a Companhia já procedido à liquidação total deste investimento, no montante de 7,8 milhões de euros.

Este acordo surge na sequência da aquisição do Banco Popular Portugal pelo Banco Santander Totta e da aquisição associada da Eurovida pela Santander Totta Seguros e vem reforçar a aliança entre os Grupos Aegon e Santander, sendo uma alavanca adicional de crescimento para a *joint venture* constituída em 2014.

A capacidade da Aegon Santander Portugal cumprir com todos os seus compromissos para com os clientes e restantes *stakeholders* depende do talento e conhecimento dos seus colaboradores. A nossa cultura de inclusão na qual o contributo de todos é valorizado é um requisito de negócio. A diversidade de ideias e experiências ajuda-nos a entender as necessidades da crescente base de clientes, desenvolver soluções inovadoras e promove uma execução eficiente.

Mais uma vez, em 2018, os colaboradores da Aegon Santander Portugal mantiveram o seu compromisso com a Comunidade e suportaram várias ações de apoio a instituições de solidariedade social, integrando a nossa responsabilidade social com a atividade global da empresa.

Confirmando a adequação das políticas de recursos humanos definidas pela Companhia, pelo terceiro ano consecutivo, a Aegon Santander Portugal está entre as 100 Melhores Empresas para Trabalhar em Portugal (estudo anual elaborado pela revista *Exame* em parceria com a consultora Everis e a AESE *Business* School).

Olhando para o futuro, continuamos confiantes de que as nossas vantagens competitivas, que já deram provas no passado, – qualidade do *mix* de negócio estratégico, forte solidez financeira, estratégia e missão consistentes e as nossas equipas – permitir-nos-ão continuar a entregar resultados distintivos e criar valor de longo prazo.

Obrigado pela confiança e interesse na nossa Companhia, na nossa Missão e nos nossos Colaboradores. Será com entusiasmo que continuaremos a partilhar o nosso progresso no futuro.

Tomás Alfaro
Presidente do Conselho de Administração

Tiago do Couto Venâncio
Administrador Delegado

01.02

Governação da Sociedade

Na sua génese estão princípios como a transparência, integridade, responsabilidade e um processo de decisão consensual e fundamentado.

Estrutura e Modelo de Governo

A Companhia está dotada de um sistema de governação composto por uma estrutura organizacional adequada e transparente, em que as suas responsabilidades estão devidamente definidas e segregadas, e um sistema de transmissão de informação eficaz.

Este sistema foi definido com base na natureza, dimensão e complexidade das atividades e dos riscos da Companhia, assegurando uma gestão sã e prudente da atividade e do capital, por forma a garantir um nível de excelência no serviço prestado aos clientes, bem como na relação com os diversos *stakeholders*.

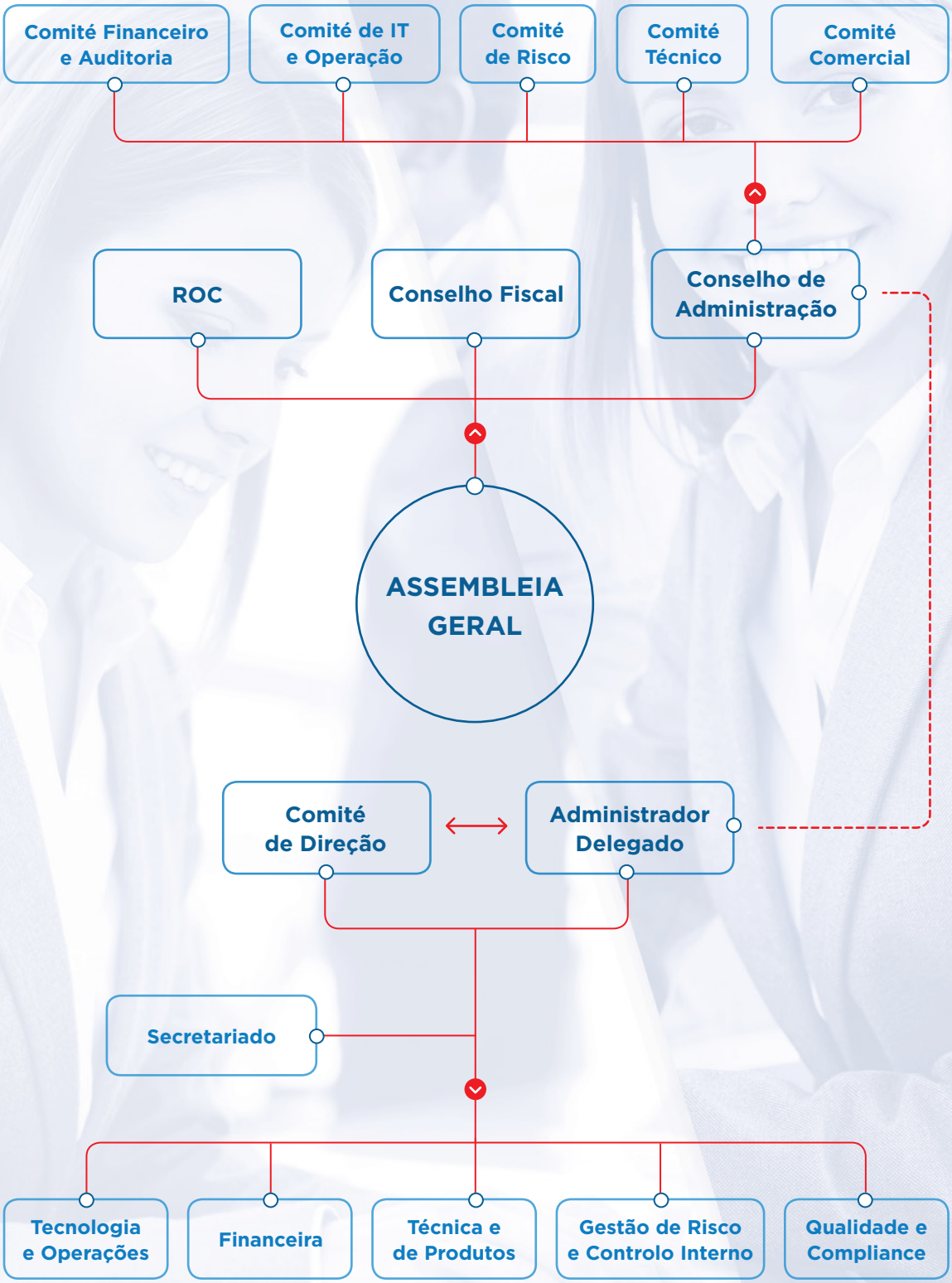
Na sua gênese estão princípios como a transparência, integridade, responsabilidade e um processo de decisão consensual e fundamentado.

Os Acionistas deliberam nos termos da lei, designadamente, através de Assembleias Gerais convocadas pelo Conselho de Administração ou por qualquer Acionista titular de mais de 5% do capital da Sociedade. Assim, pelo menos uma vez por ano, a Assembleia Geral de Acionistas reúne ordinariamente, no prazo de três meses após a data de encerramento do exercício. Compete-lhe deliberar sobre o relatório de gestão de contas do exercício anterior, sobre a proposta de aplicação de resultados e proceder à apreciação geral da administração da Companhia e às eleições que, legal e estatutariamente, lhe sejam atribuídas ou que eventualmente se tornem necessárias.

O Conselho de Administração assegura a administração de todos os negócios e interesses da Companhia. Este conselho é composto por oito Administradores, entre os quais um Administrador Delegado responsável pela gestão corrente. O mandato dos membros é de quatro anos e reúne trimestralmente ou sempre que o interesse da Companhia o exija. Delibera por maioria absoluta dos votos dos Administradores presentes ou representados, tendo o Presidente voto de qualidade em caso de empate. Existem no entanto matérias que requerem aprovação por maioria qualificada de pelo menos dois terços dos Administradores (não existindo para este efeito voto de qualidade do Presidente). Entre outras, destacam-se: aprovação do plano estratégico, plano de negócios e orçamento anual; concessão ou obtenção de garantia, empréstimos, linhas de crédito ou outras formas de financiamento, investimentos em ativos de capital que não resultem do curso normal da atividade, modificação dos princípios e práticas contabilísticas, e participação em qualquer forma de *joint venture*, aliança estratégica ou operações similares.

Organograma

A estrutura de governo da Companhia está representada no seguinte organograma:



Por sua vez, compete ao Conselho Fiscal a fiscalização da Companhia. Este conselho é composto por três membros efetivos e um suplente, sendo estes eleitos em Assembleia Geral por um período de quatro anos, reelegíveis por uma ou mais vezes. Tem como principais competências verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas, verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela entidade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados, elaborar anualmente relatório sobre a sua ação fiscalizadora e emitir parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas.

Mediante proposta do Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas é designado em Assembleia Geral por um período de três anos. Compete-lhe assegurar a total transparência e fiabilidade da informação contabilística da Companhia e do seu controlo financeiro interno. Tem como responsabilidade conferir a conformidade das contas com o estipulado pelas normas técnicas aprovadas ou reconhecidas pela Ordem dos Revisores de Contas (OROC), emitindo, após a revisão ou auditoria de contas, uma certificação legal das mesmas, documentando a sua opinião sobre a situação financeira, os resultados das operações e os fluxos de caixa da Sociedade.

Adicionalmente, os Comités apresentados no organograma funcionam como órgãos de coordenação e suporte à comunicação entre Acionistas e ao processo de tomada de decisão. São órgãos consultivos aos quais compete analisar as diversas temáticas apresentadas e emitir recomendações ao Conselho de Administração. Cada Comité é constituído por cinco membros, designadamente, o Administrador Delegado da Companhia e dois representantes de cada Acionista. As suas principais responsabilidades são:

- **Comité Técnico:** analisar relatórios e propostas referentes à política de desenvolvimento de produtos e *pricing*, à análise técnica dos processos de subscrição e gestão de sinistros, a controlos atuariais, à estratégia de resseguro e ao controlo do *Business Plan*;

- **Comité de Risco:** avaliar e supervisionar os diferentes riscos face à capacidade e tolerância estabelecidos, analisar e monitorizar os níveis de capitalização e solvência, devendo alertar o Conselho de Administração relativamente a possíveis desvios. Adicionalmente deve propor e monitorizar as políticas de risco da Companhia e acompanhar e avaliar o sistema de controlo interno. Neste fórum são também apresentados e analisados os diferentes temas referentes à qualidade e à verificação do cumprimento

- **Comité Comercial:** analisar relatórios e propostas relativamente à supervisão da evolução dos objetivos comerciais integrados no *Business Plan* da Companhia, da estratégia comercial de curto, médio e longo prazo e dos planos comerciais. Deve apresentar ao Conselho de Administração o *Business Plan* para os próximos cinco anos, bem como planos estratégicos;

- **Comité de Auditoria e Financeiro:** analisar relatórios e propostas referentes à informação económico-financeira, destacando-se a análise de resultados, o comportamento das diversas rubricas face aoprevisto, à definição e monitorização do orçamento da Companhia, ao cumprimento ao nível do reporte regulamentar e à monitorização dos trabalhos de auditoria;

- **Comité de IT e Operações:** analisar relatórios e propostas relativamente à gestão operacional, aos serviços prestados por entidades externas e investimentos em tecnologia. Deve monitorizar os níveis de serviço operativos e tecnológicos, as incidências com clientes e rede de balcões. Além disso, analisa e aprova os modelos operativos, bem como os custos tecnológicos e operativos previstos em coordenação com outros comités.

Na sua gestão regular, para além do Administrador Delegado e do Comité de Direção, a estrutura da Companhia integra ainda uma área de Secretariado e cinco Direções, nomeadamente:

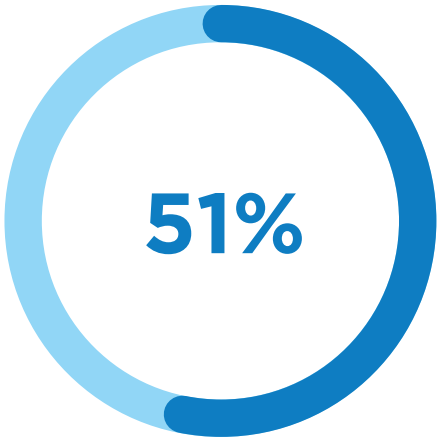
- Direção de Tecnologia e Operações;
- Direção Financeira;
- Direção de Qualidade e *Compliance*;
- Direção Técnica e de Produtos;
- Direção de Gestão de Risco e Controlo Interno.

O processo de decisão contempla um Comité de Direção constituído pelo Administrador Delegado e pelos Diretores das diversas áreas da Companhia. O referido Comité reúne com uma periodicidade mensal, sendo posteriormente lavradas atas, refletindo os principais pontos discutidos e as decisões tomadas. Assim, os Diretores de cada uma das cinco Direções, em conjunto com o Administrador Delegado, constituem as pessoas que dirigem efetivamente a Companhia.

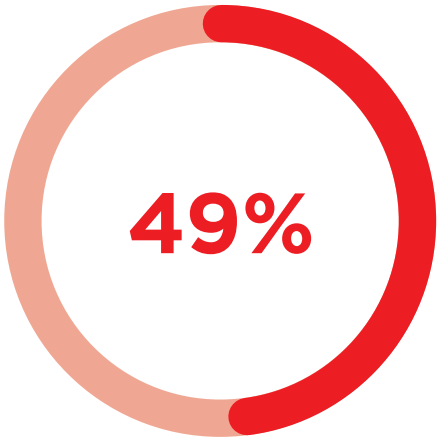
No cumprimento da Norma Regulamentar N.º 3/2017, de 18 de maio, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), o Conselho de Administração desta entidade, em reunião realizada no dia 9 de novembro de 2017, deliberou proceder ao registo das pessoas que dirigem efetivamente a empresa, a fiscalizam ou são responsáveis por funções chave e do atuário responsável. Em 2018, não se verificaram alterações relativamente à estrutura organizacional da Companhia, mantendo-se o referido registo em vigor.

Estrutura Acionista

Participação (%)



Aegon Spain Holding B.V.



Santander Totta Seguros, S.A.

Órgãos Sociais

Assembleia Geral

António Miguel Terra da Motta
Presidente

Alexandre Jardim
Secretário

Conselho de Administração

Tomás Alfaro Uriarte
Presidente

Nuno Miguel Frias Costa
Vice-presidente

Tiago Filipe Martins do Couto Venâncio
Administrador Delegado

Borja Borrero Mayora

Francisco del Cura Ayuso

Horacio Centeno García[2]

José Ramon Azurmendi Ubarrechena[2]

Pedro Brandão de Mello e Castro

Conselho Fiscal

José Duarte Assunção Dias
Presidente

António Baia Engana
Vogal

Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço
Vogal

José Luís Areal Alves da Cunha
Suplente

Revisor Oficial de Contas

PricewaterhouseCoopers & Associados Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.,
representada por Carlos Manuel Sim Sim Maia
ou José Manuel Henriques Bernardo

Código de Conduta

Os valores, princípios gerais e as regras de conduta aplicáveis a todos os colaboradores encontram-se refletidos no código de conduta da Companhia. Este código tem por base valores de honestidade, respeito e responsabilidade, promovendo um elevado nível de excelência na relação com os clientes, parceiros, fornecedores e restantes *stakeholders*.

Como tal, no código de conduta estão definidos os princípios éticos gerais pelos quais a Companhia se rege e que constituem os pilares fundamentais nos quais assenta a sua atividade:

- Igualdade de oportunidades e não discriminação;
- Respeito para com as pessoas;
- Conciliação do trabalho com a vida pessoal;
- Prevenção de riscos laborais;
- Proteção do meio ambiente e políticas de responsabilidade social e ambiental;
- Direitos coletivos.

Refira-se que o código de conduta encontra-se divulgado no sítio da internet da Companhia e é disponibilizado a cada novo colaborador, assegurando o entendimento dos diversos princípios e artigos que o compõem.

[2]Em processo de autorização por parte da ASF

Política de Remunerações

As políticas de remuneração têm como principal objetivo o estabelecimento de parâmetros de remuneração adequados que motivem o elevado desempenho individual e coletivo e que permitam estabelecer e atingir metas de crescimento da Companhia, representando bons resultados para os seus Acionistas.

Tanto a política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização da Sociedade, bem como a política de remunerações dos colaboradores estão na sua globalidade em linha com os princípios ínsitos no capítulo I da Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, emitida pela ASF, pautando-se pela simplicidade, transparência e adequação aos objetivos de médio e longo prazo da Companhia.

As políticas em vigor foram ambas aprovadas pelo Conselho de Administração em novembro de 2017. Sendo que a política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização foi também aprovada pela Assembleia Geral em dezembro do mesmo ano.

Durante o ano de 2018 não se identificou a necessidade de alterar as referidas políticas, encontrando-se as versões em vigor publicadas no *website* da Companhia.

No entanto, no final de 2018, de modo a cumprir os requisitos de avaliação anual do cumprimento das políticas, a Companhia emitiu e publicou no seu *website* a declaração de cumprimento do n.º. 1 do artigo 4.º da Norma n.º 5/2010-R, de 1 de abril da ASF, com a indicação discriminada das recomendações adotadas e não adotadas contidas na Circular n.º 6/2010, de 1 de abril, da ASF.

Na definição das referidas políticas de remunerações não foram utilizados serviços de consultores externos.

Os princípios gerais orientadores da fixação das remunerações são os seguintes:

- Simplicidade, clareza e transparência, alinhados com a cultura da Sociedade;
- Consistência com uma gestão de risco e controlo eficaz para evitar a exposição excessiva ao risco e aos conflitos de interesses, por um lado, e procurando a coerência com os objetivos, valores e interesses de longo prazo da Sociedade e seus colaboradores, assim como dos interesses dos seus clientes e investidores, por outro;
- Competitividade, tendo em consideração as práticas do mercado e equidade, sendo que a prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados;
- Alinhamento com as melhores práticas e tendências recentes no setor financeiro, a nível nacional e internacional, com o objetivo último de desincentivar a exposição a riscos excessivos e promover a continuidade e sustentabilidade dos desempenhos e resultados positivos, nomeadamente: I) a criação de limites máximos para as componentes da remuneração que devem ser equilibradas entre si; II) o diferimento no tempo de uma parcela da remuneração variável;
- Apuramento da remuneração variável individual considerando a avaliação do desempenho respetivo (em termos quantitativos e qualitativos), de acordo com as funções e o nível de responsabilidade, assim como dos resultados da Sociedade, também por comparação com outras entidades internacionais do setor.

Ambas as políticas, bem como a declaração de cumprimento nos termos previstos no Artigo 4.º da Norma 5/2010 R, de 1 de abril, da ASF, se encontram publicadas no sítio da internet da Companhia.

01.03

Enquadramento da atividade

As projeções para as economias emergentes, a nível agregado, não sofreram alterações de relevo, mantendo-se um ritmo de expansão saudável, com a desaceleração em algumas economias ou regiões a ser compensada pela dinâmica de outras.

Cenário Macroeconómico

Internacional

A economia mundial, em 2018, manteve um ritmo de crescimento dinâmico, prolongando a trajetória de recuperação do período pós-crise. Contudo, evidenciou também sinais de moderação, seja porque o ciclo económico começa a atingir uma fase de maturidade, seja porque alguns dos riscos económicos já identificados se começam a materializar, como sejam as tensões comerciais e a proximidade do *Brexit*.

Esta desaceleração foi incorporada nas mais recentes projeções do Fundo Monetário Internacional, que, na atualização de janeiro de 2019 do *World Economic Outlook*, reviu o crescimento estimado, em 2018, para 3,7% [0,2pp face ao cenário de julho, em grande medida devido à maior desaceleração da atividade nas economias avançadas (-0,2pp) e, dentro destas, na zona euro (-0,4pp)].

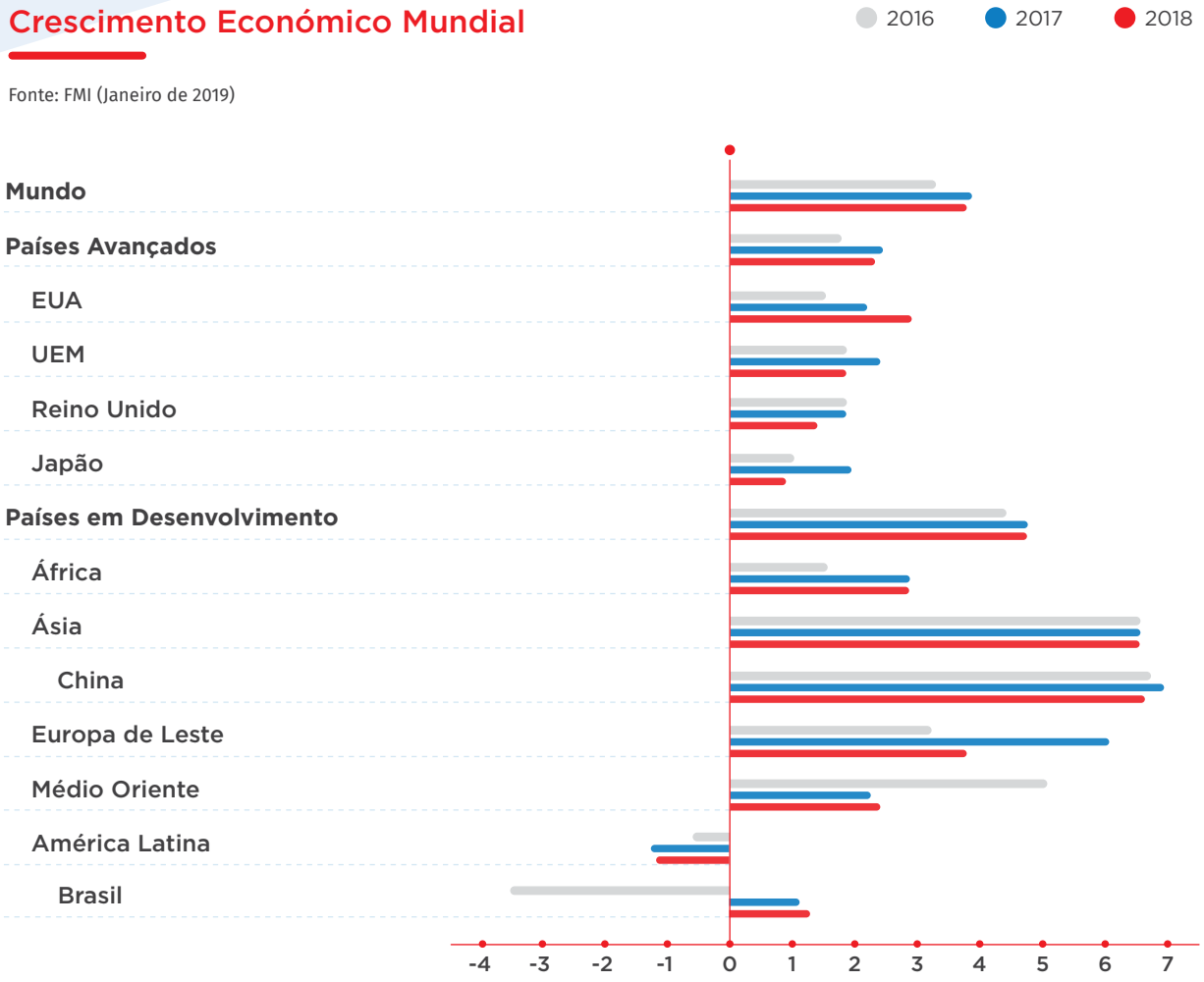
As projeções para as economias emergentes, a nível agregado, não sofreram alterações de relevo, mantendo-se um ritmo de expansão saudável, com a desaceleração em algumas economias ou regiões a ser compensada pela dinâmica de outras.

Por exemplo, a desaceleração da economia chinesa, que em 2018 registou a mais baixa taxa de crescimento desde 1990 (uma variação de 6,6% em termos reais, mas que foi a maior variação anual, em termos absolutos), foi compensada pela dinâmica de outras economias, como a indiana, com um crescimento estimado de 7,3%, acima dos 6,7% observados em 2017.

A **China** foi particularmente afetada pelas tensões comerciais com os EUA e subsequente imposição unilateral de tarifas aduaneiras, bem como pela desaceleração da economia europeia.

Os **EUA**, por seu lado, mantêm um ritmo de crescimento sustentado, apoiado também pelo "choque fiscal" adotado no início de 2018, e que teve repercussões positivas sobre o consumo privado, assim como sobre o investimento, permitindo mesmo uma aceleração do crescimento, em termos homólogos, ao longo

Crescimento Económico Mundial



Fonte: FMI (Janeiro de 2019)

de todo o ano, materializando-se num crescimento de 2,9% em média anual. O ciclo de expansão aproxima-se do máximo de 120 meses observado no período de 1990 a 2000, e que foi o mais longo ciclo de crescimento registado.

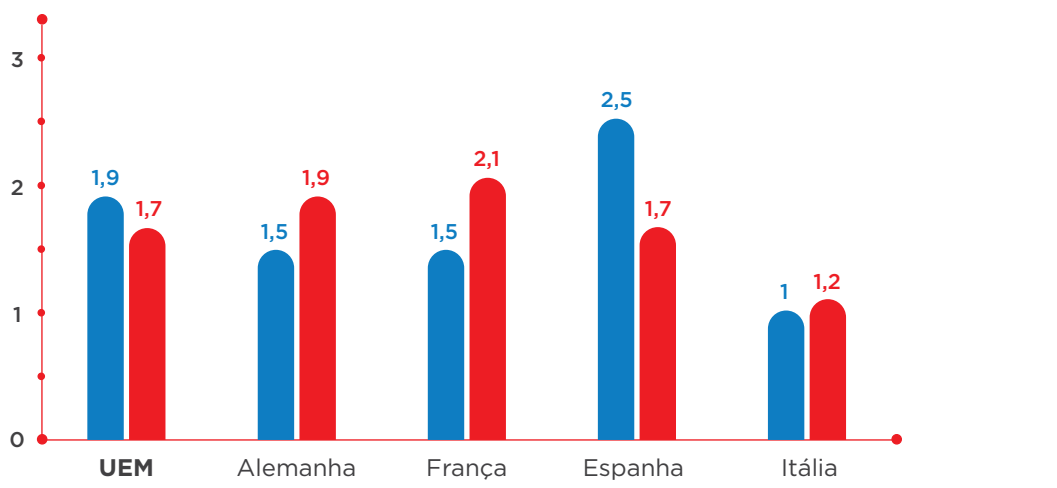
A menor exposição da economia norte-americana ao comércio internacional (as exportações representam 12% do PIB) permitiu imunizar parcialmente o crescimento face aos riscos associados às tensões comerciais. Por outro lado, o facto de os EUA terem alcançado um acordo comercial com o México e o Canadá – o designado USMCA – para substituir o NAFTA, também contribuiu para a minimização dos riscos.

No entanto, subsistem riscos, como evidenciados recentemente pelo encerramento temporário do Governo Federal, no "braço de ferro" entre a Administração Trump e o Congresso (desde janeiro de 2019 dominado por uma maioria democrata na Câmara dos Representantes) relacionado com a construção do muro na fronteira com o México.

A Reserva Federal dos EUA manteve, ao longo de 2018, a sua estratégia de remoção gradual dos estímulos, subindo a principal taxa de juro de referência por quatro vezes, em movimentos de 25p.b., para o intervalo de 2,25%-2,50%. Na sequência da maior incerteza quanto à envolvente futura, e já em 2019, a Reserva Federal alterou o seu discurso no sentido de sinalizar que alterações futuras das taxas de referência e/ou da normalização do balanço estarão dependentes da evolução das condições económicas e financeiras, deste modo ganhando margem de manobra.

Evolução do PIB e da Inflação na Zona Euro

Fonte: CE (Fevereiro de 2019)



A **zona euro** iniciou, em 2018, um movimento de abrandamento do crescimento económico, que se manteve e, em alguns casos se acentuou mesmo durante o segundo trimestre do ano. O PIB terá, em média anual, crescidocerca de 1,8%, ainda acima da respetiva tendência de longo prazo.

Inicialmente afetado por fatores pontuais, como condições climatéricas adversas, o crescimento desacelerou também pela conjugação de outros fatores. Por um lado, as tensões comerciais, com a imposição ou ameaça de imposição, pelos EUA, de tarifas aduaneiras sobre produtos de relevo para a economia europeia, tais como automóveis, e os efeitos indiretos da imposição de tarifas à China. Por outro lado, e ainda relacionado com o setor automóvel, uma maior redução da atividade, na Alemanha e no segundo semestre, também devido à discussão em curso sobre a transição energética e a utilização dos motores a diesel.

Um terceiro fator prende-se com questões políticas, englobando o denominado "protesto dos coletes amarelos", em França, e o "diferendo" entre o novo governo italiano, constituído por uma coligação entre a Liga e o Movimento 5 Estrelas, e a Comissão Europeia, quanto à evolução da política orçamental. A intenção de prossecução de uma política mais expansionista conduziu a um movimento de subida das taxas de juro da dívida soberana, em Itália, e consequente alargamento de *spreads* face à Alemanha. A incerteza daí decorrente refletiu-se numa desaceleração do crescimento económico em Itália. Um terceiro fator político prende-se com o *Brexit*.

Apesar deste contexto de maior incerteza, o Banco Central Europeu iniciou o processo de "normalização" da política monetária. Numa primeira fase, houve uma comunicação de que os estímulos seriam gradualmente reduzidos, em especial ao nível do programa de aquisição de ativos financeiros. Com efeitos a partir de setembro, o volume mensal de ativos a adquirir foi reduzido em metade, para 15 mil milhões de euros por mês, tendo esse programa terminado em dezembro de 2018. Por outro lado, e ao nível das taxas de juro de referência, o BCE sinalizou que permaneceriam nos níveis mínimos até "durante o Verão de 2019", posteriormente complementado que as alterações estarão dependentes da evolução das condições económicas e financeiras.

No âmbito do processo de *Brexit*, em novembro foi alcançado um acordo de saída, entre o **Reino Unido** e os restantes 27 Estados-membros, juntamente com uma declaração política relativa à relação futura entre ambas as economias, cujo acordo terá que ser negociado durante o período de transição que termina no final de 2020.

O acordo de saída, à data de 12 de fevereiro de 2019, não tinha ainda sido ratificado pelo Parlamento Britânico. A "votação significativa" de 15 de janeiro saldou-se numa derrota do acordo, tendo a primeira-ministra Theresa May sido mandatada para renegociar os termos do acordo, nomeadamente o ponto relativo à fronteira entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda. O designado *backstop* da Irlanda pressupõe que, ao abrigo dos acordos de paz de 1998, não exista uma fronteira física entre as duas Irlandas, o que pressupõe que a Irlanda do Norte permanece na união aduaneira com os demais 27 países. A fronteira comercial, deste modo, teria que situar-se entre a Irlanda do Norte e a Grã-Bretanha, assim impondo uma fronteira interna no Reino Unido. Para evitar esta situação, e até que a relação futura com a UE esteja definida, o RU manter-se-ia dentro da união aduaneira, ficando impedido de negociar acordos comerciais com terceiros, o que é visto pelos partidários do *Brexit* como uma violação dos resultados do referendo.

Apesar dos riscos colocados por este foco de incerteza, o Banco de Inglaterra, em agosto, subiu novamente a principal taxa de referência, em +25p.b., para 0,75%, invocando a redução da taxa de desemprego e a subida dos custos unitários do trabalho, visto que, nessa altura, e apesar de um abrandamento da atividade nos primeiros meses do ano, o crescimento económico estava em linha com o cenário central do banco central.

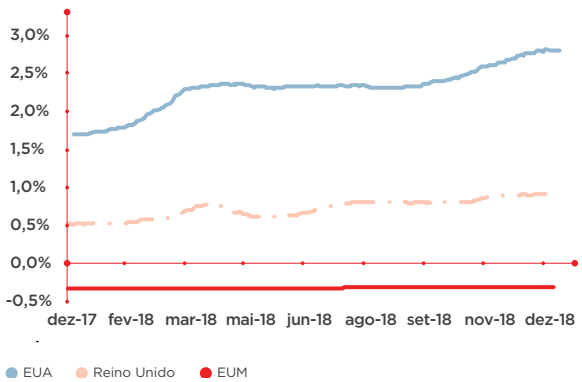
Nas **economias emergentes**, o crescimento económico estabilizou, embora com evoluções diferenciadas entre regiões. Como já referido, a economia chinesa manteve a tendência de desaceleração, refletindo a conjugação de vários fatores. Além das tensões comerciais com os EUA, temas estruturais tiveram igualmente o seu papel, como a dinâmica demográfica e o elevado nível de endividamento da economia.

Na América Latina, a atividade manteve um ritmo de expansão moderado. Em ano eleitoral, que terminou um ciclo político dominado pelo PT, o **Brasil** cresceu cerca de 1,3%, alinhado com a dinâmica do ano anterior, mas ainda aquém do potencial. No **México**, o crescimento permaneceu igualmente num ritmo moderado, influenciado pelos receios quanto ao término do Acordo NAFTA, mas o qual foi substituído, no final do ano, pelo novo acordo USMCA (ainda em fase de ratificação).

A normalização da política monetária, através de uma subida das taxas de juro de referência, nos EUA e no Reino Unido, refletiu-se numa subida das **taxas de juro de curto prazo**. Nos EUA, a taxa Libor 3 meses subiu para 2,9% no final do ano, consubstanciando o nível mais elevado desde 2008. Já no Reino Unido, a taxa Libor recuperou os níveis de 2012.

Taxas de Juro 3 Meses

Fonte: Bloomberg



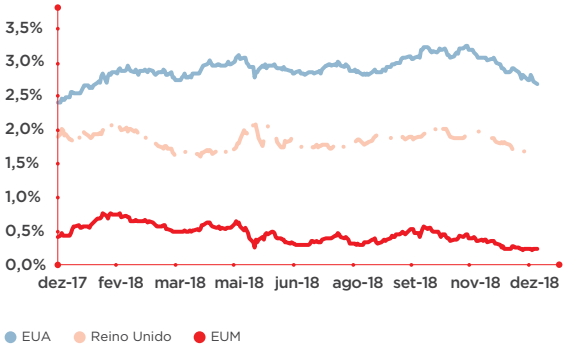
A divergência com a zona euro, do ponto de vista da evolução das **taxas de juro de curto prazo**, acentuou-se, apesar de o BCE ter iniciado o processo de normalização da política monetária. A indicação de que as taxas de juro de referência poderiam permanecer sem alterações "até durante o verão de 2019" resultou na estabilidade da taxa de juro Euribor 3 meses.

Ao nível das taxas de juro de longo prazo, várias dinâmicas foram visíveis ao longo do ano. Nos EUA, em linha com a subida das taxas de juro de referência pela Reserva Federal, e num contexto de descida do desemprego e de aceleração da inflação, a taxa de juro a 10 anos subiu desde cerca de 2,5% até cerca de 3,2%, para posteriormente corrigir para cerca de 2,6%, no quadro dos receios de desaceleração económica e de maior volatilidade dos mercados financeiros, em especial os acionistas.

Na Alemanha, a *yield* dos 10 anos desceu, de forma quase uniforme, ao longo do ano, para os níveis mais baixos desde 2017, em linha com os sinais de desaceleração económica e apesar de o BCE ter comunicado o término do seu programa de aquisição de ativos financeiros.

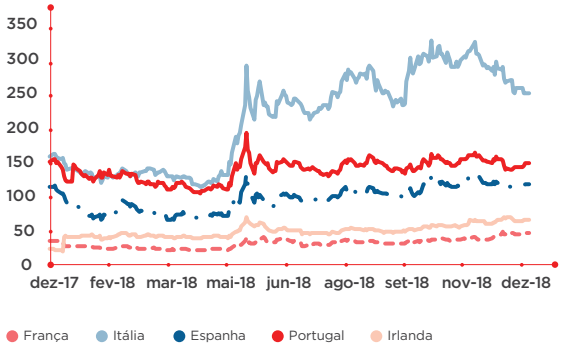
Taxas de Juro 10 Anos

Fonte: Bloomberg



Diferenciais de Taxas de Juro de Longo Prazo Face Alemanha (pb)

Fonte: Bloomberg



Parte desta dinâmica refletiu, também, um movimento de "fuga para a qualidade", em especial a partir de maio, quando o novo Governo italiano procurou alterar a orientação da política orçamental, o que não foi bem acolhido pelos mercados, com uma subida generalizada das taxas de juro de longo prazo.

Houve efeitos de contágio muito limitados, mas não impedindo que os *spreads* face à Alemanha subissem relativamente aos mínimos que tinham sido observados durante o segundo trimestre.

Em Portugal, o *spread* 10 anos face à Alemanha estabilizou em redor de 150p.b., ligeiramente acima dos mínimos observados em maio. A revisão em alta, da notação de risco da República, para *investment grade*, pela agência *Moody's*, que assim se juntou às demais agências, em outubro, contribuiu para a imunização relativa da dívida portuguesa face à dinâmica da italiana, resultando num diferencial superior a 100p.b., favorável à dívida portuguesa.

No **mercado cambial**, o euro evidenciou uma tendência de depreciação face às principais divisas, em especial a partir do segundo trimestre do ano. Face ao dólar, o euro terminou o ano em redor de 1,15 dólares, numa depreciação de cerca de 5%. A subida de taxas pela Reserva Federal dos EUA e a mensagem transmitida pelo BCE, em junho, de que as taxas de juro de referência se manteriam inalteradas por um período de tempo prolongado contribuíram para esta evolução.

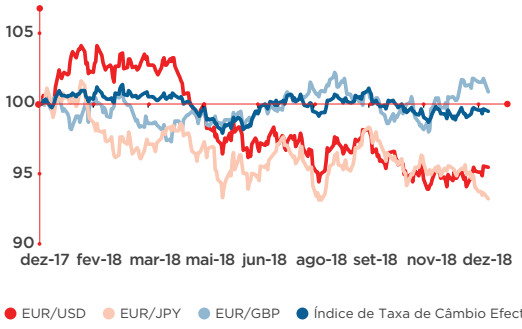
A libra esterlina, por seu lado, e apesar de alguma volatilidade associada ao processo do *Brexit*, manteve-se relativamente estável face ao euro, com uma depreciação de apenas 0,6%, para próximo de 90p por euro, nível em redor do qual tem oscilado desde o referendo de 2016.

No final do ano, as incertezas quanto à evolução da economia mundial traduziram-se num movimento de correção em alguns mercados financeiros, com especial destaque para os mercados acionistas.

Principais Taxas de Câmbio

(dez-2017 =100)

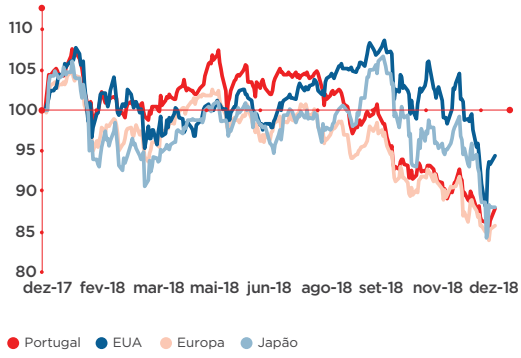
Fonte: BCE



Mercados Acionistas

(dez-2017 =100)

Fonte: Bloomberg



Nos EUA, os **mercados acionistas** fecharam em queda, mas ainda acima dos mínimos do ano, isto após terem testado, durante o verão, sucessivos máximos históricos. As tensões comerciais tiveram, neste campo, também um impacto sobre as expetativas dos investidores.

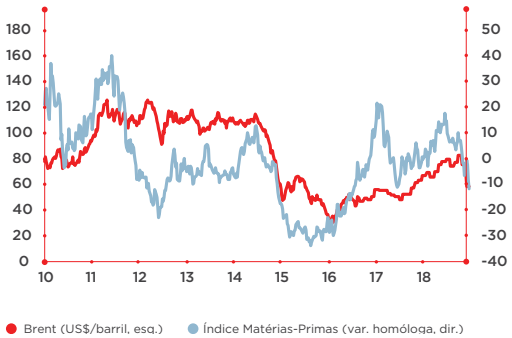
Na Europa, a tendência dominante durante o ano tinha sido já de correção, especialmente influenciada pela evolução do setor financeiro. A sucessiva revisão em baixa das expetativas de alteração das taxas de juro de referência influenciou as perspetivas de evolução dos resultados da banca, acrescendo aos demais fatores e à aversão ao risco generalizada observada nos últimos meses do ano.

Portugal não foi exceção na dinâmica europeia, com uma desvalorização do PSI-20 em cerca de 12%. O setor da banca foi também afetado, mas houve correções em setores como o retalho, construção e pasta e papel.

Preços do Petróleo Brent, em Dólares por Barril e Índice de Matérias-primas

(variação homóloga)

Fonte: Bloomberg



O preço do **petróleo** terminou o ano com uma correção de cerca de 11%, para os 59 dólares por barril, recuperando níveis de meados de 2017, e acompanhando a correção noutros mercados. No entanto, tinha evidenciado uma tendência de valorização durante grande parte do ano, seja por acordos de redução da produção, seja por expetativas de continuação de forte procura, tendo registado um máximo de cerca de 82,5 dólares por barril, o nível mais elevado desde 2014.

Uma dinâmica similar foi registada para as demais matérias-primas, desde os metais de base até, embora em menor escala, aos cereais.

O **ouro** revelou-se, no final do ano, como ativo de refúgio, tendo valorizado até cerca de 1.282 dólares por onça, depois de ter testado mínimos durante o verão.

Economia Portuguesa

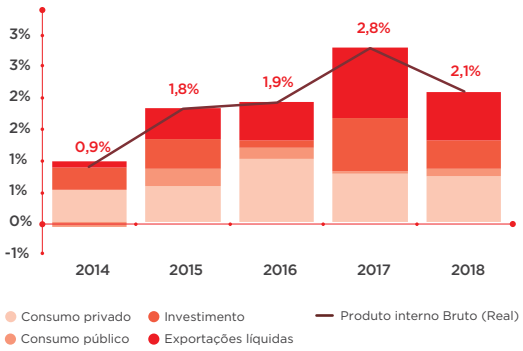
Dados Macroeconómicos	2016	2017	2018
PIB	**1,9**	**2,8**	**2,1**
Consumo privado	2,4	2,3	2,5
Consumo público	0,8	0,2	0,8
Investimento	1,8	9,2	5,6
Exportações	4,4	7,8	3,7
Importações	4,7	8,1	4,9
Inflação média	0,6	1,4	1,0
Desemprego	11,1	8,9	7,0
Saldo orçamental (% do PIB)	-2,0	-3,0	-0,7
Dívida pública (% do PIB)	129,2	124,8	122,1
Bal. corrente e capital (% do IB)	1,6	1,4	0,4

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças

Contributos para o Crescimento do PIB

(tvh)

Fonte: INE



O ciclo de expansão da economia portuguesa, iniciado em 2013, prolongou-se, durante o ano de 2018, mas, e em linha com a desaceleração sentida na economia europeia, iniciou uma tendência de moderação, embora ainda com ritmos de crescimento acima da tendência de longo prazo.

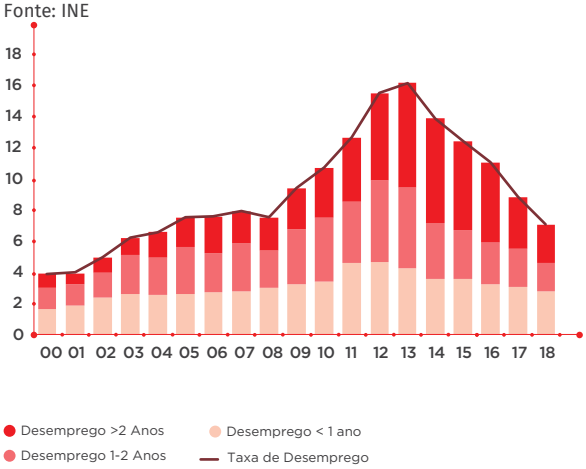
Em 2018, o **PIB** cresceu 2,1%, uma ligeira desaceleração face aos 2,8% observados no ano de 2017, fruto de um abrandamento das exportações que, contudo, e conjuntamente com o investimento, permaneceu um dos motores da expansão.

Em 2018, foram criados mais 78 mil empregos, sobretudo a tempo completo e sem termo, reforçando a sustentabilidade da recuperação neste mercado.

Taxa de Desemprego

(%)

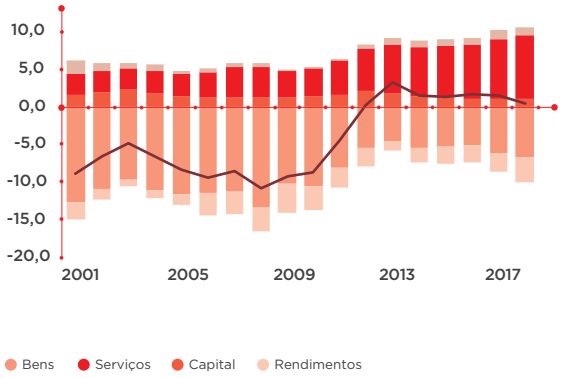
Fonte: INE



Balança Corrente e de Capital

(% PIB)

Fonte: Banco de Portugal, INE



O **consumo privado** permaneceu relativamente dinâmico, com um crescimento de 2,5%, em linha com a evolução nos anos mais recentes, e apoiado na descida do desemprego, que se situou em 6,7% entre os segundo e quarto trimestres do ano. As expetativas de uma subida dos preços dos automóveis, no final do verão, devido às novas regras de medição de emissões poluentes, resultaram numa antecipação da aquisição de viaturas para o segundo trimestre, alterando o perfil intra-anual de despesa das famílias.

Ao nível do **investimento**, assistiu-se a uma moderação, embora mantendo um ritmo de expansão ainda dinâmico, fruto de (ıı) um maior volume de despesa de capital em 2017, por exemplo, com a renovação da linha de montagem da AutoEuropa; e (II) uma moderação da despesa em construção, embora ainda num contexto de elevado investimento sobretudo em reabilitação urbana.

Os níveis de utilização da capacidade instalada estão em linha, ou mesmo acima, da média histórica, o que se tem revelado positivo para a realização de despesa de investimento por parte das empresas.

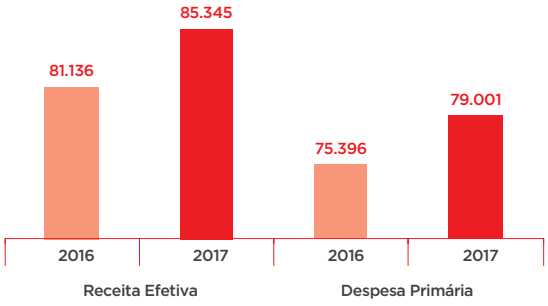
Como mencionado, o mercado de trabalho continuou a melhorar ao longo do ano de 2018, com a redução da taxa de desemprego para o nível mais baixo desde 2008, em 6,7% (7,0% em média anual), e com a redução a ser mais pronunciada ao nível do desemprego de mais longo prazo. Em 2018, foram criados mais 78 mil empregos, sobretudo a tempo completo e sem termo, reforçando a sustentabilidade da recuperação neste mercado.

Apesar da melhoria da atividade económica e do mercado de trabalho, no terceiro trimestre de 2018, a taxa de poupança das famílias diminuiu para 4,0% do rendimento disponível bruto, apesar de um crescimento similar ao nível do rendimento disponível da despesa de consumo, fruto de uma aceleração do investimento (em 2018, a produção de crédito à habitação atingiu quase 10 mil milhões de euros, o que não sucedia desde 2010).

Receita Efetiva e Despesa Primária

(€ mn)

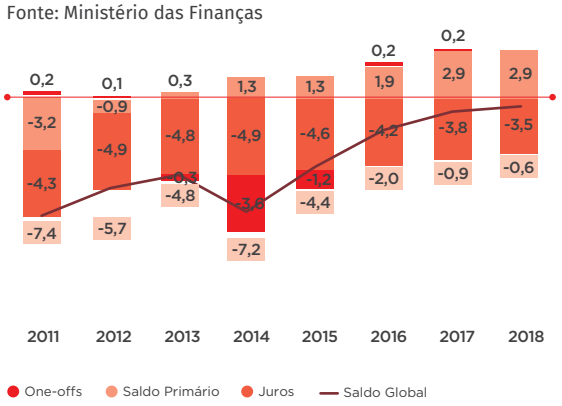
Fonte: Ministério das Finanças



Défice Orçamental

(% PIB)

Fonte: Ministério das Finanças



As exportações mantiveram um crescimento sustentado, apesar de uma desaceleração face aos anos transatos, em grande medida devido a fatores pontuais verificados no final do ano, como a greve registada no Porto de Setúbal, e que penalizou pontualmente as exportações de automóveis pela AutoEuropa (e que se prolongou durante quase todo o mês de novembro).

As importações também desaceleraram mas, no ano de 2018, cresceram mais do que as importações, resultando numa deterioração da balança de bens, mas que foi em grande medida compensada pelo excedente na balança de serviços. Em consequência, o excedente da balança corrente e de capital terá permanecido em redor de 1,4%, em linha com o observado em anos anteriores.

As exportações de serviços continuam a reforçar a sua posição excedentária, com um saldo positivo de cerca de 8,5% do PIB, largamente explicado pelo setor do turismo, cujas exportações já representam cerca de 7% do PIB.

A correção dos desequilíbrios macroeconómicos prosseguiu o seu curso, destacando-se a **redução do endividamento** da economia, que se situou em 199% do PIB (uma redução de 66p.p. face aos máximos observados em 2012), para o setor privado, embora permaneça ainda em níveis elevados. No quarto trimestre de 2018, o endividamento das famílias tinha-se reduzido para 71% do PIB (dos quais 50% respeitam a crédito hipotecário), enquanto o endividamento das empresas não financeiras se situava em cerca de 130% do PIB.

Fruto da liquidação plena do empréstimo do FMI, no final de 2018, a **dívida pública**, na ótica de Maastricht, situou-se em 122% do PIB no final do ano, uma redução de cerca de 3pp face ao ano anterior.

Em 2018, foi mantido uma política de consolidação orçamental, com, o **défice público** a reduzir-se para 0,7% do PIB, de acordo com as estimativas preliminares, e abaixo da meta constante no OE2018, de um défice de 0,9% do PIB.

A informação, na ótica de caixa, revela que a melhor execução foi fruto de um crescimento da receita em cerca de 5,2% (evolução idêntica no que respeita à receita fiscal), superior ao crescimento da despesa efetiva (de +4,5%).

O orçamento de Estado para 2019 prevê um défice orçamental das administrações públicas de 0,2% do PIB.

A melhor execução orçamental, no ano de 2018, associada à descida do rácio da dívida pública e à notação de risco em *investment grade* pelas principais agências de *rating*, permitiram imunizar as taxas de juro da dívida pública face às tensões sentidas quando do diferendo entre a Itália e a Comissão Europeia quanto

à proposta de orçamento para 2019. A *yield* dos 10 anos, no final de janeiro de 2019, situava-se abaixo de 1,7%, correspondendo a um diferencial de menos de 150p.b. face à Alemanha (e com um *spread* negativo de cerca de 100p.b. face à Itália).

O Tesouro manteve um regular acesso aos mercados financeiros internacionais, tendo obtido financiamento de médio e longo prazo em condições mais favoráveis, que lhe permitiu liquidar na totalidade o empréstimo do FMI obtido no âmbito do Programa de Ajustamento negociado com a União Europeia, BCE e FMI. O empréstimo do FMI, no montante de aproximadamente 26 mil milhões de euros foi, deste modo e nos últimos anos, substituído por financiamento de mercado com maturidades mais longas e taxas de juro mais baixas.

O Tesouro manteve também o seu programa de colocação de produtos de aforro para as famílias, destacando-se a emissão de OTRV. Esta captação da poupança das famílias não teve impacto visível sobre os volumes de depósitos de particulares junto do sistema financeiro nacional, os quais, em 2018, subiram mais de 5 mil milhões de euros.

O setor bancário português prosseguiu, em 2018, o abrangente processo de restruturação, destacando-se o saneamento de balanço e a redução de exposições não produtivas (NPE).

Nos nove meses até setembro, o *stock* de NPEs foi reduzido em quase 6 mil milhões de euros, materializando-se numa redução do rácio de NPE para 11,3%. Este processo continuou no quarto trimestre do ano, com várias vendas de carteiras não produtivas. Contudo, o rácio permanece ainda muito acima da média europeia de cerca de 5%.

Este processo de gestão de exposições não produtivas foi uma das principais determinantes da evolução dos agregados de crédito, apesar de se ter verificado um acréscimo dos volumes de nova produção de crédito: o novo crédito a empresas aumentou 9,5% face a 2017, para 31,6 mil milhões de euros, e o novo crédito hipotecário subiu 18,1%, para 9,8 mil milhões de euros (o nível mais elevado desde 2010, mas ainda aquém dos volumes registados entre 2003 e 2008).

No conjunto do ano, o *stock* de crédito a empresas reduziu-se em 5% (com uma redução de cerca de 40% no crédito vencido a mais de 90 dias), enquanto a carteira de crédito hipotecário terá estabilizado.

Mercado de Seguros em Portugal

Em 2018, o volume da produção de seguro direto em Portugal foi superior a 12,9 mil milhões de euros, refletindo um aumento de 11,7% face ao valor verificado em 2017. Esta evolução registou-se tanto no ramo Vida como nos ramos Não Vida.

Ao longo do ano, o ramo Vida cresceu 14,5%, atingindo 8,11 mil milhões de euros, seguindo a tendência verificada em 2017. Neste segmento de mercado há a destacar os Planos Poupança Reforma (PPR) que apresentaram um crescimento de cerca de 55,5%, face ao ano transato.

Por sua vez, os ramos Não Vida aumentaram 7,4%, fixando o seu valor nos 4,8 mil milhões de euros. Para a eferida evolução, salientam-se as contribuições dos ramos Acidentes e Doença (variação anual de 9,7%), Automóvel (6,7%) e Incêndio e Outros Danos (5,4%). Há a destacar, no ramo Acidentes e Doença, o crescimento do ramo Acidentes de Trabalho que cresceu pelo quinto ano consecutivo (13,5% em 2018).

No que diz respeito aos montantes sob gestão dos fundos de pensões, verificou-se um ligeiro decréscimo de 1,5% face ano transato, atingindo cerca de 19,5 mil milhões de euros.

O ano de 2018 foi um ano marcante para o setor segurador. No âmbito de contratos de seguro de incêndio e outros danos ocorreram sinistros com impacto muito significativo na sociedade em geral e na atividade seguradora em particular. Nomeadamente pelos danos causados pela tempestade Leslie e pelos incêndios florestais.

Produção* de Seguro Direto em Portugal, por Ramos					Milhares de Euros
	2015	2016	2017	2018**	Δ
Vida	**8 670 933**	**6 677 410**	**7 088 576**	**8 114 153**	**14,5%**
Seguro de vida	6 522 123	4 991 079	4 900 162	6 346 203	29,5%
Seguros ligados a fundos de investimento	2 148 113	1 686 331	2 187 101	1 767 170	-19,2%
Operações de capitalização	697	0	1 313	780	-40,6%
Não Vida	**3 993 198**	**4 194 197**	**4 493 706**	**4 826 943**	**7,4%**
Acidentes e doença	1 354 055	1 482 196	1 631 713	1 790 366	9,7%
Acidentes de trabalho	555 938	623 952	705 189	800 618	13,5%
Doença	633 138	693 770	751 466	807 089	7,4%
Acidentes (outros)	164 979	164 474	175 058	182 659	4,3%
Incêndio e outros danos	763 772	778 658	804 454	847 763	5,4%
Automóvel	1 470 746	1 522 149	1 610 396	1 718 170	6,7%
Marítimo e transportes	25 014	24 633	25 826	25 347	-1,9%
Aéreo	6 850	6 215	7 045	7 195	2,1%
Mercadorias transportadas	22 645	21 558	21 296	20 807	-2,3%
Responsabilidade civil geral	112 420	116 284	127 071	132 318	4,1%
Diversos	237 696	242 504	265 905	284 977	7,2%
TOTAL	**12 664 131**	**10 871 607**	**11 582 282**	**12 941 096**	**11,7%**

*Inclui prémios brutos emitidos de contratos de seguro e receita processada de contratos de investimento e de prestação de serviço.

** valores provisórios

Fonte: ASF

No entanto, o setor mostrou uma preocupação em responder de modo profissional, diligente e célere com o objetivo de mitigar as consequências das perdas associadas aos sinistros na vida das famílias e das empresas.

Para além da análise do comportamento do setor ao nível do negócio e da evolução das principais rubricas, importa referir que o ano de 2018 foi determinante na sistematização e consolidação dos processos e procedimentos decorrentes do regime de Solvência II.

Tratando-se do terceiro ano desde a entrada do regime em vigor, foi possível verificar melhorias, quer ao nível do processo de certificação anual e da articulação entre o Revisor Oficial de Contas e o Atuário Responsável, quer ao nível do cumprimento dos requisitos de reporte, verificando-se que a maioria das Companhias do mercado divulgou o Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira nos prazos previstos e com um nível crescente de informação qualitativa e quantitativa.

Ainda relativamente ao regime de Solvência II, importa referir que no ano de 2018 teve inicio o projeto de revisão dos Atos Delegados. O setor continuará a acompanhar e, na medida do possível, participar no processo de preparação da revisão dos atos delegados e da diretiva Solvência II, em particular em tópicos potencialmente mais relevantes para o mercado nacional.

Como importante desafio para os próximos anos surge a IFRS 17, uma nova norma que irá introduzir uma profunda mudança na contabilização das demonstrações financeiras das empresas de seguros. A mensuração das responsabilidades dos contratos de seguro terá novas regras, trazendo maior exigência e complexidade.

A 18 de maio de 2017, o *International Accounting Standards Board* (IASB) publicou a IFRS 17 – Contratos de Seguros, a nova Norma de Relato Financeiro Internacional, com data efetiva de aplicação a partir de 1 de janeiro de 2022, que substituirá a IFRS 4 e que cobre o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação das responsabilidades com contratos de seguro. A nova norma pretende trazer aos investidores e outros *stakeholders* uma maior transparência e comparabilidade das demonstrações financeiras das empresas de seguros.

Na perspetiva regulatória, destaca-se também o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) que entrou em vigor em 25 de maio de 2018. Este regulamento surge como uma consequência direta da evolução tecnológica, sobretudo ao nível da utilização de dados cada vez mais granulares e de processos de partilha de dados mais complexos.

Referem-se alguns dos temas mais críticos relacionados com a implementação dos requisitos do regulamento:

- Capacidade de evidenciar a conformidade;
- Suporte legal para processamento de dados;
- Condições especiais para processamento de categorias especiais de dados;
- Registo das atividades de processamento de dados;
- Utilização mais detalhada de consentimentos;
- Notificação de *data breaches* em menos de 72 horas;
- Nomeação de um *Data Protection Officer*;
- Direitos diversos (de acesso, de retificação, de eliminação; de limitação do tratamento, deportabilidade, de oposição, etc.).

Para além da exigência associada a estes requisitos, com alterações significativas ao nível de diversos processos, refere-se também o elevado montante previsto para a aplicação de coimas, que certamente coloca este tema nas prioridades das entidades sujeitas.

Cumpre igualmente realçar a preparação do mercado para a transposição da Diretiva (UE) 2016/97, sobre a distribuição de seguros para o ordenamento jurídico interno. Esta Diretiva implica alterações significativas no que respeita ao dever de informação e aconselhamento ao cliente tendo em conta o seu perfil de risco e investimento bem como os objetivos e necessidades de aquisição de produtos de seguros. Relaciona-se ainda com a necessidade de garantir aos consumidores o mesmo nível de proteção, independentemente do facto de existirem diferentes canais de distribuição de seguros.

O conceito de distribuição é agora mais amplo do que o de mediação de seguros, visto que abrange, desde logo, a atividade das próprias empresas de seguros. É reforçado o leque de informações pré contratuais obrigatórias a cargo do distribuidor de seguros, visando favorecer a transparência e evitar as situações de conflitos de interesses.

O ano em análise foi também relevante em matérias de Prevenção de Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo com a publicação da Portaria n.º 310/2018 de 4 de dezembro. Diz respeito essencialmente à identificação das tipologias de operações objeto de comunicação ao Departamento Central de Investigação e Ação Penal da Procuradoria-Geral da República e à Unidade de Informação Financeira da Polícia Judiciária, que não integrem a categoria de operações suspeitas. Procura agregar operações que possam comportar um grau de risco que fundamente, por motivos diversos, a necessidade da sua comunicação às referidas entidades.

O ano de 2019 será, uma vez mais, um ano de muitos desafios para a gestão do setor segurador, dando continuidade a práticas que permitam torná-lo mais rigoroso e transparente, quer na resposta aos supervisores, quer na prestação de informação a clientes e ao público em geral. A par da implementação e operacionalização de exigentes requisitos legais e regulamentares, identifica-se, na sociedade em geral, uma crescente preocupação com os riscos cibernéticos e com a segurança da informação, tema que será também um dos focos no futuro próximo do setor.

O setor continuará a trabalhar para reforçar uma posição de solidez, credibilidade e resiliência, com o objetivo de aumentar os níveis de proteção dos consumidores e da sociedade em geral.

01.04

Análise de Gestão

Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno

Um sistema de gestão de risco e controlo interno eficaz é determinante para proteger e fortalecer a Companhia, prevenindo ou diminuindo o impacto negativo de eventos futuros. Este sistema pretende acrescentar valor à Companhia e dotá-la de mecanismos que assegurem ao mesmo tempo os interesses dos acionistas e dos clientes. Para tal, é essencial a incorporação de uma cultura que promova a tomada de risco de modo consciente e disciplinado.

A operacionalização do sistema de gestão de risco e controlo interno é transversal a toda a Companhia. As diversas linhas de defesa instituídas no sistema de governação dos riscos contemplam as áreas operacionais, as funções de controlo, conformidade, gestão do risco e atuariais e ainda a função de auditoria interna.

Este sistema tem como objetivo assegurar que o perfil de risco global se mantem dentro dos níveis de apetite e tolerância aprovados pelo Conselho de Administração, obtendo uma rentabilidade que represente uma compensação adequada aos acionistas pelo risco assumido.

Para tal, o ciclo de gestão de risco inclui:

- Identificar os riscos que a Companhia pode enfrentar;
- Estabelecer um processo comum através do qual se possa monitorizar conjuntamente rentabilidade e risco;
- Estabelecer tolerâncias de risco e políticas que fundamentam o processo, para articular o nível de exposição máximo a cada risco ou a combinações de risco;
- Monitorizar a exposição ao risco e manter uma supervisão ativa sobre a posição de solvência das Companhias.

Durante o ano de 2018, foram desenvolvidas diversas ações e projetos, não só por definição estratégica relacionada com a gestão de risco e controlo interno, mas também pelo reforço destes temas e dos requisitos específicos que o regime de Solvência II veio incutir na atividade. Assim destacam-se as seguintes atividades:

- Revisão e atualização de algumas políticas de risco;
- Atualização dos limites de consumo de capital por categoria de risco e monitorização trimestral;
- Elaboração, aprovação e comunicação ao Supervisor do relatório *Own Risk and Solvency Assessment* (ORSA), apresentando o perfil de risco, a metodologia de gestão de risco implementada, a projeção do rácio de solvência para os próximos três anos e o comportamento do rácio face à ocorrência de cenários adversos mas plausíveis. Em qualquer um dos cenários a Companhia revelou sempre rácios de solvência superiores ao nível objetivo (140% - 160%), permitindo-lhe enfrentar os desafios com sustentabilidade;

- Cálculo trimestral dos requisitos de capital e rácio de solvência e respetivo reporte quantitativo ao Supervisor;
- Certificação do reporte anual de 2017 (qualitativo e quantitativo) por parte do Revisor Oficial de Contas e do Atuário Responsável, no cumprimento da Norma Regulamentar N.º 2/2017-R de 24 de março;
- Elaboração do relatório anual *Solvency and Financial Conditions Report* (SFCR), comunicação à ASF em conjunto com os relatórios de certificação;
- Divulgação pública do SFCR e respetivos relatórios do ROC e do Atuário Responsável no *website* da Companhia;
- Monitorização dos planos de implementação de recomendações emitidas por Auditores (externos e internos), pelo Supervisor e pelo Atuário Responsável;
- Implementação de procedimentos, políticas e medidas decorrentes da aplicação do Regulamento Geral de Proteção de Dados à atividade da Companhia e que visam a plena conformidade com este diploma;
- Adaptação da documentação contratual e entrada em produção do documento normalizado de informação sobre o produto de seguro (DIPS) por forma a cumprir o disposto na Diretiva de Distribuição de Seguros. Foi dado início a um projeto de articulação conjunta entre a Companhia e o Banco dos temas decorrentes da transposição do diploma e que possam gerar impacto nos processos e na atividade da Companhia;
- Melhoria dos procedimentos de controlo e revisão de indicadores de reporte;
- No âmbito do Plano de Continuidade de Negócio, destaca-se a alteração do *Business Continuity Site*, tendo sido realizados exercícios operacionais nas novas instalações. Foi também efetuado um exercício de *Disaster Recover* e ainda um exercício de teste referente ao plano de emergência interno.

A envolvência e o empenho de todas as áreas, em particular dos Órgãos de Administração, na execução das atividades descritas, permitiram o cumprimento dos objetivos com sucesso. O sistema de gestão de risco e controlo interno tornou-se mais robusto e sólido permitindo à Companhia o desenvolvimento da sua atividade com segurança e sustentabilidade.

A envolvência e o empenho de todas as áreas, em particular dos Órgãos de Administração, na execução das atividades descritas, permitiram o cumprimento dos objetivos com sucesso.

Síntese de Indicadores

Milhões de Euros

Aegon Santander Portugal Vida	2018	2017
Posição financeira		
Ativo líquido	98,5	91,6
Passivo	67,4	66,7
Capitais próprios	31,1	25,0
Resultado líquido	12,3	6,2
Atividade seguradora		
Prémios brutos emitidos	67,2	67,3
Custos com sinistros de seguro direto e resseguro aceite	(8,8)	(6,9)
Custos de aquisição	(36,5)	(36,9)
Saldo de resseguro	(1,7)	(4,8)
Resultados dos investimentos	0,4	0,4
Número de apólices em vigor	398 857	365 560
Quota de mercado		
(segmento Vida risco distribuido através da rede bancária)	9,5%	10,4%
Outras variáveis e rácios		
Número de colaboradores (em 31 de dezembro) (*)	42	38
Prémios emitidos / número de colaboradores	1,6	1,8
Resultado líquido / número de colaboradores	0,3	0,2
Resultado líquido / Prémios emitidos	18%	9%

* Incluí Administrador Delegado

Atividade Comercial

Distribuindo exclusivamente através da rede do Banco Santander Totta, S.A., os contratos comercializados pela Companhia são exclusivamente contratos de seguro que protegem a pessoa segura contra os riscos de morte e de invalidez, incluindo outras coberturas complementares tais como: doenças graves, desemprego, incapacidade temporária, entre outras.

Em 2018, a Companhia manteve um volume de prémios emitidos superior a 67 milhões de euros, com particular destaque para um aumento de 19% em contratos de prémios periódicos e um aumento de 18% no segmento de empresas (contratos de grupo), face a 2017. Por outro lado, os produtos de prémios não periódicos apresentam uma diminuição de volume de 22%, com particular destaque no segmento de seguros ligados a linhas de crédito ao consumo.

A manutenção do volume de prémios emitidos, suportada num conjunto de produtos distinto do verificado em anos anteriores, demonstra a solidez do *mix* estratégico de negócio da Companhia, que visa responder às necessidades dos clientes, elevar o seu nível de proteção e igualmente incrementar o seu nível de fidelização.

Assim, o resultado da atividade comercial, em 2018, materializou-se num aumento de 9% do número de apólices em vigor, para 398 857 e num aumento da base de clientes e número de pessoas seguras de 9% e 19% respetivamente. O volume de capitais seguros apresenta um aumento de 17%, situando-se no final de 2018 em 9 212 milhões de euros.

Os custos com sinistros de seguro direto situaram-se nos 8,8 milhões de euros (2017: 6,9 milhões de euros), representando uma taxa de sinistralidade sobre prémios emitidos de 13,1% (2017: 10,2%), sendo morte a principal cobertura afetada.

Na sequência da aquisição do Banco Popular Portugal pelo Banco Santander Totta e da aquisição associada da Eurovida pela Santander Totta Seguros, no final de 2018, a Aegon Santander Portugal Vida e os seus acionistas assinaram um acordo para a transferência de uma unidade de negócio autónoma, composta por 34 milhares apólices de seguro vida risco comercializadas pela Eurovida, Companhia de Seguros de Vida, S.A.

A incorporação desta unidade de negócio na Aegon Santander Portugal Vida concretizar-se-á em 2019.

Gestão de Ativos

Os investimentos da Companhia serão geridos com base no princípio da prudência, procurando-se a obtenção de um nível de diversificação adequado, tanto ao nível dos emitentes como por setores de atividade e qualidade creditícia.

Durante os exercícios de 2018 e 2017, a Companhia não possuiu quaisquer instrumentos financeiros derivados ou teve exposição significativa a instrumentos de capital. Nesta base, os investimentos da Companhia correspondem essencialmente a títulos de rendimento fixo, integralmente classificados na rubrica de Ativos financeiros disponíveis para venda.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os principais ativos financeiros são analisados como segue:

Milhões de Euros

Ativos Financeiros	2018	2017
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2,3	2,4
Ativos disponíveis para venda		
Títulos de dívida pública	24,9	19,7
De outros emissores públicos	4,7	4,7
De outros emissores	34,7	41,1
Total	**66,6**	**68,0**

Em 2018, os resultados obtidos com a atividade financeira (antes de gastos de gestão) ascenderam a 458 milhares de euros (2017: 399 milhares de euros).

Salienta-se que o investimento na unidade de negócio da ex-Eurovida (fusionada com a Santander Totta Seguros em outubro de 2018), no montante de 7,8 milhões de euros foi totalmente efetuado com recurso a fundos próprios, não tendo existido qualquer necessidade de recorrer a fontes de financiamento externas.

Custos e Gastos por Natureza a Imputar

Em 2018, os custos e gastos por natureza a imputar ascenderam a 7,7 milhões de euros (2017: 8,2 milhões de euros), assumindo-se os custos de tecnologia e amortização de intangíveis como as rubricas mais relevantes, como segue:

Milhões de Euros

Custos e Gastos por Natureza a Imputar	2018	2017
Gastos com o pessoal	1,3	1,2
Fornecimentos e serviços externos	4,3	4,4
Impostos e taxas	0,0	0,0
Depreciações e amortizações do exercício	1,8	2,2
Juros suportados	0,0	0,1
Comissões	0,3	0,2
Total	**7,7**	**8,2**

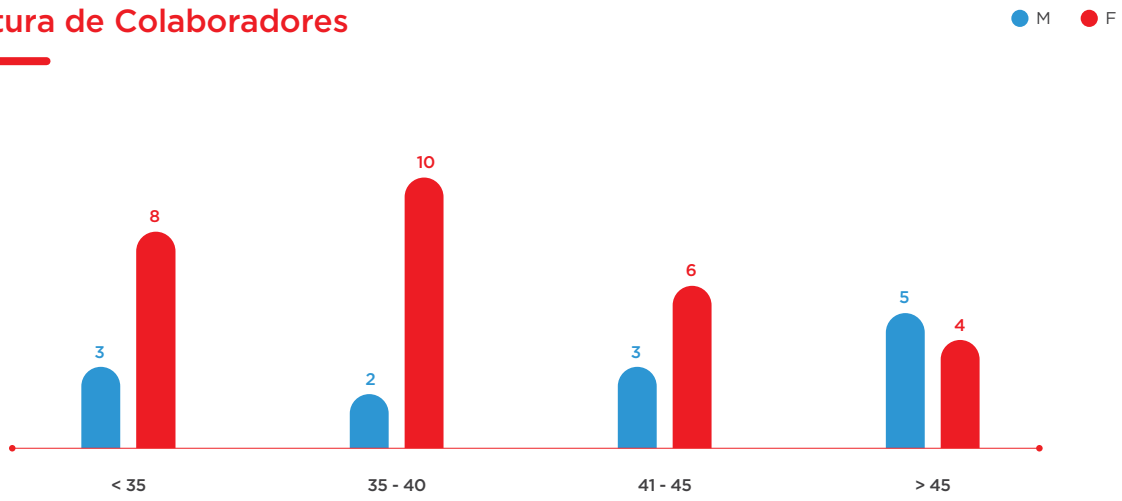
Recursos Humanos e Formação

A missão da Companhia é clara: ajudar os seus clientes a proteger o que lhes é mais precioso está no centro do que as equipas da Aegon Santander fazem. Este compromisso para com os clientes e alinhamento com a estratégia de negócio definida pelos Acionistas, contribuem de forma decisiva para o forte desempenho financeiro obtido e exige que a Companhia possua nos seus quadros os melhores colaboradores, de modo a que seja possível a obtenção de sucesso hoje e no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia, que partilha estruturas com a Aegon Santander Portugal Não Vida, conta com 41 Colaboradores (excluindo Órgãos Sociais).

Os Colaboradores da Companhia apresentam uma idade média de 39 anos, sendo 68% mulheres e 32% homens.

Estrutura de Colaboradores



A estratégia de recursos humanos suporta a *performance* da Companhia, dando ênfase a: (I) foco nos clientes, ligando as atividades do dia-a-dia com a missão da organização; (II) autonomia para os colaboradores atuarem em linha com os valores da Companhia; (III) criar um ambiente de inclusividade e diversidade onde o contributo de todos é valorizado; e (IV) investimento ativo em competências, *mind-sets* e capacidades necessárias para alcançar sucesso na era digital.

A Companhia mantém igualmente o seu compromisso com os seus colaboradores, no que respeita ao desenvolvimento das suas carreiras e competências, criando uma cultura que visa atrair e reter os melhores talentos e onde o plano de formação anual é uma prioridade.

Confirmando a adequação das políticas de recursos humanos definidas pela Companhia, pelo terceiro ano consecutivo, a Aegon Santander Portugal está entre as 100 Melhores Empresas para Trabalhar em Portugal (estudo anual elaborado pela revista *Exame* em parceria com a consultora Everis e a AESE *Business School*).

Capital Próprio e Margem de Solvência

Em 2018, o Capital Próprio da Companhia totaliza 31,1 milhões de euros (2017: 25 milhões de euros), registando-se um incremento de 6,1 milhões de euros face a 2017, como consequência do resultado líquido alcançado no exercício, da variação positiva da reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros (líquida de impostos) e distribuição de dividendos relativa a exercícios anteriores no montante de 5,9 milhões de euros.

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se a manutenção de rácios de solvabilidade robustos e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2018. O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2018 (será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de abril de 2019.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia, que partilha estruturas com a Aegon Santander Portugal Não Vida, conta com 41 colaboradores (excluindo Órgãos Sociais).

01.05

Perspetivas para 2019

O foco nos clientes, a oferta de produtos inovadora e adaptada às suas necessidades de proteção e a reconhecida qualidade de serviço, são fatores que estão na origem do crescimento face ao ano anterior.

No ano de 2018, a Companhia cumpriu o seu quarto exercício de atividade operacional, implementando-se no mercado segurador nacional como uma marca forte. O foco nos clientes, a oferta de produtos inovadora e adaptada às suas necessidades de proteção e a reconhecida qualidade de serviço, são fatores que estão na origem do crescimento face ao ano anterior.

Os objetivos para 2019 focam-se em dar continuidade à estratégia comercial definida, continuando a apostar nas sinergias que advêm do modelo de distribuição e na multicanalidade para chegar aos clientes de forma cada vez mais flexível e cómoda.

O ano de 2019 ficará igualmente marcado pela integração e início da exploração da nova unidade de negócio correspondente a 34 milhares apólices de seguro vida risco comercializadas pela Eurovida, Companhia de Seguros de Vida, S.A. (atualmente fusionada com a Santander Totta Seguros), cujo acordo para transferência foi assinado no final de 2018, bem como pela continuidade das atividades de implementação do normativo IFRS 17, de aplicação obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2022.

01.06

Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado líquido da Aegon Santander Portugal Vida, em 2018, é de 12.272.939 euros.

Deste resultado, 10% será utilizado para o reforço da Reserva Legal no montante de 1.227.294 euros, de modo a cumprir o disposto no artigo 62º da Lei n.º 147/2015.

O Conselho de Administração propõe a distribuição de dividendos pelos Acionistas, no montante de 11.045.645 euros, que corresponde a cerca de 147% do Capital Social da Companhia.

O Conselho de Administração propõe a distribuição de dividendos pelos Acionistas, no montante de 11.045.645 euros

01.07

Nota Final

O Conselho de Administração reconhece o importante contributo de diversas entidades e parceiros para o bom desempenho da Companhia, concretização dos seus objetivos e implementação da sua estratégia. Agradecemos especialmente:

- Aos Clientes, pela sua confiança na Companhia para assegurar as suas necessidades de proteção;
- À Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e à Associação Portuguesa de Seguradores, pelo seu apoio e colaboração permanentes;
- Aos Acionistas, pelo apoio demonstrado ao longo de todo o exercício;
- Ao Banco Santander Totta, pelo seu papel fundamental na comercialização dos produtos da Companhia;
- Aos Membros do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas pelo seu acompanhamento e aconselhamento;
- Aos nossos Resseguradores, pela confiança e capacidade de aceitação de riscos;
- Aos nossos diversos parceiros e prestadores de serviços, por complementarem a nossa atividade, com elevados níveis de serviço;
- E aos Colaboradores, pela sua dedicação e profissionalismo, que tornaram possível a obtenção dos resultados verificados.

A todos, os sinceros agradecimentos.

Lisboa, 13 de março de 2019

O Conselho de Administração

02

02

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO

Conta de Ganhos e Perdas — 1.ª Parte

31 de Dezembro de 2018 e 2017

Aegon Santander Portugal Vida, Companhia de Seguros de Vida, S.A — Euros

	Notas	2018 Técnica Vida	2018 Não técnica	2018 Total	2017
Prémios adquiridos liquídos de resseguro	2 l), 5	55 054 199	-	55 054 199	55 766 676
Prémios brutos emitidos		67 182 381	-	67 182 381	67 258 221
Prémios de resseguro cedido		(12 128 182)	-	(12 128 182)	(11 491 544)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)		-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)		-	-	-	-
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços		-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	2 l), 6	(4 980 418)	-	(4 980 418)	(4 350 138)
Montantes pagos		(3 943 199)	-	(3 943 199)	(3 299 737)
Montantes brutos		(7 027 178)	-	(7 027 178)	(5 645 207)
Parte dos resseguradores		3 083 979	-	3 083 979	2 345 470
Provisão para sinistros (variação)		(1 037 219)	-	(1 037 219)	(1 050 400)
Montante bruto		(1 759 679)	-	(1 759 679)	(1 215 094)
Parte dos resseguradores		722 461	-	722 461	164 694
Provisão matemática do Ramo Vida, líquida de resseguro (variação)	2 l), 7	(888 643)	-	(888 643)	(8 139 343)
Montante bruto		1 100 364	-	1 100 364	(6 972 451)
Parte dos resseguradores		(1 989 007)	-	(1 989 007)	(1 166 892)
Participação nos resultados, líquida de resseguro		-	-	-	-
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)		-	-	-	-
Custos e gastos de exploração líquidos	2 l), 8	(32 894 271)	-	(32 894 271)	(32 838 897)
Custos de aquisição		(36 540 544)	-	(36 540 544)	(36 909 241)
Custos de aquisição diferidos (variação)		606 009	-	606 009	4 935 751
Gastos administrativos		(5 617 683)	-	(5 617 683)	(6 201 086)
Comissões e participação nos resultados de resseguro		8 657 947	-	8 657 947	5 335 678
Rendimentos	2 p), 9	1 401 590	-	1 401 590	1 294 178
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		1 401 590	-	1 401 590	1 294 178
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Gastos financeiros	2 p), 10	(992 143)	-	(992 143)	(914 709)
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		(971 724)	-	(971 724)	(895 462)
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
Outros		(20 419)	-	(20 419)	(19 247)

Conta de Ganhos e Perdas — 2.ª Parte

31 de Dezembro de 2018 e 2017

Aegon Santander Portugal Vida, Companhia de Seguros de Vida, S.A — Euros

	Notas	2018 Técnica Vida	2018 Não técnica	2018 Total	2017
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	2 d), 13	27 885	-	27 885	-
De ativos disponíveis para venda		27 885	-	27 885	-
De empréstimos e contas a receber		-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De outros		-	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	-
De ativos e passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	-
Diferenças de câmbio		-	-	-	-
Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		-	(21 505)	(21 505)	(35 540)
De ativos disponíveis para venda		-	-	-	-
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado		-	-	-	-
De investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
De outros		-	(21 505)	(21 505)	(35 540)
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro		(939)	-	(939)	17 826
Outras provisões (variação)		-	-	-	-
Outros rendimentos/gastos	2 c), 2 s), 14	-	980	980	(2 480 030)
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		-	-	-	-
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-	-	-
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda		-	-	-	-
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		**16 727 260**	**(20 525)**	**16 706 735**	**8 320 023**
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	2 m), 21		-	(4 429 576)	(2 080 786)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	2 m), 21		-	(4 220)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**-**	**-**	**12 272 939**	**6 239 238**

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

O Diretor Financeiro

Demonstração da Posição Financeira — 1.ª Parte

31 de Dezembro de 2018 e 2017

Aegon Santander Portugal Vida, Companhia de Seguros de Vida, S.A — Euros

	Notas	2018 Valor bruto	2018 Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	2018 Valor líquido	2017
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2 g), 15	2 313 200	-	2 313 200	2 414 649
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		100	-	100	100
Valorizados ao custo		100	-	100	100
Valorizados ao justo valor		-	-	-	-
Valorizados pelo método da equivalência patrimonial		-	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação		-	-	-	-
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-	-
Títulos de dívida		-	-	-	-
Derivados		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-	-	-	-
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-	-
Títulos de dívida		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-	-
Cobertura de justo valor		-	-	-	-
Cobertura de fluxos de caixa		-	-	-	-
Cobertura de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira		-	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	2 d), 16	64 271 576	-	64 271 576	65 562 205
Investimentos em outras participadas e participantes		-	-	-	-
Instrumentos de capital e unidades de participação		-	-	-	-
Títulos de dívida		64 271 576	-	64 271 576	65 562 205
Outros		-	-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber		-	-	-	-
Depósitos junto de empresas cedentes		-	-	-	-
Outros depósitos		-	-	-	-
Empréstimos concedidos		-	-	-	-
Contas a receber		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade		-	-	-	-
Investimentos em outras empresas participadas e participantes		-	-	-	-
Títulos de dívida		-	-	-	-
Empréstimos concedidos e contas a receber		-	-	-	-
Outros		-	-	-	-

Demonstração da Posição Financeira — 2.ª Parte

31 de Dezembro de 2018 e 2017

Aegon Santander Portugal Vida, Companhia de Seguros de Vida, S.A — Euros

	Notas	2018 Valor bruto	2018 Imparidade, depreciações/ amortizações ou ajustamentos	2018 Valor líquido	2017
Terrenos e edifícios		-	-	-	-
Terrenos e edifícios de uso próprio		-		-	-
Terrenos e edifícios de rendimento		-		-	-
Outros ativos tangíveis	2 b), 17	223 386	178 322	45 064	87 901
Inventários		-	-	-	-
Goodwill		-	-	-	-
Outros ativos intangíveis	2 c), 18	14 005 815	6 848 171	7 157 644	7 614 463
Provisões técnicas de resseguro cedido	2 l), 19	14 821 521	-	14 821 521	14 256 173
Provisão matemática		9 261 495	-	9 261 495	11 137 003
Provisão para sinistros		2 462 199	-	2 462 199	1 739 739
Provisão para participação nos resultados		3 097 827	-	3 097 827	1 379 432
Provisão para compromissos de taxa		-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-	-	-
Provisão para prémios não adquiridos		-	-	-	-
Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro		-	-	-	-
Outras provisões técnicas		-	-	-	-
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-		-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 d), 2 l), 20	10 046 011	149 726	9 896 285	1 679 814
Contas a receber por operações de seguro direto		1 535 494	149 726	1 385 767	1 060 126
Contas a receber por operações de resseguro		-	-	-	-
Contas a receber por outras operações		8 510 518	-	8 510 518	619 688
Ativos por impostos e taxas		-	-	-	-
Ativos por impostos (e taxas) correntes		-	-	-	-
Ativos por impostos diferidos		-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	2 s), 22	12 577	-	12 577	8 169
Outros elementos do ativo		13 017	-	13 017	9 385
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas		-		-	-
TOTAL ATIVO		**105 707 204**	**7 176 219**	**98 530 985**	**91 632 860**

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

O Diretor Financeiro

Demonstração da Posição Financeira — 1.ª Parte

31 de Dezembro de 2018 e 2017

Aegon Santander Portugal Vida, Companhia de Seguros de Vida, S.A			Euros
	Notas	2018	2017
PASSIVO			
Provisões técnicas	2 l), 19	48 801 719	48 748 413
Provisão matemática		39 831 946	41 538 319
Provisão para sinistros		8 969 773	7 210 094
Provisão para participação nos resultados		-	-
Provisão para participação nos resultados a atribuir		-	-
Provisão para participação nos resultados atribuída		-	-
Provisão para compromissos de taxa		-	-
Provisão para estabilização de carteira		-	-
Provisão para prémios não adquiridos		-	-
Provisão para riscos em curso		-	-
Provisão técnica relativa a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro		-	-
Outras provisões técnicas		-	-
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		-	-
Valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-
Valorizados ao custo amortizado		-	-
Outros passivos financeiros	2 f), 23	7 999 743	9 713 468
Derivados de cobertura		-	-
Passivos subordinados		-	-
Depósitos recebidos de resseguradores		7 999 743	9 713 468
Outros		-	-
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo		-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	2 l), 24	5 794 766	5 439 381
Contas a pagar por operações de seguro direto		2 467 363	2 509 793
Contas a pagar por operações de resseguro		2 868 869	2 891 887
Contas a pagar por outras operações		458 534	37 701
Passivos por impostos e taxas	2 m), 21	3 092 319	1 180 122
Passivos por impostos (e taxas) correntes		2 878 933	905 318
Passivos por impostos diferidos		213 385	274 803
Acréscimos e diferimentos	2 s), 22	1 728 393	1 583 919
Outras provisões		-	-
Outros elementos do passivo		-	-
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		-	-
TOTAL PASSIVO		**67 416 940**	**66 665 303**

Demonstração da Posição Financeira — 2.ª Parte

31 de Dezembro de 2018 e 2017

Aegon Santander Portugal Vida, Companhia de Seguros de Vida, S.A			Euros
	Notas	2018	2017
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	2 h), 25	7 500 000	7 500 000
Dividendo antecipado		-	-
Outros instrumentos de capital		-	-
Reservas de reavaliação	2 j), 25	836 919	1 132 946
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros		836 919	1 132 946
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio		-	-
Por revalorização de outros ativos tangíveis		-	-
Por revalorização de ativos intangíveis		-	-
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		-	-
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		-	-
De diferenças de câmbio		-	-
Reserva por impostos diferidos	2 k), 25	(217 599)	(283 237)
Outras reservas	2 i), 25	10 721 785	10 097 861
Reserva legal		1 421 785	797 861
Reserva estatutária		-	-
Prémios de emissão		9 300 000	9 300 000
Outras reservas		-	-
Resultados transitados		-	280 749
Resultado do exercício		12 272 939	6 239 238
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		**31 114 044**	**24 967 557**
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		**98 530 985**	**91 632 860**

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

O Diretor Financeiro

Demonstração de Variações do Capital Próprio

31 de Dezembro de 2018 e 2017

Aegon Santander Portugal Vida, Companhia de Seguros de Vida, S.A — Euros

	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total Capital próprio
Capital próprio em 31 de dezembro 2017	**7 500 000**	**1 132 946**	**(283 237)**	**10 097 861**	**280 749**	**6 239 238**	**24 967 557**
Aplicação de resultados	-	-	-	623 924	-	(623 924)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(280 749)	(5 615 314)	(5 896 063)
Outro rendimento integral:							
Ganhos/(perdas) líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponiveis para venda	-	(296 027)	-	-	-	-	(296 027)
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	65 638	-	-	-	65 638
Total da variação do Capital Próprio	**-**	**(296 027)**	**65 638**	**623 924**	**(280 749)**	**(6 239 238)**	**(6 126 452)**
Resultado do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**12 272 939**	**12 272 939**
Capital próprio em 31 de dezembro 2018	**7 500 000**	**836 919**	**(217 599)**	**10 721 785**	**-**	**12 272 939**	**31 114 044**

Aegon Santander Portugal Vida, Companhia de Seguros S.A — Euros

	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total Capital próprio
Capital próprio em 31 de dezembro 2016	**7 500 000**	**738 433**	**(183 131)**	**9 603 701**	**1 333 311**	**4 941 597**	**23 933 911**
Aplicação de resultados	-	-	-	494 160	-	(494 160)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(1 052 563)	(4 447 437)	(5 500 000)
Outro rendimento integral:							
Ganhos/(perdas) líquidos por ajustamento no justo valor de ativos financeiros disponiveis para venda	-	394 513	-	-	-	-	394 513
Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	(100 105)	-	-	-	(100 105)
Total da variação do Capital próprio	**-**	**394 513**	**(100 105)**	**494 160**	**(1 052 563)**	**(4 941 597)**	**(5 205 592)**
Resultado do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**6 239 238**	**6 239 238**
Capital próprio em 31 de dezembro 2017	**7 500 000**	**1 132 946**	**(283 237)**	**10 097 861**	**280 749**	**6 239 238**	**24 967 557**

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

O Diretor Financeiro

Demonstração do Rendimento Integral

31 de Dezembro de 2018 e 2017

Aegon Santander Portugal Vida, Companhia de Seguros de Vida, S.A		Euros
	2018	2017
Resultado líquido do exercício	**12 272 939**	**6 239 238**
Outro rendimento integral do exercício		
Ativos que reclassificam por resultados		
Reserva de reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda	(296 027)	394 513
Reserva por impostos relacionados com items que reclassificam por resultados	65 638	(100 105)
Rendimento integral total do exercício	**12 042 550**	**6 533 646**

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

O Diretor Financeiro

Demonstração de Fluxos de Caixa

31 de Dezembro de 2018 e 2017

Aegon Santander Portugal Vida, Companhia de Seguros de Vida, S.A		Euros
	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Operações de seguro		
Prémios de seguro direto	68 539 464	68 424 147
Custos com sinistros de seguro direto	(5 952 978)	(4 566 967)
Comissões por intermediação de seguros	(30 647 788)	(31 546 282)
Pagamento a resseguradores (líquido de recebimentos)	(4 863 208)	(5 261 641)
Outros fluxos de caixa		
Pagamentos a fornecedores	(7 918 019)	(7 852 790)
Pagamentos ao pessoal	(1 062 590)	(920 648)
Pagamentos ao Estado e outros entes públicos	(5 115 568)	(4 709 692)
Outros fluxos de caixas operacionais	295 896	265 446
Total	**13 275 210**	**13 831 572**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Investimentos financeiros		
Aquisições	(11 364 917)	(12 454 465)
Vendas	5 355 536	-
Amortizações de capital	5 952 562	4 489 017
Rendimentos de títulos	1 509 170	1 336 562
Outros investimentos		
Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis	(1 089 810)	(2 673 405)
Transferência de unidade de negócio da ex-Eurovida	(7 843 137)	-
Total	**(7 480 596)**	**(9 302 292)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos	(5 896 063)	(5 500 000)
Total	**(5 896 063)**	**(5 500 000)**
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(101 449)	(970 720)
Caixa e equivalentes e depósitos no início do período	2 414 649	3 385 369
Caixa e equivalentes e depósitos no final do período	2 313 200	2 414 649

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

O Diretor Financeiro

Notas Explicativas Integrantes das Demonstrações Financeiras

(Montantes em euros, exceto quando expressamente indicado)

1. Informações Gerais

A Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Companhia) foi constituída em 16 de dezembro de 2014 e tem por objeto o exercício da atividade de seguro direto e de resseguro cedido, do ramo vida, tendo obtido as devidas autorizações da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (anteriormente designada por Instituto de Seguros de Portugal ou ISP).

Os seguros de vida compreendem a cobertura de riscos relacionados com a morte ou a invalidez da pessoa segura.

Conforme indicado na Nota 25, a Companhia é detida pela Aegon Spain Holding B.V. e pela Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. e, consequentemente, as suas operações e transações são influenciadas pelas decisões dos Grupos em que se insere (Grupo Aegon e Grupo Santander).

No âmbito da constituição da Companhia, a Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A. realizou entradas no montante total de 16.800.000 euros, incluindo o capital social da Companhia no montante de 7.500.000 euros, representado por sete milhões e quinhentas mil ações com o valor nominal de 1 euro cada, e o prémio de emissão no montante de 9.300.000 euros.

Após a constituição, com referência à data de 31 de dezembro de 2014, o acionista único transferiu para a Companhia uma carteira de seguros vida risco correspondente às apólices de seguros vida risco individual da Santander Totta Seguros subscritas a partir de 1 de julho de 2012, através da rede de distribuição do Banco Santander Totta, S.A. em Portugal, bem como os respetivos ativos e passivos associados.

Posteriormente à transferência de carteira, mas previamente ao efetivo início de desenvolvimento da atividade por parte da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. alienou à Aegon Spain Holding B.V. 51% do capital social e direitos de voto da Companhia.

Adicionalmente, foi celebrado, entre a Companhia e o Banco Santander Totta, S.A., um acordo de distribuição mediante o qual este Banco irá comercializar, em regime de exclusividade, os produtos da Companhia até 31 de dezembro de 2039.

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem o quarto exercício de atividade operacional da Companhia, iniciado em 1 de janeiro de 2018.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2019.

2. Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras e Principais Políticas Contabilísticas Adotadas

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), através da Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, de 15 de setembro, e suas atualizações subsequentes, no âmbito das competências que lhe são atribuídas por lei.

O Plano de Contas para as Empresas de Seguros corresponde genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) tal como adotadas pela União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, com exceção da Norma IFRS 4 – Contratos de Seguro. Relativamente a esta Norma apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando-se a aplicar, no que se refere ao reconhecimento e mensuração dos contratos de seguro, os princípios estabelecidos na legislação e regulamentação específica em vigor.

As demonstrações financeiras estão expressas em euros e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, ativos financeiros disponíveis para venda. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como os ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou ao custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

Tal como descrito a seguir, sob o título Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, a Companhia adotou na preparação destas demonstrações financeiras, as normas contabilísticas emitidas pelo IASB e as interpretações do IFRIC de aplicação obrigatória desde o início do exercício. Esta adoção teve impacto em termos de apresentação das demonstrações financeiras e das divulgações, não originando alterações de políticas contabilísticas, nem afetando a posição financeira da Companhia.

Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Impacto da adoção de novas normas, alterações às normas e interpretações que se tornaram efetivas a 1 de janeiro de 2018

- IFRS 15 (nova), 'Rédito de contratos com clientes'. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços a clientes, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na "metodologia das 5 etapas". Esta norma não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Alterações à IFRS 15, 'Rédito de contratos com clientes'. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 9 (nova), 'Instrumentos financeiros'. A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (I) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (II) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (III) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura. A Aplicação da IFRS 9 com a IFRS 4 – 'Contratos de seguro' (emitida em 12 de setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2022. O Regulamento da EU 2017/1988, de 3 de novembro, alargou a possibilidade de tal adiamento a conglomerados financeiros (que incluam bancos e seguradoras). A norma quando aplicada terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 4 (alteração), 'Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)'. Esta alteração atribui às entidades que negoceiam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e aplica-se às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora. Ver comentários acima no parágrafo relativo à IFRS 9.

- IFRS 2 (alteração), 'Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações'. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente (*cash-settled*) e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente (*cash-settled*) para liquidado com capital próprio (*equity-settled*). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio (*equity-settled*), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IAS 40 (alteração) 'Transferência de propriedades de investimento'. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Melhorias às normas 2014 – 2016. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28. Estas melhorias não têm impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRIC 22 (nova), 'Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada' Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transação" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira. Esta IFRIC não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas (novas e alterações) e interpretações publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, que a União Europeia já endossou:

- IFRS 16 (nova), 'Locações' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospetivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospetiva modificada. Não é expectável que a adoção futura desta norma tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 9 (alteração), 'Elementos de pré-pagamento com compensação negativa' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de serem classificados ao justo valor através de resultados. Ver comentários acima no parágrafo relativo à IFRS 9.

- IFRIC 23 (nova), 'Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – 'Imposto sobre o rendimento', referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – 'Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes', com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospetiva ou retrospetiva modificada. Não é expectável que a adoção futura desta norma tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019, mas que a União Europeia ainda não endossou:

- IAS 19 (alteração), 'Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração à IAS 19 exige que uma entidade: (I) utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e (II) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do *asset ceiling*. O impacto no *asset ceiling* é sempre registado no Outro Rendimento Integral, não podendo ser reciclado por resultado do exercício. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IAS 28 (alteração), 'Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9. Os investimentos

de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos, estão sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de ser adicionado para efeitos de teste de imparidade ao investimento global numa associada ou empreendimentos conjunto, quando existam indicadores de imparidade. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 3 (alteração), 'Definição de negócio' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração constitui uma revisão à definição de negócio para efeitos de contabilização de concentrações de atividades empresariais. A nova definição exige que uma aquisição inclua um *input* e um processo substancial que conjuntamente gerem *outputs*. Os *outputs* passam a ser definidos como bens e serviços que sejam prestados a clientes, que gerem rendimentos de investimentos financeiros e outros rendimentos, excluindo os retornos sob a forma de reduções de custos e outros benefícios económicos para os acionistas. Passam a ser permitidos 'testes de concentração' para determinar se uma transação se refere à aquisição de um ativo ou de um negócio. Não é expectável que a adoção futura desta alteração tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IAS 1 e IAS 8 (alteração), 'Definição de material' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. Esta alteração introduz uma modificação ao conceito de material. Inclui clarificações quanto à referência a informações pouco claras, correspondendo a situações em que o seu efeito é similar a omitir ou distorcer tais informações, no contexto global das demonstrações financeiras; e ainda clarificações quanto ao termo 'principais utilizadores das demonstrações financeiras', sendo estes definidos como 'atuais e futuros investidores, financiadores e credores' que dependem das demonstrações financeiras para obterem uma parte significativa da informação de que necessitam. Não é expectável que a adoção futura destas alterações tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Melhorias às normas 2015 – 2017 (a aplicar aos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019). Este ciclo de melhorias ainda está sujeito ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11. Não é expectável que a adoção futura da melhoria às referidas normas tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Estrutura concetual, 'Alterações na referência a outras IFRS' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2020). Estas alterações ainda estão sujeitas a aprovação pela União Europeia. Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceitual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospetiva, exceto se impraticáveis. Não é expectável que a adoção futura destas alterações tenha impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

- IFRS 17 (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo (*building block approach*) ou simplificado (*premium allocation approach*). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospetiva. A adoção futura desta norma terá impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Principais políticas contabilísticas adotadas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes, tendo sido aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados:

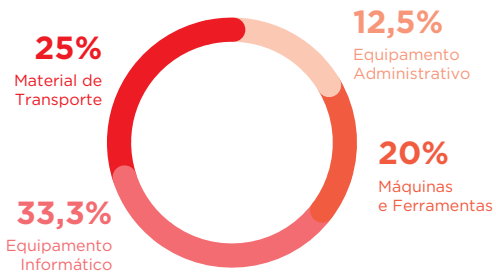
a. Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de ativos e operações que se encontram sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio. Tendo em consideração que a Companhia comercializa apenas contratos de seguro Vida Risco, este constitui o seu único segmento.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes dos existentes em outros ambientes económicos. Visto que todos os contratos da Companhia são celebrados em Portugal, este constitui o seu único segmento.

b. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a depreciação e testes de imparidade. As respetivas depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:



No reconhecimento inicial dos valores dos outros ativos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o correto funcionamento do ativo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, é estabelecida uma vida útil do ativo capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos por parte deste, depreciando-o por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são capitalizados no ativo apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como gasto, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Quando existe a evidência de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável do ativo é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

c. Ativos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis. Estes custos são mantidos na rubrica de intangíveis em curso durante a fase de desenvolvimento e até à conclusão de cada módulo.

Os ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição sujeito a amortização e testes de imparidade. As amortizações respetivas são calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base numa taxa anual, a qual reflete, de forma razoável, a sua vida útil estimada, a qual não excede os 5 anos.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

A Companhia registou ainda nesta rubrica o preço de aquisição da carteira de seguros vida risco transferida da Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A., o qual será amortizado ao longo do período em que se espera que a referida carteira gere benefícios económicos para a Companhia.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d. Ativos financeiros

I) Classificação

A Companhia classifica os ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- **Investimentos em filiais**

  São classificadas como filiais as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo. O controlo normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, os investimentos em empresas filiais são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade.

  Atualmente a Companhia não possui qualquer investimento em filiais.

- **Investimentos em associadas**

  São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando

os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, os investimentos em associadas estão reconhecidos ao custo de aquisição, sendo objeto de análises periódicas de imparidade. Os dividendos são registados como rendimentos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas associadas.

Atualmente a Companhia não possui qualquer investimento em associadas.

- **Empreendimentos conjuntos**

São considerados empreendimentos conjuntos as sociedades nas quais a Companhia exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da sociedade na qual detém a participação. Os empreendimentos conjuntos são usualmente estruturados mediante acordos de partilha dos direitos de voto e decisões equiparáveis.

Atualmente a Companhia apenas detém uma participação de 100 euros na Aegon Agrupación de Interés Económico (AIE).

- **Ativos financeiros detidos para negociação**

Estes são adquiridos com o principal objetivo de gerar valias no curto prazo. Esta categoria inclui também os derivados que não se encontrem designados para cobertura contabilística.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

- **Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas**

Esta categoria inclui os ativos com derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor, com as variações subsequentes no justo valor reconhecidas em resultados.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

- **Ativos disponíveis para venda**

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que (I) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (II) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (III) quando não se enquadrem noutras categorias existentes.

- **Investimentos a deter até à maturidade**

São os ativos financeiros sobre os quais existe a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da mesma têm de ser reclassificados para a classe disponíveis para venda.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

- **Empréstimos concedidos e contas a receber**

Inclui ativos financeiros, exceto derivados, com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados num mercado ativo e cuja finalidade não seja a negociação.

Atualmente a Companhia não possui ativos classificados nesta categoria.

II) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

As aquisições e alienações de ativos financeiros detidos para negociação, classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, de ativos financeiros disponíveis para venda e de investimentos a deter até à maturidade são reconhecidas na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Os ativos financeiros referidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros detidos para negociação e classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, em que estes custos são registados diretamente em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando (I) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (II) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (III) não obstante, retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

III) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros detidos para negociação e os ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em ganhos e perdas.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas no Capital próprio (Reserva de reavaliação), até que os investimentos sejam desreconhecidos, ou seja, alienados ou identificadas perdas por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Ainda relativamente aos ativos disponíveis para venda, o ajustamento ao justo valor compreende a separação entre (I) as amortizações segundo a taxa efetiva – por contrapartida de resultados do exercício (somente no que respeita a títulos de rendimento fixo) –, (II) as variações cambiais (no caso de denominação em moeda estrangeira) – por contrapartida de resultados do exercício e (III) as variações no justo valor (exceto risco cambial) – conforme descrito anteriormente.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registadas na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos ativos financeiros cotados difere de acordo com a sua natureza. As ações, os direitos autónomos de subscrição ou de atribuição de ações e os *exchange traded funds* são valorizados ao preço oficial de fecho ou equiparado do mercado organizado com maior volume de transação médio, formado e divulgado na data a que respeita a valorização ou, caso não se tenha formado nessa data, em data anterior, que não diste da data a que se refere a avaliação mais de 15 dias de calendário. Caso o preço oficial de fecho ou equiparado do mercado de referência seja formado em momento posterior ao de referência da valorização, é adotado o último preço de transação efetuado nesse mercado, na data a que se reporta a valorização, divulgado até ao momento de referência da valorização. Os fundos de investimento são valorizados ao respetivo valor patrimonial.

Nas obrigações, o preço de valorização corresponde ao último preço de transação, divulgado até ao momento de referência da valorização, correspondente ao último preço divulgado para essa data, exceto se tal preço não possa ser considerado representativo. Sempre que não exista mercado

de referência ou, existindo, nas datas em que nele não se realizem transações, bem como naquelas em que o último preço formado não possa ser considerado representativo, o preço de valorização é determinado de acordo com os critérios aplicáveis a obrigações e outros títulos de dívida não admitidos à negociação em mercado regulamentado. No caso de obrigações, certificados e instrumentos de dívida com ativos subjacentes, direitos ou instrumentos derivados incorporados não admitidos à negociação em mercado regulamentado, o preço de referência é constituído pelo último valor de compra do *Bloomberg Generic Price* (BGN), formado na data e divulgado até ao momento de referência da valorização, pela Bloomberg. Caso não exista um preço BGN, o preço de valorização corresponderá à média das duas ofertas de compra firmes a melhor preço de intermediários financeiros qualificados. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (I) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, recorrendo para o efeito, caso necessário, a entidades especializadas e (II) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

IV) Transferências entre categorias de ativos financeiros

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendements to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros detidos para negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos concedidos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos concedidos e contas a receber e investimentos a deter até à maturidade são também permitidas.

Até à presente data, a Companhia não usou esta opção.

v) Imparidade

Imparidade de títulos

A Companhia analisa a cada data de balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou um grupo de ativos financeiros, se encontram em imparidade.

No caso de se verificar essa evidência, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas de imparidade resultantes da diferença entre o valor recuperável e o valor contabilístico do ativo financeiro, registadas por contrapartida de resultados.

Relativamente a instrumentos classificados como disponíveis para venda, as perdas por imparidade serão reconhecidas sempre que se verifique uma evidência objetiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorram após o seu reconhecimento inicial, tais como:

a. Para os títulos representativos de capital, um declínio prolongado ou significativo no justo valor destes, inferior ao respetivo custo e,

b. Para os títulos de dívida, quando exista um impacto no valor dos fluxos de caixa futuros

do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

A definição do critério de imparidade, utilizado pela Companhia, teve por base o normativo contabilístico em vigor (base IFRS) e as tendências que estão a ser usadas no mercado segurador, nas organizações que prestam as suas contas em conformidade com as IFRS, visando desta forma a harmonização com algumas práticas do mercado.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição (amortizado pela taxa efetiva, no caso de títulos de dívida) e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, para os quais não é possível reconhecer qualquer reversão de imparidade. As valorizações subsequentes de ações e outros instrumentos de capital são reconhecidas em reservas.

No que se refere aos investimentos detidos até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são apresentados no ativo, líquidos de imparidade. No caso de um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos investimentos detidos até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o respetivo reconhecimento, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Ajustamentos de recibos por cobrar e para créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos para recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados no final do exercício são refletidos na rubrica “Contas a receber por operações de seguro direto”.

Os ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa destinam-se a reduzir o montante dos saldos devedores, provenientes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras, com exceção dos ecibos por cobrar, ao seu valor previsional de realização, por aplicação dos critérios autorizados por norma específica da autoridade de supervisão.

e. Outros ativos financeiros – derivados embutidos e instrumentos financeiros derivados

Os derivados que estão embutidos em Outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não se encontra contabilizado ao justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor e as respetivas variações reconhecidas em resultados.

Em alternativa, são reconhecidos respetivamente, como ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas ou como ativos financeiros detidos para negociação. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular,

sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação, inexistência de mercado ativo, é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e os fatores de volatilidade.

Atualmente a Companhia não possui ativos com derivados embutidos ou instrumentos financeiros derivados.

f. Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como Passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros incluem essencialmente passivos de contratos de investimento e são registados (I) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (II) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

g. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em Instituições de Crédito.

h. Capital social

As ações são classificadas como Capital próprio quando não têm subjacente a obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no Capital próprio como uma dedução dos proveitos, líquidos de impostos.

i. Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital social.

j. Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence ao acionista, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

k. Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de ativos disponíveis para venda, são posteriormente reconhecidos em resultados no momento

em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

l. Contratos de seguro e contratos de investimento

Os contratos de seguro são contratos segundo os quais a Seguradora assume um risco de seguro significativo da pessoa segura, aceitando compensá-la no caso de um acontecimento futuro incerto que a afete de forma adversa. Este tipo de contrato encontra-se no âmbito da IFRS 4 (Seguros de Vida).

Os contratos de investimento são contratos que envolvem exclusivamente risco financeiro. Estes contratos podem ainda ser diferenciados entre contratos puramente financeiros e aqueles que possuem uma característica de participação discricionária (participação nos resultados). Se os contratos de investimento forem puros, enquadram-se no âmbito da IAS 39, se atribuírem uma participação discricionária, enquadram-se no âmbito da IFRS 4 (Produtos de capitalização com taxas garantidas e com participação nos resultados).

A Companhia apenas comercializa contratos de Seguros de Vida.

Os contratos de seguro são reconhecidos e mensurados como se segue:

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/ responsabilidades de contratos de seguros.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam, da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição são essencialmente representados pela remuneração de mediação contratualmente atribuída ao canal de distribuição (Banco Santander Totta, S.A.), pela angariação de contratos de seguro.

Estas remunerações são registadas como custo no exercício a que respeitam.

Provisão matemática

A provisão matemática do Ramo Vida corresponde à diferença entre os valores atuais das responsabilidades da Companhia e os valores atuais das responsabilidades dos tomadores de seguro, relativamente às apólices emitidas, sendo calculada com base em métodos atuariais reconhecidos e em conformidade com as notas técnicas aprovadas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de pensões para cada uma das modalidades.

As tábuas de mortalidade utilizadas variam entre a GKM80 e a GKM95, com taxas técnicas entre os 0% e os 4%, dependendo da tipologia do produto.

A Companhia, de acordo com a Norma Regulamentar n.º 10/2016-R, procede à zillmerização das provisões matemáticas calculadas para cada contrato até ao limite de 85% dos encargos

de aquisição próprios do contrato e ainda não amortizados.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros é determinada pela conjugação de dois métodos. O primeiro baseia-se numa análise caso a caso, determinando os sinistros ocorridos e ainda por liquidar. O segundo consiste na aplicação de métodos estatísticos que calculam a provisão dos sinistros ocorridos mas não declarados à data de balanço e eventuais custos associados (IBNR). A Companhia tem ainda me consideração o montante necessário para fazer face a gestão de sinistros.

Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios anteriormente descritos para o seguro direto, tendo em atenção as cláusulas existentes nos tratados de resseguro em vigor e que correspondem à parte dos resseguradores nos montantes brutos das provisões técnicas de seguro de vida.

Contas a receber e a pagar de contratos de seguro e de contratos de investimento

Os saldos das contas a receber e a pagar associados aos contratos de seguro e de investimento são reconhecidos quando devidos. Estes saldos incluem, entre outros, os montantes devidos de e para os agentes angariadores e tomadores de seguro.

Quando houver evidência objetiva de que um destes ativos possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda de imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade abatem o valor do ativo e são reconhecidas em resultados. Esta perda é calculada de acordo com o mesmo método usado para os outros ativos financeiros, o qual podemos verificar acima na alínea d).

Contas a receber e a pagar por operações de resseguro

A Companhia, no decurso normal da sua atividade, cede negócio aos Resseguradores, tendo por base os princípios definidos nos tratados de resseguro. Os valores a pagar relacionados com a atividade de resseguro incluem saldos a pagar de empresas de seguro aos resseguradores, por sua vez relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos resseguradores são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos tratados de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis às operações relacionadas com o Resseguro cedido, no âmbito de contratos de resseguro, que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro direto.

m. Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando relacionados com itens reconhecidos diretamente no Capital próprio, caso em que são também registados por contrapartida do Capital próprio.

Os impostos diferidos registados no Capital próprio decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se estimam pagar com base no resultado tributável, apurado de acordo com

as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos são calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando os ajustamentos fiscais se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico, quer o fiscal, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro, capazes de absorver as referidas diferenças.

n. Benefícios concedidos aos empregados

Plano de benefícios pós-emprego

Em 8 de julho de 2016, as seguradoras Aegon Santander Portugal Vida, S.A. e Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A. aderiram ao Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) atualmente em vigor e que foi assinado entre as diversas seguradoras a operar no mercado nacional e dois sindicatos representativos da classe profissional (STAS e SISEP), a 29 de janeiro de 2016, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) n.º 4, de 29 de janeiro de 2016. De acordo com o n.º 1 da cláusula 50.ª do ACT, "Todos os trabalhadores em efetividade de funções, bem como aqueles cujos contratos de trabalho estejam suspensos por motivo de doença ou de acidente de trabalho, com contratos de trabalho sem termo, beneficiam de um Plano Individual de Reforma em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual integrará e substituirá quaisquer outros sistemas de atribuição de pensões de reforma previstos em anteriores instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho aplicáveis à empresa".

O plano de pensões é financiado através de uma adesão coletiva ao fundo de pensões aberto Reforma Empresa.

Tendo em conta o disposto no n.º 1 do Anexo V do ACT, a Companhia efetuará anualmente contribuições para o Plano Individual de Reforma (PIR) de valor correspondente a 3,25% do ordenado anual do trabalhador.

O plano individual de reforma prevê a garantia de capital investido, sendo essa responsabilidade da entidade gestora. Tratando-se de um plano de contribuição definida, os benefícios pós-emprego recebidos pelos empregados são determinados pelas contribuições pagas pela Companhia, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes dessas mesmas contribuições. Consequentemente, os riscos atuarial e de investimento recairão nos empregados.

Dado que a obrigação da Companhia (Associado) é determinada pelas quantias a serem contribuídas, a respetiva contabilização consistirá em reconhecer um gasto anual, à medida que essas contribuições forem efetuadas.

Prémio de permanência (Outros benefícios de longo prazo)

Ao abrigo da cláusula 42.ª do ACT, a Companhia atribuirá aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma, prémios de permanência pecuniários (Colaboradores

com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal. Após este completar 50 anos de idade e logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa a seguir indicados, o prémio pecuniário será substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

a. Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;

b. Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia;

c. Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia.

Benefícios de saúde

Os Colaboradores da Companhia que se encontram no ativo beneficiam de um seguro de assistência médica.

Os gastos resultantes deste benefício são registados pela Companhia como gastos do ano.

Bónus de desempenho

A política de remuneração dos Colaboradores é definida pelo Conselho de Administração e poderá contemplar um prémio pelo desempenho, atribuído com base nos resultados obtidos por estes e pela Companhia e nos critérios definidos no modelo de avaliação de desempenho em vigor na Companhia.

Os gastos resultantes de bónus de desempenho são registados pela Companhia como gastos do ano.

Estimativa para férias e subsídio de férias

Os encargos com férias e subsídio de férias dos Colaboradores são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseada nos valores do respetivo exercício. A respetiva estimativa encontra-se registada na rubrica Acréscimos e diferimentos no passivo da Demonstração da posição financeira.

o. Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, sendo provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos, num montante que possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido em provisões consiste no valor atual da melhor estimativa dos recursos necessários para liquidar a obrigação, na data de relato. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Companhia é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não são possíveis evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre

que se verifica uma possibilidade não remota de uma saída de recursos englobando benefícios. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um futuro influxo económico de recursos.

p. Reconhecimento de juros e dividendos

Os juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber e investimentos detidos até à maturidade são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é aquela que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada, sendo classificada, conjuntamente com o ativo, na rubrica de ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), são reconhecidos em resultados quando o direito ao seu recebimento é estabelecido.

q. Transações em moeda estrangeira

As conversões para euros das transações em moeda estrangeira são efetuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Os valores dos ativos expressos em moeda de países não participantes na União Económica Europeia (UEM) são convertidos para euros utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, de ativos e passivos monetários, entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço, são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

r. Locações

A classificação das operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais é feita tendo por base a sua substância e não a forma legal, cumprindo-se os critérios definidos na IAS 17 – Locações.

A Companhia classifica como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição do bem locado, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas: (I) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (II) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

s. Reconhecimento de outros rendimentos e gastos

Os outros rendimentos e os gastos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

t. Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes são classificados como detidos para venda quando o seu valor de balanço for recuperado principalmente através de uma transação de venda (incluindo os adquiridos exclusivamente com o objetivo da sua venda), sendo a sua venda altamente provável.

Previamente à classificação inicial do ativo como detido para venda, a mensuração dos ativos não correntes é efetuada de acordo com os IFRS aplicáveis. Posteriormente, estes ativos para alienação são mensurados ao menor valor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda.

3. Principais Estimativas Contabilísticas e Julgamentos Relevantes Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

As IAS/IFRS estabelecem um conjunto de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize julgamentos e efetue estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são a seguir divulgados, com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados. Na Nota 2 foi apresentada uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento contabilístico

adotado pela Companhia, que levariam a resultados diferentes dos obtidos. No entanto, o Conselho de Administração entende que os julgamentos e as estimativas utilizadas são os adequados, pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas seriam mais apropriadas.

a. Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica contabilística com a designação de provisões técnicas.

As provisões técnicas relativas aos produtos Vida tradicionais são determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, aplicáveis a cada uma das coberturas.

Os pressupostos utilizados baseiam-se na experiência da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem as seguintes categorias: (I) provisão matemática, (II) provisão para participação nos resultados (apenas de resseguro cedido), e (III) provisão para sinistros.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estime pagar é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro, avaliando periodicamente as suas responsabilidades, tendo em consideração as coberturas de resseguro respetivas previstas nos tratados celebrados.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais.

Poderá existir ainda uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado à Companhia, acomodado na provisão IBNR.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

b. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) a Companhia estima o justo valor utilizando (I) metodologias de avaliação, tais como, a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções parametrizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento (recorrendo a entidades especializadas) e (II) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado. Estas metodologias

podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

c. Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda e dos ativos detidos até à maturidade

A Companhia determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda, nomeadamente para os de rendimento variável (ações e unidades de participação), quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efetuado, a Companhia avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos ativos. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Atualmente a Companhia não detém ações ou unidades de participação classificadas como disponíveis para venda.

Relativamente a títulos de dívida, eventos que alterem os fluxos de caixa futuros estimados são tomados em consideração para o apuramento da necessidade, ou não, do reconhecimento de uma perda por imparidade.

Da utilização de metodologias alternativas, e da utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderia resultar um nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

d. Impostos sobre lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos ou doze anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes

principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal.

No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

4. Reporte por Segmentos

Os contratos comercializados pela Companhia são exclusivamente contratos de seguro que protegem a pessoa segura contra os riscos de morte, invalidez, incluindo outras coberturas complementares.

Nesta base, Vida Risco constituí o seu único segmento, cujos resultados encontram-se apresentados na Conta de Ganhos e Perdas, sob o título Técnica Vida.

Os ativos e passivos são desagregados como segue:

Euros

	2018			2017		
	Vida risco	Não alocados	Total	Vida risco	Não alocados	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	2 313 200	2 313 200	-	2 414 649	2 414 649
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	100	100	-	100	100
Ativos financeiros disponíveis para venda	64 271 576	-	64 271 576	65 562 205	-	65 562 205
Outros ativos tangíveis	-	45 064	45 064	-	87 901	87 901
Outros ativos intangíveis	4 440 067	2 717 577	7 157 644	5 284 635	2 329 828	7 614 463
Provisões técnicas de resseguro cedido	14 821 521	-	14 821 521	14 256 173	-	14 256 173
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	9 896 285	-	9 896 285	1 679 814	-	1 679 814
Ativos por impostos e taxas	-	-	-	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	-	12 577	12 577	-	8 169	8 169
Outros elementos do ativo	-	13 017	13 017	-	9 385	9 385
Total de Ativos	**93 429 449**	**5 101 535**	**98 530 985**	**86 782 828**	**4 850 032**	**91 632 860**
Provisões técnicas	48 801 719	-	48 801 719	48 748 413	-	48 748 413
Outros passivos financeiros	7 999 743	-	7 999 743	9 713 468	-	9 713 468
Outros passivos	5 336 232	5 279 246	10 615 478	5 401 680	2 801 741	8 203 422
Total de Passivos	**62 137 695**	**5 279 246**	**67 416 940**	**63 863 562**	**2 801 741**	**66 665 303**

No que concerne ao segmento geográfico, todos os contratos são celebrados em Portugal, pelo que existe apenas um segmento.

5. Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro

Os prémios adquiridos líquidos de resseguro são analisados como se segue:

	Euros	
	2018	2017
Prémios brutos emitidos	67 182 381	67 258 221
Prémios de resseguro cedido	(12 128 182)	(11 491 544)
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	**55 054 199**	**55 766 676**

Alguns indicadores relativos aos Seguros de Vida podem ser analisados como se segue:

				Euros
		2018		2017
Prémios brutos emitidos de seguro direto		67 182 381		67 258 221
Relativos a contratos individuais	61 968 489		62 837 726	
Relativos a contratos de grupo	5 213 892	67 182 381	4 420 495	67 258 221
Periódicos	42 684 904		35 761 756	
Não periódicos	24 497 477	67 182 381	31 496 464	67 258 221
De contratos sem participação nos resultados	67 182 381		67 258 221	
De contratos com participação nos resultados	-	67 182 381	-	67 258 221
Prémios de resseguro aceite		-		-
Prémios de resseguro cedido		(12 128 182)		(11 491 544)
Saldo de resseguro		**(1 652 802)**		**(4 812 595)**

Os prémios de seguro encontram-se calculados em conformidade com as bases técnicas das respetivas modalidades. Anualmente, a Companhia procede à análise das bases técnicas e dos princípios e regras atuariais utilizados para a construção das tarifas, verificando a adequação dos prémios praticados, de forma a garantir os compromissos assumidos decorrentes dos sinistros associados aos contratos em causa.

6. Custos com Sinistros Líquidos de Resseguro

Os custos com sinistros líquidos de resseguro são analisados como se segue:

	Euros	
	2018	2017
Seguro direto	**8 786 857**	**6 860 301**
Montantes pagos		
Prestações	6 868 035	5 503 291
Custos de gestão de sinistros imputados (Nota 11)	159 143	141 916
Provisão para sinistros (variação)	1 759 679	1 215 094
Resseguro cedido	**(3 806 439)**	**(2 510 163)**
Montantes pagos	(3 083 979)	(2 345 470)
Provisão para sinistros (variação)	(722 461)	(164 694)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	**4 980 418**	**4 350 138**

Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional, calculados sem dedução do resseguro cedido:

	2018	2017	Notas
Rácio de sinistralidade	13,1%	10,2%	Custos com sinistros de seguro direto/ Prémios brutos emitidos
Rácio de despesa	61,8%	56,8%	Custos e gastos de exploração/ Prémios brutos emitidos
Rácio combinado	74,9%	67,0%	Rácio de sinistralidade + Rácio de despesa
Rácio financeiro	0,7%	0,6%	Rendimentos líquidos de gastos de investimentos / Prémios brutos emitidos
Rácio operacional	74,3%	66,4%	Rácio combinado - Rácio financeiro

7. Provisão Matemática do Ramo Vida, Líquida de Resseguro

A rubrica provisão matemática do Ramo Vida, líquida de resseguro representa a variação das responsabilidades da Companhia com contratos de seguro do Ramo Vida. Ver Nota 19.

8. Custos e Gastos de Exploração Líquidos

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como se segue:

		Euros
	2018	2017
Custos de aquisição	34 619 232	35 084 148
Custos de aquisição imputados (Nota 11)	1 921 312	1 825 093
Custos de aquisição diferidos	(606 009)	(4 935 751)
Gastos administrativos imputados (Nota 11)	5 617 683	6 201 086
Comissões e participação nos resultados de resseguro	(8 657 947)	(5 335 678)
Custos de exploração, líquidos de resseguro	**32 894 271**	**32 838 897**

Os custos por natureza (custos indiretos) são primeiro contabilizados pela sua natureza e posteriormente imputados, tendo por base uma chave de repartição, a custos de aquisição, a gastos administrativos, a custos com sinistros e a custos com investimentos. Ver Nota 11.

Os custos de aquisição incluem o montante de 30,6 milhões de euros (2017: 31,5 milhões de euros) relativos a comissões atribuíveis ao Banco Santander Totta, S.A., no âmbito da sua atividade de mediador da Companhia. Ver Nota 26.

A rubrica de Comissões e participação nos resultados de resseguro, inclui o montante de 4,3 milhões de euros (2017: 1,4 milhões de euros) relativo à componente de participação nos resultados. O aumento face a 2017 é explicado por uma melhor *performance* do resultado técnico ao nível dos riscos ressegurados e de acerto de estimativa da provisão para participação nos resultados de exercícios anteriores. Ver Nota 19.

9. Rendimentos

Os rendimentos por categoria de ativos financeiros decompõem-se da seguinte forma:

	Euros	
	2018	2017
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Ativos disponíveis para venda		
Juros	1 401 590	1 294 178
Total	**1 401 590**	**1 294 178**

10. Gastos Financeiros

A rubrica de Gastos financeiros é analisada como segue:

	Euros	
	2018	2017
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Ativos disponíveis para venda		
Custo amortizado pela taxa efectiva	971 724	895 462
Outros		
Gastos imputados à função investimentos (Nota 11)	20 419	19 247
Total	**992 143**	**914 709**

11. Custos por Natureza Imputados

Os gastos por natureza são imputados por função como se segue:

	Euros	
	2018	2017
Gastos por função		
Custos com sinistros (Nota 6)	159 143	141 916
Custos de aquisição (Nota 8)	1 921 312	1 825 093
Custos administrativos (Nota 8)	5 617 683	6 201 086
Custos de gestão dos investimentos (Nota 10)	20 419	19 247
Total	**7 718 556**	**8 187 341**

Apresenta-se a seguir a desagregação dos gastos por natureza:

	Euros	
	2018	2017
Gastos por natureza		
Gastos com o pessoal	1 345 685	1 193 105
Fornecimentos e serviços externos	4 258 955	4 414 937
Impostos e taxas	32 328	32 364
Depreciações e amortizações do exercício	1 762 879	2 245 019
Juros	35 442	69 519
Comissões	283 268	232 397
Total	**7 718 556**	**8 187 341**

Os gastos com o pessoal decompõem-se da seguinte forma:

	Euros	
	2018	2017
Remunerações		
Dos órgãos sociais	155 803	149 438
Do pessoal	904 497	788 042
Encargos sobre remunerações	182 278	164 850
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	9 585	6 373
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	5 784	4 963
Seguros	37 584	22 421
Outros gastos com pessoal	50 154	57 018
Total	**1 345 685**	**1 193 105**

A remuneração dos Órgãos Sociais encontra-se detalhada no quadro que se segue:

	Euros	
	2018	2017
Remunerações		
Conselho Fiscal		
Presidente	18 540	18 540
Vogal	10 200	10 200
Vogal	10 200	10 200
Conselho de Administração		
Administrador Delegado (*)	74 355	63 848
Conselho de Administração		
Remunerações variáveis (**)	42 508	46 650
Total	**155 803**	**149 438**

(*) inclui estimativas de custos com férias e subsidio de férias, não liquidados no ano em que os custos foram incorridos
(**) apenas Administrador Delegado

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia, partilhando estruturas com a Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A., tem ao seu serviço os colaboradores distribuídos pelas categorias profissionais constantes no quadro a seguir apresentado:

	Euros	
	2018	2017
Diretor	5	5
Coordenador operacional	2	2
Operacional	22	20
Técnico	10	10
Estagiário	2	-
Total	**41**	**37**

Os fornecimentos e serviços externos são analisados como se segue:

	Euros	
	2018	2017
Material de escritório	34 903	34 475
Conservação e reparação	3 157	3 601
Rendas e alugueres	69 861	119 618
Comunicação	213 004	213 933
Deslocações e estadas	54 499	34 960
Trabalhos especializados	3 859 601	3 983 020
Quotizações (da atividade)	10 164	11 773
Outros fornecimentos e serviços	13 765	13 557
Total	**4 258 955**	**4 414 937**

Os serviços prestados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) são registados na rubrica de fornecimentos e serviços externos — trabalhos especializados. Os respetivos honorários ascenderam a 77 milhares de euros (2017: 77 milhares de euros) incluindo IVA, tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas da Companhia [(no montante de 49 milhares de euros (2017: 49 milhares de euros)] e serviços de garantia de fiabilidade sobre o reporte prudencial [(no montante de 28 milhares de euros (2017: 28 milhares de euros)].

A rubrica de trabalhos especializados inclui ainda o montante de 1,7 milhões de euros relacionado com serviços informáticos e de tecnologia (2017: 2,1 milhões de euros), bem como 191 milhares de euros (2017: 273 milhares de euros) relativos a gastos de consultoria relativos ao plano de sistemas de informação.

Esta rubrica inclui ainda custos incorridos relativos a serviços de suporte à exploração e administrativos, contratados à Aegon Agrupación de Interés Económico, no montante de 796 milhares de euros (2017: 784 milhares de euros), (Ver Nota 26), bem como outros gastos de consultoria e serviços de *outsourcing*.

As depreciações e amortizações do exercício são analisadas como segue:

	Euros	
	2018	2017
Ativos tangíveis	54 802	54 915
Ativos intangíveis	1 708 077	2 190 104
Total	**1 762 879**	**2 245 019**

Ver Nota 17 e Nota 18.

12. Benefícios a Empregados

Conforme referido na Nota 2, alínea n), nos termos do estabelecido no Acordo Coletivo para a atividade seguradora, cujo texto foi publicado no BTE n.º4 de 29 janeiro de 2016, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, têm direito a um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho. Trata-se de um plano de contribuição definida em que a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma dos trabalhadores.

A população de participantes do plano de pensões é constituída pelos Colaboradores que cumprem a regra acima referida.

O plano de pensões (Plano Individual de Reforma – PIR) é financiado através de uma adesão coletiva ao fundo de pensões aberto Reforma Empresa.

O custo incorrido pela Companhia relativo a este benefício em 2018 ascendeu a 10 milhares de euros (2017: 6 milhares de euros).

Outros benefícios de longo prazo

Conforme referido na Nota 2, alínea n), ao abrigo do ACT, a cláusula 42.ª contempla a obrigação de a Companhia atribuir aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, prémios de permanência pecuniários (a Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (a Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

O custo incorrido pela Companhia relativo a este benefício em 2018 ascendeu a 6 milhares de euros (2017: 5 milhares de euros).

Benefícios de curto prazo

Ver Nota 11.

13. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Não Valorizados ao Justo Valor Através Ganhos e Perdas

Os ganhos líquidos de ativos disponíveis para venda correspondem a valias obtidas na alienação de títulos. Em 2017, não foram realizadas operações de vendas de ativos financeiros.

14. Outros Rendimentos/Gastos

O montante registado em 31 de dezembro de 2017 na rubrica de Outros rendimentos/gastos corresponde essencialmente a perdas em ativos intangíveis. Ver Nota 18.

15. Caixa e seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é analisado como se segue:

		Euros
	2018	2017
Caixa e seus equivalentes	292	292
Depósitos à ordem em Instituições de Crédito	2 312 908	2 414 357
Total	**2 313 200**	**2 414 649**

Os valores em depósitos à ordem em Instituições de Crédito dizem respeito a depósitos da Companhia junto do Banco Santander Totta, S.A.

16. Ativos Disponíveis para Venda

Os instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda desagregam-se da seguinte forma:

Euros

	Custo amortizado	Variação no justo valor		Justo valor	Juro decorrido	Valor de balanço
		Positiva	Negativa			
Ativos disponíveis para venda						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
Títulos de dívida pública	24 070 808	664 603	(88 878)	24 646 534	277 007	24 923 541
De outros emissores públicos	4 582 154	57 616	-	4 639 770	18 139	4 657 909
De outros emissores	34 081 321	256 396	(52 818)	34 284 899	405 228	34 690 127
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**62 734 283**	**978 615**	**(141 696)**	**63 571 202**	**700 374**	**64 271 576**

Euros

	Custo amortizado	Variação no justo valor		Justo valor	Juro decorrido	Valor de balanço
		Positiva	Negativa			
Ativos disponíveis para venda						
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
Títulos de dívida pública	18 846 587	604 402	-	19 450 989	287 219	19 738 208
De outros emissores públicos	4 630 124	86 596	-	4 716 720	18 139	4 734 859
De outros emissores	40 247 266	454 225	(12 277)	40 689 213	399 925	41 089 138
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**63 723 976**	**1 145 223**	**(12 277)**	**64 856 922**	**705 283**	**65 562 205**

17. Outros Ativos Tangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é analisado como se segue:

Euros

	2018	2017
Equipamento informático	63 392	51 426
Material de transporte	159 994	159 994
	223 386	**211 420**
Amortizações acumuladas	(178 322)	(123 520)
Total	**45 064**	**87 901**

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2018 e 2017 são analisados como se segue:

Euros

	Saldo inicial	Aquisições	Depreciações	Valor de balanço
Outros ativos tangíveis				
Equipamento informático	24 049	11 965	(14 804)	21 210
Material de transporte	63 852	-	(39 998)	23 854
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**87 901**	**11 965**	**(54 802)**	**45 064**

Euros

	Saldo inicial	Aquisições	Depreciações	Valor de balanço
Outros ativos tangíveis				
Equipamento informático	22 590	16 376	(14 917)	24 049
Material de transporte	103 851	-	(39 998)	63 852
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**126 440**	**16 376**	**(54 915)**	**87 901**

Considera-se que o valor contabilístico relevado não difere significativamente do valor de realização dos ativos tangíveis detidos. Durante os exercícios de 2018 e 2017 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos ativos tangíveis.

18. Outros Ativos Intangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é analisado como se segue:

Euros

	2018	2017
Transferência da carteira Vida Risco	9 300 000	9 300 000
Despesas com aplicações informáticas	4 705 815	3 454 557
	14 005 815	**12 754 557**
Amortizações acumuladas	(6 848 171)	(5 140 094)
Total	**7 157 644**	**7 614 463**

Os movimentos ocorridos durante os anos de 2018 e 2017 são analisados como se segue:

Euros

	Saldo inicial	Aquisições	Transferências	Depreciações	Abates	Valor de balanço
Outros ativos intangíveis						
Transferência da carteira vida risco	5 284 635	-	-	(844 568)	-	4 440 067
Despesas com aplicações informáticas	2 329 828	1 251 258	-	(863 509)	-	2 717 577
Software em curso de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**7 614 463**	**1 251 258**	**-**	**(1 708 077)**	**-**	**7 157 644**

Euros

	Saldo inicial	Aquisições	Transferências	Depreciações	Abates	Valor de balanço
Outros ativos intangíveis						
Transferência da carteira Vida Risco	6 368 836	-	-	(1 084 201)	-	5 284 635
Despesas com aplicações informáticas	3 330 180	2 692 616	-	(1 105 903)	(2 587 065)	2 329 828
Software em curso de desenvolvimento	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**9 699 016**	**2 692 616**	**-**	**(2 190 104)**	**(2 587 065)**	**7 614 463**

O saldo da rubrica Transferência da carteira Vida Risco corresponde ao preço final da transmissão da carteira de seguros vida risco anteriormente detida pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., conforme descrito na Nota 1. Para efeitos de definição do preço de transferência, esta carteira foi avaliada pela Ernst & Young Servicios Corporativos, S.L., com referência a 30 de novembro de 2014, de acordo com o método *Traditional Embedded Value* (*value of the in force business*), utilizando uma taxa de desconto de 13,5%.

Como referido nas políticas contabilísticas, a Companhia efetuou uma análise a indicadores de imparidade deste ativo. Esta análise incluiu, entre outros aspetos, a comparação dos principais pressupostos incluídos na avaliação que definiu o preço de transferência com a atual evolução da carteira nos 3 anos já decorridos, em particular (I) comportamento de anulação dos contratos; (II) evolução da sinistralidade; e (III) rentabilidade efetiva da carteira. Adicionalmente, foram considerados a existência de fatores externos e internos que possam afetar os *cash flows* futuros. Esta análise permitiu concluir sobre a inexistência de indicadores de imparidade.

Este ativo será amortizado ao longo do período em que se espera que a referida carteira gere benefícios económicos para a Companhia, estimado em 25 anos. O saldo remanescente será amortizado como segue:

Euros

	2019	2020	2021	2022	2023	Após
Transferência da carteira Vida Risco - Amortização estimada	643 000	625 000	594 000	530 000	490 000	1 558 000

As Despesas com aplicações informáticas correspondem ao custo de aquisição do *software* em uso, e que permite à Companhia exercer a sua atividade, o qual é amortizado a partir da entrada em funcionamento de cada módulo e ao longo da vida útil estimada de cada aplicação.

Desde 2015, e seguindo o plano tecnológico definido pelos Acionistas aquando da criação da Companhia, foram efetuados investimentos numa nova plataforma informática que visava uma melhoria nos processos de contratação de produtos, e na forma de "relacionamento" entre os sistemas de informação do canal de distribuição e os sistemas da Companhia.

Esta nova plataforma entrou em funcionamento no 2.º semestre de 2016 e as circunstâncias de implementação e operativas identificaram necessidades desenvolvimento de capacidades e funcionalidades, adicionais ao plano inicial, levando à necessidade de reequacionar a estratégia de sistemas de informação.

Nesta base, no segundo semestre de 2017, o Conselho de Administração decidiu a alteração do plano tecnológico, com a descontinuação das plataformas informáticas desenvolvidas desde 2015 e a aquisição de uma nova solução. O impacto desta descontinuação de plataformas informáticas traduziu-se no registo de uma perda em ativos intangíveis no montante de 2,6 milhões de euros. Ver Nota 14.

Para os restantes ativos, considera-se que o valor contabilístico relevado não difere significativamente do valor de realização dos ativos intangíveis detidos.

19. Provisões Técnicas de Seguro Direto e Resseguro Cedido

As provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido decompõem-se como se segue em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Euros

	Seguro direto	Resseguro cedido	2018	Seguro direto	Resseguro cedido	2017
Provisão matemática do Ramo Vida	39 831 946	(9 261 495)	30 570 452	41 538 319	(11 137 003)	30 401 317
Provisão para sinistros	8 969 773	(2 462 199)	6 507 574	7 210 094	(1 739 739)	5 470 355
Provisão para participação nos resultados	-	(3 097 827)	(3 097 827)	-	(1 379 432)	(1 379 432)
Total de provisões técnicas	**48 801 719**	**(14 821 521)**	**33 980 198**	**48 748 413**	**(14 256 173)**	**34 492 240**

Tal como referido nas políticas contabilísticas, a Companhia procede à *zillmerização* das provisões matemáticas em linha com o normativo emitido pela ASF. As provisões matemáticas de seguro direto e resseguro cedido desagregam-se como segue:

Euros

	Provisão não zilmerizada	Custos de aquisição diferidos	2018	Provisão não zilmerizada	Custos de aquisição diferidos	2017
Seguro direto	68 076 927	(28 244 980)	39 831 946	69 177 291	(27 638 972)	41 538 319
Resseguro cedido	(14 155 568)	4 894 073	(9 261 495)	(16 144 575)	5 007 572	(11 137 003)
Provisão matemática líquida de resseguro	**53 921 359**	**(23 350 907)**	**30 570 452**	**53 032 716**	**(22 631 399)**	**30 401 317**

A variação da provisão não *zillmerizada* (seguro direto e resseguro cedido) e custos de aquisição diferidos de seguro direto são registadas nas correspondentes rubricas da conta de ganhos e perdas. A variação dos custos de aquisição diferidos de resseguro cedido encontra-se incluída na rubrica de Comissões e participação nos resultados de resseguro.

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço e inclui uma provisão estimada, no montante de 2,4 milhões de euros (2017: 2,3 milhões de euros), relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR), assim como para o desenvolvimento de processos de sinistros já reportados (IBNER).

20. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2018 e 2017 pode decompor-se como se segue:

Euros

	2018	2017
Contas a receber por operações de seguro direto	1 535 494	1 188 347
Contas a receber por operações de resseguro	-	-
Contas a receber por outras operações	8 510 518	619 688
	10 046 011	**1 808 036**
Ajustamento de recibos de prémios por cobrar	(149 726)	(128 221)
Total	**9 896 285**	**1 679 814**

Na rubrica de Contas a receber por operações de seguro direto encontra-se registado essencialmente o valor de recibos de prémios por cobrar, no montante de 1,5 milhões de euros (2017: 1,2 milhões de euros).

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de Contas a receber por outras operações, inclui o montante 7,8 milhões de euros, relativo ao adiantamento efetuado à Santander Totta Seguros, S.A. decorrente do acordo assinado no final de 2018 para a transferência de uma unidade de negócio autónoma, composta por 34 milhares de apólices de Seguro Vida Risco comercializadas pela Eurovida, Companhia de Seguros de Vida, S.A. Para efeitos de definição do preço de transferência, esta carteira foi avaliada de acordo com o método *cash flows* futuros descontados, utilizando uma taxa de desconto de 11,5%. Os *cash flows* futuros foram projetados até ao término de cada apólice, considerando uma taxa de anulação adequada ao *portfolio*. A incorporação desta unidade de negócio na Aegon Santander Portugal Vida concretizar-se-á em 2019. Ver Nota 26.

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de Contas a receber por outras operações inclui ainda o montante de 659 milhares de euros (2017: 592 milhares de euros) a receber da Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A., relativo a custos com o pessoal, no âmbito da partilha de estruturas existente e pelo facto de todos os colaboradores terem contrato de trabalho em regime de pluralidade de empregadores com as duas Companhias. Este saldo foi liquidado integralmente em janeiro de 2019. Ver Nota 26.

21. Ativos e Passivos por Impostos

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2018 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 21%, acrescida das taxas de derrama previstas na legislação, aplicável de acordo com o lucro tributável da Companhia.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, no entanto, é convicção do Conselho de Administração não ser previsível qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos com impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos por impostos correntes, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são analisados como se segue:

Euros

	Ativos	Passivos	2018	Ativos	Passivos	2017
Impostos correntes						
IRC a pagar	-	2 638 918	(2 638 918)	-	662 077	(662 077)
Retenção de imposto na fonte	-	22 150	(22 150)	-	23 829	(23 829)
IVA a pagar	-	5 759	(5 759)	-	16 122	(16 122)
INEM	-	166 123	(166 123)	-	159 966	(159 966)
Taxa para a ASF	-	15 989	(15 989)	-	16 634	(16 634)
Contribuições para a Segurança Social	-	29 995	(29 995)	-	26 691	(26 691)
Total	**-**	**2 878 933**	**(2 878 933)**	**-**	**905 318**	**(905 318)**

Os ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço, nos exercícios de 2018 e 2017, bem como os impactos das alterações do ano, são analisados da seguinte forma:

Euros

	2017	Reserva por impostos diferidos	Ganhos e perdas	2018
Ativos / (Passivos) por impostos diferidos				
Reserva de justo valor	(283 237)	65 638	-	(217 599)
Benefícios pós-emprego	8 433	-	(4 220)	4 214
Total	**(274 803)**	**65 638**	**(4 220)**	**(213 385)**

Euros

	2016	Reserva por impostos diferidos	Ganhos e perdas	2017
Ativos / (Passivos) por impostos diferidos				
Reserva de justo valor	(183 131)	(100 105)	-	(283 237)
Benefícios pós-emprego	8 433	-	-	8 433
Total	**(174 698)**	**(100 105)**	**-**	**(274 803)**

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como se segue:

	Euros	
	2018	2017
Resultado antes de impostos	16 706 735	8 320 023
Gasto de imposto nominal (26,3%)	(4 399 352)	(2 093 006)
Gasto de imposto efetivo	(4 433 796)	(2 080 786)
Taxa efetiva de imposto	26,5%	25,0%
Diferença	**(34 444)**	**12 221**
Tributação autónoma	(57 407)	(49 547)
Benefícios fiscais	30 427	27 390
Outros	(7 464)	34 377
Diferença	**(34 444)**	**12 221**

22. Acréscimos e Diferimentos

A rubrica acréscimos e diferimentos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é analisada como se segue:

	Euros	
	2018	2017
Ativo		
Gastos diferidos	12 577	8 169
Total acréscimos e diferimentos ativos	**12 577**	**8 169**
Passivo		
Acréscimo de gastos		
Remunerações e respectivos encargos a liquidar	(354 323)	(332 706)
Outros acréscimos de gastos	(1 374 070)	(1 251 213)
Total acréscimos e diferimentos passivos	**(1 728 393)**	**(1 583 919)**
Total	**(1 715 816)**	**(1 575 750)**

A rubrica de Remunerações e respetivos encargos a liquidar inclui os montantes de 137 milhares de euros (2017: 126 milhares de euros) relativo a férias e respetivos subsídios vencidos no exercício, bem como 201 milhares euros (2017: 196 milhares de euros) de estimativa de bónus.

A rubrica de Outros acréscimos de gastos inclui gastos de aquisição no montante de 524 milhares de euros (2017: 412 milhares de euros), 202 milhares de euros (2017: 165 milhares de euros) de gastos de aluguer de instalações, bem como custos de reporte regulatório, consultoria e outros trabalhos especializados no montante de 271 milhares de euros (2017: 257 milhares de euros) incorridos e ainda não liquidados.

23. Outros Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica diz respeito integralmente a depósitos recebidos de resseguradores no âmbito dos tratados de resseguro celebrados pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014, foi transferida para a Companhia a posição contratual da Santander Totta Seguros nos contratos de resseguro com a General Re, Partner Re, Swiss Re e Munich Re, os quais preveem uma retenção calculada numa base trimestral, do valor correspondente à soma da provisão relativa aos prémios cedidos e não adquiridos. Tal retenção vence juros às taxas de 4% e 1% ao ano, considerando o número de dias efetivos reais (ACT/ACT).

Em 31 de dezembro de 2018, essa retenção ascende a 802 milhares de euros (2017: 1,6 milhões de euros).

Em 31 de dezembro de 2018, este saldo inclui ainda as retenções dos restantes tratados de resseguro, no montante de 7,2 milhões de euros (2017: 8,1 milhões de euros), as quais não vencem juros.

24. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações

O detalhe desta rubrica em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é analisado como se segue:

		Euros
	2018	2017
Contas a pagar por operações de seguro direto	2 467 363	2 509 793
Contas a pagar por operações de resseguro	2 868 869	2 891 887
Contas a pagar por outras operações	458 534	37 701
Total	**5 794 766**	**5 439 381**

A rubrica de Contas a pagar por operações de seguro direto inclui o montante de 2,4 milhões de euros (2017: 2,4 milhões de euros), a pagar ao Banco Santander Totta, S.A. relativo a comissões de mediação de contratos de seguro referentes a Dezembro de 2018, o qual foi integralmente liquidado em janeiro de 2019. Ver Nota 26.

25. Capital, Reservas de Reavaliação, Outras Reservas

Capital

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Companhia é detido em 51% pela Aegon Spain Holding B.V. e em 49% pela Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., estando representado por 7.500.000 ações, com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscritas e realizadas.

Resultados básicos por ação

Os resultados básicos por ação são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia, e detalham-se do seguinte modo:

		Euros
	2018	2017
Lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (numerador)	12 272 939	6 239 238
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (denominador)	7 500 000	7 500 000
Total	**1,64**	**0,83**

Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros incluem as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, na parte que pertence aos Acionistas, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores, como se segue:

Euros

	2018	2017
Ativos disponíveis para venda		
Variação de justo valor		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
Títulos de dívida pública	575 726	604 402
De outros emissores públicos	57 616	86 596
De outros emissores	203 577	441 948
Saldo da reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor	**836 919**	**1 132 946**

Ver adicionalmente a Nota 16.

Reserva por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre os ajustamentos fiscais entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, exceto quando relacionados com itens que são reconhecidos diretamente no capital próprio, situação em que são também registados por contrapartida do capital próprio, na rubrica reserva por impostos diferidos. Os impostos diferidos reconhecidos no capital próprio decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Ver adicionalmente a Nota 21.

Outras reservas

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da rubrica de Outras reservas ascende a 10,7 milhões de euros (2017: 10,1 milhões de euros), dos quais 9,3 milhões de euros (2017: 9,3 milhões de euros) correspondem ao prémio de emissão (Nota 1) e 1,4 milhões de euros (2017: 798 milhares de euros) a reserva legal. O referido prémio de emissão é igual ao preço pago pela Companhia pela transferência da carteira de apólices de seguro vida risco.

26. Saldos e Transações com Partes Relacionadas

A Companhia comercializa Seguros de Vida exclusivamente através das Agências do Banco Santander Totta, S.A., seguindo uma estratégia de aproveitamento de sinergias de distribuição das atividades bancária e seguradora.

A Companhia adquire ainda alguns serviços a empresas dos Grupos Santander e Aegon, designadamente serviços bancários, informáticos e de suporte administrativos e de suporte à exploração (gestão da carteira de investimentos, serviços atuariais, desenvolvimento de negócio, recursos humanos e outros serviços financeiros).

No final de 2018, a Aegon Santander Portugal Vida e os seus acionistas (Aegon Spain Holding e Santander Totta Seguros) assinaram um acordo para a transferência de uma unidade de negócio autónoma, composta por 34 milhares de apólices de Seguro Vida Risco comercializadas pela Eurovida, Companhia de Seguros de Vida, S.A. A incorporação desta unidade de negócio na Aegon Santander Portugal Vida concretizar-se-á em 2019, tendo a Companhia já procedido à liquidação total deste investimento, no montante de 7,8 milhões de euros.

Adicionalmente, salienta-se que todos os colaboradores possuem contrato de trabalho em regime de pluralidade de empregadores com a Aegon Santander Portugal Vida, S.A. e Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A., encontrando-se definida a Aegon Santander Portugal Vida, S.A. como o empregador que representa as Companhias no cumprimento dos deveres e no exercício dos direitos emergentes do contrato de trabalho.

Dos serviços prestados entre partes relacionadas, a Companhia reconheceu, em 2018 e 2017, como gastos/perdas e proveitos/ganhos nas suas demonstrações financeiras os seguintes valores:

Euros

	2018			2017		
	Proveitos/ (custos)	Outros ativos	Saldos a receber/ (a pagar)	Proveitos/ (custos)	Outros ativos	Saldos a receber/ (a pagar)
Banco Santander Totta, S.A.						
Comissões de mediação	(30 596 918)	-	(2 380 329)	(31 534 969)	-	(2 439 841)
Depósitos à ordem	-	2 312 908	-	-	2 414 357	-
Rendas de imóveis	(35 312)	-	(202 673)	(88 344)	-	(165 344)
Suporte tecnológico	(187 621)	-	(187 621)	-	-	-
Desenvolvimento de *software*	-	209 000	(209 000)	-	-	-
Outros	(283 268)	-	-	(232 397)	-	-
ISBAN - Ingenieria de Software Bancario, S.L.						
Suporte tecnológico	-	-	-	(233 393)	-	(79 949)
Desenvolvimento de software	-	-	-	-	427 039	(35 587)
Santander Global Technology, S.L.						
Serviços informáticos	(25 038)	-	-	-	-	-
Produban Servicios Informáticos Generales S.L.						
Serviços informáticos	(125 190)	-	-	(452 731)	-	(129 394)
Aegon Agrupación de Interés Económico (AIE)						
Serviços administrativos e de exploração	(796 340)	-	(1 419)	(783 753)	-	-
Suporte tecnológico	(695 000)	-	-	(927 090)	-	-
Desenvolvimento de *software*	-	-	-	-	650 000	-
Santander Totta Seguros, S.A.						
Transferência de unidade de negócio	-	-	7 843 137	-	-	-
Outras operações	-	-	(4 504)	-	-	27 674
Aegon Santander Portugal Não Vida, S.A.						
Custos com o pessoal	-	-	658 973	-	-	591 707
Total	**(32 744 686)**	**2 521 908**	**5 516 564**	**(34 252 678)**	**3 491 396**	**(2 230 735)**

27. Gestão de Riscos da Atividade

A Companhia tem implementado um sistema de gestão de riscos que se centra num processo de governação baseado no modelo das três linhas de defesa, no qual estão claramente definidas as responsabilidades pela aceitação, gestão, monitorização e reporte dos riscos, permitindo assim à Companhia cumprir o seu principal objetivo, que passa essencialmente por acrescentar valor ao seu negócio.

Assim, a primeira linha de defesa é composta pelas unidades operacionais que assumem os riscos e são responsáveis pela sua gestão numa base diária. A segunda linha de defesa integra as funções de gestão de risco, *compliance* e atuarial, que colaboram com as unidades operacionais na gestão e controlo dos diversos riscos. Por último, a terceira linha de defesa, que tem como objetivo avaliar de forma independente a efetividade do modelo de governo, do sistema de gestão de risco e dos controlos implementados, é assegurada pela função de auditoria interna.

Neste âmbito, as principais responsabilidades atribuídas às funções mencionadas anteriormente são:

Função de gestão de risco:

- Coordenar a implementação de um sistema de governação que promova uma tomada de decisão adequada e fundamentada;
- Identificar, mensurar e monitorizar os riscos a que Companhia está exposta, incluindo as interligações entre eles e os riscos potenciais e emergentes;
- Promover a definição do apetite ao risco, tolerância e limites de consumo de capital e monitorizar o seu cumprimento;
- Produzir orientações para o desenvolvimento das estratégias e processos para identificação, mensuração, monitorização, gestão e reporte dos riscos da Companhia.
- Implementar e monitorizar o cumprimento de diversas políticas de risco;
- Produzir relatórios quantitativos e qualitativos de análise de risco, internos e externos, incluindo o exercício ORSA;

Função atuarial:

- Emitir parecer, dirigido ao Órgão de Administração, sobre a adequação do nível de provisionamento, da política global de subscrição e dos tratados de resseguro;
- Coordenar o cálculo das provisões técnicas;
- Assegurar a adequação das metodologias, modelos de base e pressupostos utilizados no referido cálculo;
- Assegurar a suficiência e qualidade dos dados utilizados no cálculo das provisões técnicas;
- Comparar o montante da melhor estimativa das provisões técnicas com os valores efetivamente observados;
- Contribuir para a aplicação efetiva do sistema de gestão de risco, em especial no que diz respeito à modelização do risco em que se baseia o cálculo do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo, bem como à autoavaliação do risco e da solvência.

Função de verificação do cumprimento (*Compliance*):

- Exercer assessoria ao Órgão de Administração relativamente ao cumprimento das disposições legais, regulamentares e administrativas aplicáveis;
- Avaliar o potencial impacto de eventuais alterações do enquadramento legal na atividade das Companhias;
- Identificar e avaliar o risco de incumprimento legal;
- Apoiar e acompanhar ações de auditoria externa e interna e efetuar e acompanhar as correções relativas a não conformidades;
- Promover e coordenar o processo de prevenção de branqueamento de capitais, assegurando o cumprimento da legislação;
- Assegurar o cumprimento das regras de conduta de mercado e dos normativos aplicáveis nesta matéria.

Função de auditoria interna:

- Elaborar e executar um plano anual de auditoria com enfoque na avaliação da eficácia dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno;
- Avaliar o cumprimento dos princípios e regras definidos no âmbito da gestão do risco operacional e do controlo interno, identificando eventuais insuficiências e sugerindo planos de ação para mitigar o risco inerente ou otimizar o controlo em termos de eficácia;
- Verificar o cumprimento das normas legais e regulamentares que regem a atividade;
- Elaborar e apresentar ao Órgão de Administração um relatório com uma síntese das principais deficiências detetadas nas ações de auditoria, que identifique as recomendações que foram seguidas.

No exercício da sua atividade a Aegon Santander Portugal Vida identificou os seguintes riscos como aqueles aos quais poderá estar exposta:

a. Risco específico de seguro

Definido como o risco inerente à comercialização dos contratos de seguro, o risco específico de seguros reflete o facto de no, momento da subscrição da apólice, não ser possível estimar com certeza os custos reais efetivos que a Companhia terá que incorrer por forma a assegurar o cumprimento integral de todas as responsabilidades assumidas, nem o momento em que estes ocorrerão. Estes riscos estão principalmente associados aos processos de desenho e tarifação de produtos, de subscrição, de provisionamento, gestão de sinistros e de resseguro.

Da análise ao perfil de risco da Companhia, identificaram-se os seguintes riscos específicos de seguros: risco de mortalidade, invalidez, despesas, descontinuidade, catastrófico e riscos de natureza não vida.

O risco de mortalidade, que é originado por um aumento da taxa de mortalidade, tem impacto em contratos de seguros que garantem capitais em caso de morte. Assim, com base na observação dos dados de carteira e de mercado, a Companhia efetua estudos de mortalidade que possibilitam definir pressupostos de projeção de *cash-flows* futuros relativos ao comportamento da mortalidade esperada da sua carteira de responsabilidades. As tábuas de mortalidade utilizadas variam entre a GKM80 e a GKM95.

Por sua vez, o risco de invalidez, que representa as perdas associadas a diferenças nas taxas de invalidez reais face às esperadas, é avaliado à semelhança do que é efetuado para o risco de mortalidade, isto é, com base em estudos que visam a revisão regular dos pressupostos de invalidez.

O risco associado a variações nas despesas de gestão é capturado através da análise do risco de despesas. Este risco é monitorizado através do acompanhamento regular da estrutura de custos utilizada em processos de tarifação, projeção de *cash-flows*, etc. e aferido com base na sua comparação com a estrutura de custos reais. São adicionalmente efetuadas análises de sensibilidade, para a averiguar o seu impacto no capital da Companhia.

O risco de cessação do pagamento de prémios e de anulação de apólices é capturado no risco de descontinuidade. A Companhia monitoriza a evolução da taxa de anulação por forma estimar o impacto das anulações no valor da carteira. Adicionalmente, são realizadas análises de sensibilidade a variações na taxa de anulação por forma a aferir o nível de exposição a este risco.

Os eventos extremos ou irregulares, cujos efeitos não são suficientemente capturados nos outros riscos específicos de seguro, são incluídos no âmbito do risco catastrófico. Normalmente decorrem de um evento específico com impacto em diversos tomadores de seguros, devido a um acréscimo dos diferentes fatores de risco em resultado de um evento de contágio, por um curto período de tempo.

A última categoria de risco específico de seguros a que a Companhia se encontra exposta diz respeito aos riscos relacionados com as coberturas complementares de desemprego e doenças graves. Estas coberturas encontram-se resseguradas a 100% e 70%, respetivamente.

Estes riscos são geridos com base nas políticas de subscrição, tarifação e desenvolvimento de produtos, resseguro e provisões técnicas e com o documento "Estratégia de risco e tolerância", onde se estabelecem os limites de consumo de capital por categoria de risco.

Assim, a Política de Subscrição pretende assegurar que a Companhia mantém práticas de subscrição consistentes com o perfil de risco definido pelo Órgão de Administração, enquanto a Política de Tarifação e Desenvolvimento de Produtos contempla os controlos definidos para assegurar a suficiência de prémios, incluindo a identificação e incorporação nos prémios de elementos como opções e garantias, comportamento de tomadores, riscos de investimentos, liquidez e estrutura de resseguro prevista.

Para tal, existem procedimentos interno definidos, que estabelecem as regras a verificar na aceitação de riscos. Estas regras têm por base análises estatísticas efetuadas a vários indicadores da carteira, de forma a estabelecer o melhor preço possível face ao preço do risco. É também considerada a informação disponibilizada pelos resseguradores da Companhia. A adequação da tarifa é testada através de técnicas de projeção realística de *cash-flow*, enquanto a rentabilidade de cada produto é monitorizada anualmente.

A Política de Provisões Técnicas tem como principal objetivo assegurar que as provisões técnicas da Companhia representam, a qualquer momento, o valor atual das responsabilidades futuras assumidas por si no decurso da sua atividade. Como tal, apresenta os controlos e regras necessárias ao processo por forma a dotar a Companhia de um nível de provisionamento adequado e suficiente.

Posto isto, a Companhia constitui provisões de acordo com a tipologia dos produtos, tendo por base estimativas e pressupostos que são definidos através de análises estatísticas de dados históricos internos e / ou externos. O nível de adequação das estimativas das responsabilidades da atividade da Companhia é revisto anualmente e caso se verifique um nível de insuficiência é imediatamente reconhecida uma provisão adicional por forma a cobrir os valor atual dos *cash-flows* futuros esperados (sinistros, custos e comissões).

Por último, a Política de Resseguro inclui os controlos definidos para garantir que os resseguradores selecionados são adequados e que não existe uma excessiva concentração por contraparte, permitindo assim cumprir com o principal objetivo do resseguro, que é limitar o valor das perdas associadas a sinistros de grandes dimensões, tanto numa ótica individual, para os casos em que os limites das indemnizações são elevados, bem como na possibilidade de se verificar uma única ocorrência com impacto em múltiplos tomadores de seguro.

A Companhia celebra tratados de resseguro por forma a limitar os custos resultantes do aumento da sinistralidade no conjunto da carteira, apesar das exposições individuais estarem dentro dos limites internos definidos. Assim, no que diz respeito aos tratados de resseguro que a Companhia atualmente dispõe para mitigação do risco específico de seguros intrínseco ao seu negócio, estes podem ser agrupados em três conjuntos de tratados.

O primeiro, composto por um tratado *surplus* e por um *excess of loss* catastrófico, aplica-se às coberturas de morte e invalidez relativas ao novo negócio iniciado a partir de 1 de janeiro de 2015. Adicionalmente, à semelhança do conjunto anterior, o segundo cobre risco de morte e de invalidez, porém este aplica-se apenas a responsabilidades de seguros relativas às apólices transferidas aquando da constituição da Companhia, isto é, apólices emitidas até 31 de dezembro de 2014. Este grupo é composto por um tratado de *quota-share* e um *surplus* facultativo. Por último, os riscos específicos de seguros não vida, que resultam das coberturas complementares de desemprego e doenças graves estão resseguradados a 100% e 70%, respetivamente, através de dois tratados *quota-share*, um por cada tipo de cobertura.

As principais características dos tratados de resseguro estão resumidas na tabela que se segue:

Nome do tratado	Tipo de tratado	Retenção	Capacidade
Vida Risco 2015	Proporcional *surplus*	45 000 €	2 000 000 €
Vida Risco CAT	Não proporcional *excess of Loss*	135 000 €	10 000 000 €
Vida Risco 2014	Proporcional *quota-Share*	69%	362 319 €
Vida Risco 2014 Facultativo	Proporcional *surplus* Facultativo	362 319 €	2 500 000 €
Desemprego	Proporcional *quota-Share*	0%	20 400 €
Doenças graves	Proporcional *quota-Share*	30%	1 000 000 €

Os tratados designados Vida Risco 2014 são aplicáveis às apólices adquiridas aquando da constituição da Companhia (emitidas até 31 de dezembro de 2014). Os tratados de desemprego e doenças graves dizem respeito às coberturas complementares integradas nos produtos vida.

No quadro seguinte apresentam-se os resultados obtidos nas análises de sensibilidade aos custos com sinistros líquidos de resseguro referentes às coberturas de mortalidade e de invalidez:

Euros

Riscos (2018)	Base	Sens +5%	Sens -5%	Sens +5pp	Sens -5pp
Mortalidade	3 369 775	3 706 305	3 033 244	4 433 630	2 305 919
Invalidez	809 664	890 523	728 805	1 065 279	554 049

Euros

Riscos (2017)	Base	Sens +5%	Sens -5%	Sens +5pp	Sens -5pp
Mortalidade	3 290 658	3 630 814	2 950 502	4 360 127	2 221 189
Invalidez	516 379	569 757	463 001	684 203	348 555

As sensibilidades apresentadas são aplicadas diretamente à tábua de mortalidade, que foi calibrada com base na sinistralidade verificada nas coberturas de morte e invalidez.

b. Risco de mercado

O risco de mercado contempla os riscos decorrentes de variações adversas no valor dos ativos ou passivos relacionados com alterações nos mercados financeiros, em especial pelas variações nos mercados de capitais, cambiais, imobiliários e de taxas de juro.

Como tal, o conjunto dos riscos de mercado inclui o risco de *spread*, o risco de taxa de juro, o risco acionista, o risco imobiliário, o risco cambial, o risco de concentração e os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados.

A Companhia definiu no âmbito do seu sistema de gestão de riscos uma Política de Investimentos. Esta política rege-se por um elevado grau de prudência, que se traduz em baixos níveis de aceitação de risco máximo e pela exigência de elevados níveis de diversificação. Adicionalmente, refira-se que a Companhia não se encontra exposta ao risco acionista, ao risco imobiliário, ao risco cambial e aos riscos de derivados.

O Comité de Risco tem como responsabilidade a análise da adequação da estratégia de investimentos à atividade e ao apetite ao risco da Companhia. Adicionalmente verifica a conformidade das decisões operativas tomadas, a evolução da carteira de investimentos e monitoriza a atividade relacionada com a sua gestão. Além disso, controla os níveis dos riscos de mercado com base na definição e implementação de ações de redução, mitigação ou transferência, caso se verifique necessário.

O justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras foi determinado de acordo com o definido na IFRS 13, em que os ativos financeiros podem ser valorizados ao justo valor segundo os seguintes níveis:

Nível 1 – Justo valor determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo;

Nível 2 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro;

Nível 3 – Justo valor determinado utilizando técnicas de valorização não suportadas em preços observáveis em mercados correntes transacionáveis para o mesmo instrumento financeiro.

Os quadros seguintes apresentam a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros refletidos nas demonstrações financeiras relativos a 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Euros

	Valor de mercado				
2018	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total valor de mercado	Valor de balanço
Ativos financeiros disponíveis para venda	64 239 901	-	31 675	64 271 576	64 271 576
Total	**64 239 901**	**-**	**31 675**	**64 271 576**	**64 271 576**

Euros

	Valor de mercado				
2017	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total valor de mercado	Valor de balanço
Ativos financeiros disponíveis para venda	65 341 883	-	220 322	65 562 205	65 562 205
Total	**65 341 883**	**-**	**220 322**	**65 562 205**	**65 562 205**

A reconciliação dos ativos financeiros disponíveis para venda classificados como Nível 3, em 2018 e 2017 é apresentada na tabela que se segue:

Euros

	Saldo em 31/12/2017	Valias por reservas	Reembolsos	Juros decorridos	Saldo em 31/12/2018
Ativos financeiros disponíveis para venda	220 322	(1 299)	(187 162)	(186)	31 675

Euros

	Saldo em 31/12/2016	Valias por reservas	Reembolsos	Juros decorridos	Saldo em 31/12/2017
Ativos financeiros disponíveis para venda	403 721	261	(183 477)	(183)	220 322

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao euro. Todos os ativos e passivos da Companhia são valorizados em euros, como tal a exposição a este risco é inexistente.

Risco acionista

O risco acionista resulta do nível ou volatilidade dos preços de mercado de capitais. De referir que, de acordo com a Política de Investimentos, a Companhia não está exposta a este risco. A Companhia apenas detém uma participação residual num agrupamento complementar de empresas, a Aegon AIE, valorizada ao custo.

Risco imobiliário

A volatilidade dos preços do mercado imobiliário é capturada através do risco imobiliário. Como referido, a Companhia não se encontra exposta a este tipo de risco.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro apresenta-se em exposições, tanto ativos como passivos, cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Analisando os ativos da Companhia, constata-se que este risco encontra-se apenas nas obrigações que esta detém, em especial nos títulos que pagam cupões com base em taxas variáveis. Enquanto, do lado dos passivos, este risco é residual.

O quadro que se segue apresenta a evolução da exposição da Companhia ao risco de taxa de juro entre 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Euros

	2018		2017	
	Valor	Proporção	Valor	Proporção
Obrigações de taxa fixa	59 133 031	92%	55 773 915	85%
Obrigações de taxa variável	5 138 545	8%	9 788 290	15%
Total	**64 271 576**	**100%**	**65 562 205**	**100%**

O cenário que poderá implicar uma perda de valor dos ativos financeiros é o de subida das taxas de juro. Este efeito pode ser verificado no quadro seguinte, onde estão apresentadas as sensibilidades dos ativos financeiros disponíveis para venda a alterações nas taxas de juro:

Euros

2018	-200 bp	-100 bp	-50 bp	Cenário base	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Ativos financeiros disponíveis para venda	68 141 914	66 206 745	65 239 160	64 271 576	63 303 992	62 336 407	60 401 238
Impacto	3 870 338	1 935 169	967 584	-	(967 584)	(1 935 169)	(3 870 338)

Euros

2017	-200 bp	-100 bp	-50 bp	Cenário base	+50 bp	+100 bp	+200 bp
Ativos financeiros disponíveis para venda	69 979 596	67 770 900	66 666 553	65 562 205	6 445 857	63 353 510	61 144 814
Impacto	4 417 391	2 208 695	1 104 348	-	(1 104 348)	(2 208 695)	(4 417 391)

Risco de *spread*

O risco de *spread* refere-se à parte do risco dos ativos que é explicada pela sensibilidade do valor dos ativos a alterações no nível ou volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os *spreads* de créditos são monitorizados periodicamente, de acordo com a Política de Investimentos.

Risco de concentração

Este risco surge por falta de diversificação de contrapartes de crédito, por qualquer relação empresarial ou concentração em setores de negócio ou regiões geográficas. Resulta da volatilidade adicional existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor.

Por ser um risco plenamente diversificável, a Companhia definiu limites relativos às diferentes categorias dos ativos e contrapartes na Política de Investimentos por forma a reduzir a sua exposição.

À data de 31 de dezembro de 2018 e 2017, a carteira de ativos financeiros por setores de atividade apresentava a seguinte composição:

Euros

	2018		2017	
Setor de atividade	Valor de balanço	Peso (%)	Valor de balanço	Peso (%)
Governamental	24 923 541	38,78%	19 738 208	30,11%
Financeiro	13 277 725	20,66%	16 946 327	25,85%
Asset backed securities	5 541 484	8,62%	5 342 821	8,15%
Multinacional	4 657 909	7,25%	4 734 859	7,22%
Comunicações	4 013 224	6,24%	4 653 579	7,10%
Consumo, não cíclico	3 270 339	5,09%	3 312 992	5,05%
Utilities	3 100 272	4,82%	3 214 900	4,90%
Tecnologia	1 448 660	2,25%	1 453 056	2,22%
Consumo, cíclico	1 439 197	2,24%	2 352 633	3,59%
Materiais básicos	1 170 301	1,82%	2 678 798	4,09%
Energia	1 099 772	1,71%	1 134 032	1,73%
Industrial	329 154	0,51%	-	-
Total	**64 271 576**	**100,00%**	**65 562 205**	**100,00%**

c. Risco de liquidez

O risco relativo à possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das responsabilidades para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam traduz-se no risco de liquidez.

Por forma a assegurar um adequado perfil de liquidez dos seus ativos, a Política de Investimentos apresenta um conjunto de requisitos / limites que a carteira de investimentos deve apresentar. Adicionalmente, a Companhia monitoriza regularmente as suas responsabilidades de tesouraria face aos seus fluxos de entrada de caixa, ajustando a sua posição de acordo as suas necessidades / excedentes de capital mediante a realização de investimentos.

A análise das maturidades dos ativos e passivos financeiros à data de 31 de dezembro de 2018 e 2017 está apresentada no seguinte quadro:

Euros

2018	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Superior a 5 anos	Sem maturidade definida	Total
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	2 313 200	2 313 200
Ativos financeiros disponíveis para venda	31 675	8 059 350	21 207 653	27 285 891	7 687 007	-	64 271 576
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	2 053 148	7 843 137	-	-	-	-	9 896 285
Total	**2 084 822**	**15 902 487**	**21 207 653**	**27 285 891**	**7 687 007**	**2 313 200**	**76 481 061**
Passivo							
Outros passivos financeiros							
Depósitos recebidos de resseguradores	7 999 743	-	-	-	-	-	7 999 743
Outros credores por operações de seguros e outras operações							
Contas a pagar por operações de seguro directo	2 467 363	-	-	-	-	-	2 467 363
Contas a pagar por operações de resseguro	2 868 869	-	-	-	-	-	2 868 869
Contas a pagar por outras operações	458 534	-	-	-	-	-	458 534
Total	**13 794 509**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**13 794 509**

Euros

2017	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 3 anos	De 3 anos a 5 anos	Superior a 5 anos	Sem maturidade definida	Total
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	2 414 649	2 414 649
Ativos financeiros disponíveis para venda	1 265 600	4 729 535	26 869 893	20 387 669	12 309 508	-	65 562 205
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1 679 814	-	-	-	-	-	1 679 814
Total	**2 945 414**	**4 729 535**	**26 869 893**	**20 387 669**	**12 309 508**	**2 414 649**	**69 656 668**
Passivo							
Outros passivos financeiros							
Depósitos recebidos de resseguradores	9 713 468	-	-	-	-	-	9 713 468
Outros credores por operações de seguros e outras operações							
Contas a pagar por operações de seguro directo	2 509 793	-	-	-	-	-	2 509 793
Contas a pagar por operações de resseguro	2 891 887	-	-	-	-	-	2 891 887
Contas a pagar por outras operações	37 701	-	-	-	-	-	37 701
Total	**15 152 849**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**15 152 849**

Os valores dos depósitos recebidos de resseguradores foram considerados com maturidade até 3 meses, dado que os mesmos são recalculados numa base trimestral. Ver Nota 23.

d. Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes.

Analisando as exposições da Companhia, verifica-se que este risco encontra-se principalmente na carteira de investimentos, empresas de resseguro e clientes. Como tal, a Companhia tem definido na sua Política de Investimentos limites de exposição máxima por emissor e *rating*. Em paralelo, na Política de Resseguro da Companhia estão estabelecidos os limites máximos de exposição por resseguradora.

Assim, na escolha dos resseguradores e dos emissores de valores mobiliários são tidos em consideração os seus *ratings* e monitorizada, periodicamente, a sua evolução ao longo do ano.

A exposição da Companhia ao risco de crédito, por *rating* do emitente, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontra-se no quadro que se segue:

Euros

2018	AAA	AA	A	BBB	BB	Sem *rating*	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	2 313 200	-		-	2 313 200
Ativos financeiros disponíveis para venda	14 269 241	7 036 106	24 208 447	18 757 782	-	-	64 271 576
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	-	9 896 285	9 896 285
	14 269 241	**7 036 106**	**26 521 647**	**18 757 782**	**-**	**9 896 285**	**76 481 061**

Euros

2017	AAA	AA	A	BBB	BB	Sem *rating*	Total
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	2 414 649	-	-	-	2 414 649
Ativos financeiros disponíveis para venda	14 002 551	9 151 591	23 634 604	9 152 136	9 621 323	-	65 562 205
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	-	-	-	-	-	1 679 814	1 679 814
	14 002 551	**9 151 591**	**26 049 253**	**9 152 136**	**9 621 323**	**1 679 814**	**69 656 668**

Os quadros seguintes apresentam o *rating* atribuído a cada um dos resseguradores e a sua participação nos tratados de resseguro:

	Rating			
Ressegurador	A.M Best	S&P	Moody´s	Fitch
Axa	-	A	A2	A
AXA Partners	-	A	A2	A
GenRe	A++	AA+	Aa1	-
MapfreRe	A	A	-	-
MunichRe	A+	AA-	Aa3	AA
Nacional	A	A	-	-
PartnerRe	A	A+	A1	A+
RGA	-	AA-	-	-
SCOR Life	A+	AA-	Aa3	AA-
SwissRe	A+	AA-	Aa3	-

	Participação					
Ressegurador	Vida risco 2014	Vida risco 2014 Fac	Vida risco 2015	Vida risco CAT	Desemprego	Doenças graves
AXA	-	-	-	-	24,50%	-
AXA Partners	-	-	-	-	51,00%	-
GenRe	49,68%	100,00%	-	60,00%	-	-
Mapfre	-	-	10,00%	-	-	-
MunichRe	5,89%	-	35,00%	-	-	100,00%
Nacional	-	-	15,00%	-	-	-
PartnerRe	28,21%	-	-	-	-	-
RGA	-	-	20,00%	40,00%	24,50%	-
SCOR Life	-	-	20,00%	-	-	-
SwissRe	16,22%	-	-	-	-	-
	100,00%	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

No quadro seguinte é apresentada a comparação da exposição da Companhia à dívida pública por país entre a 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Euro

	2018		2017	
	Valor de balanço	Peso	Valor de balanço	Peso
Portugal	9 841 375	39,49%	9 621 323	48,74%
Holanda	6 610 422	26,52%	6 659 652	33,74%
Polónia	3 065 895	12,30%	1 599 880	8,11%
Espanha	2 305 422	9,25%	52 056	0,26%
Itália	2 007 778	8,06%	706 688	3,58%
Alemanha	1 092 650	4,38%	1 098 610	5,57%
	24 923 541	**100,00%**	**19 738 208**	**100,00%**

Por último, a Companhia dispõe ainda de títulos emitidos por outros emissores públicos, nomeadamente pelo European Investment Bank, cujo valor de balanço se encontra no quadro que se segue para o ano de 2018 e 2017:

Euro

	2018	2017
Outros Emissores Públicos - EIB	4 657 909	4 734 859

e. Risco operacional

O risco operacional que resulta da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos, no âmbito da atividade diária da Companhia, pode ser subdividido nas seguintes categorias:

- Má conduta profissional intencional (fraude interna);
- Atividades ilícitas efetuadas por terceiros (fraude externa);
- Práticas relacionadas com os recursos humanos e com a segurança no trabalho;
- Clientes, produtos e práticas comerciais;

- Eventos externos que causem danos nos ativos físicos;
- Interrupção da atividade e falhas nos sistemas;
- Riscos relacionados com os processos de negócio.

As principais medidas de mitigação do risco operacional existentes na Companhia são:

- Existência de Código de Conduta;
- Existência de manuais de procedimentos;
- Implementação de políticas e procedimentos de prevenção da fraude interna e externa;
- Implementação de medidas relacionadas com a segurança no acesso às bases de dados e aos sistemas de informação;
- Definição e implementação de procedimentos de gestão de recursos humanos;
- Formação às áreas que interagem diretamente com os Clientes;
- Implementação e documentação de um plano de recuperação em caso de catástrofe e realização periódica de testes e simulações ao respetivo plano;
- Implementação e documentação de um plano de continuidade de negócio, bem como de procedimentos que permitam a recuperação das atividades e funções de negócio críticas;
- Implementação de novos mecanismos de análise da relação e fluxo de informação com entidades subcontratadas, nomeadamente no que respeita a requisitos decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Por forma a assegurar que o sistema de controlo interno apresenta um nível de robustez suficiente para minimizar a ocorrência de perdas financeiras originadas, direta ou indiretamente, pelos riscos atrás mencionados, foram definidos os responsáveis pelos diferentes processos.

Assim, a Companhia dispõe de uma ferramenta que possibilita, trimestralmente, ao responsável por cada processo, reportar a informação relevante referente aos controlos operacionais, indicadores de controlo e efetuar a autoavaliação relativamente ao risco que cada atividade representa. Posteriormente, a área de controlo interno analisa a informação reportada, produz relatórios e, caso se justifique, emite recomendações, que são analisadas com o responsável pelos processos de modo a definir planos de ação, que também serão monitorizados.

Adicionalmente, a Companhia mantém um registo de perdas operacionais, no qual são registadas as perdas financeiras mais relevantes, permitindo desta forma monitorizar o risco operacional e possibilitando implementar medidas corretivas ou definir novos controlos que evitem ou reduzam a probabilidade de que tais incidentes ocorrerem no futuro.

Por último, integrado no âmbito do risco operacional, encontra-se o risco legal, que engloba, entre outros, o risco que decorre da exposição da Companhia a coimas ou outras penalidades que resultem de ações de supervisão.

Para além das medidas mencionadas anteriormente, a Companhia também dispõe das seguintes medidas de mitigação do risco legal:

- Existência / formalização de diversas políticas transversais a toda Companhia, em matéria de prevenção da fraude, subscrição ou gestão de sinistros, nas quais o risco legal é especificamente abordado;
- Formação específica referente à prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo e acompanhamento de controlos efetuados pelo distribuidor;
- Existência de procedimentos formais para monitorização do cumprimento de diversos prazos legais a que a Companhia se encontra sujeita;
- Implementação de mecanismos de monitorização do cumprimento das regras decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados, de modo a mitigar riscos legais e aplicação de coimas;
- Implementação de regras decorrentes do disposto na Diretiva de Distribuição de Seguros.

f . Risco reputacional

O risco reputacional pode ser definido como risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma perceção negativa da sua imagem entre os Clientes, Contrapartes, Acionistas ou Entidades de Supervisão, assim como do público em geral. Este risco pode ser considerado como um risco que resulta da ocorrência de outros riscos mais do que um risco autónomo.

A Companhia tem plena consciência da importância da sua imagem no mercado, bem como dos nomes e marcas que lhe estão associados, sendo a gestão deste risco uma preocupação constante.

Apresentam-se algumas medidas em implementação que permitem mitigar este risco:

- A implementação de um Código de Conduta, que regula um conjunto de comportamentos, entre os quais a comunicação com as entidades supervisoras, comunicação social e utilização de informação confidencial, entre outros aspetos;
- Existência de processos para o lançamento e aprovação de produtos, e respetiva documentação pré-contratual, contratual e publicitária / comercial;
- No que respeita a temas que poderão ter impacto na relação com entidades externas e com o mercado, a Companhia conta com o suporte de uma sociedade de Advogados, no sentido de assegurar a conformidade face aos requisitos regulamentares e legais;
- Constituição de uma função autónoma de gestão de reclamações;
- Nomeação de um Provedor do Cliente;
- Publicação de uma Política de Tratamento de Clientes;
- Monitorização dos níveis de serviço nas respostas a Clientes e a Entidades de Supervisão;

- Implementação de uma política de proteção de dados;
- Implementação de uma política de prevenção de branqueamento de capitais;
- Nomeação de um *Data Proteccion Officer* como meio de assegurar a conformidade e a proteção dos dados, com destaque para os dados de Clientes, incluindo dados sensíveis.

g. Risco estratégico

O risco estratégico assume relevância quando a Companhia se depara com a complexidade de avaliar o futuro, ou seja, definir uma estratégia. Cada decisão será sempre acompanhada de certos limites de risco. Os diferentes fatores externos, como os concorrentes, a situação económica, os Clientes ou os Fornecedores, são essenciais na definição de uma estratégia e na análise do risco que esta pode envolver. A análise do risco estratégico integra mecanismos de crescimento, oportunidade e competitividade. Este risco tem por base decisões que podem construir ou destruir o negócio.

Assim, a Companhia define objetivos estratégicos de alto nível, aprovados e supervisionados ao nível do Conselho de Administração, por forma gerir este risco. As decisões estratégicas encontram-se devidamente suportadas e são sempre avaliadas do ponto de vista de exigência de custos e capital, necessários à sua prossecução.

28. Solvência

Os objetivos da Companhia são claros no que se refere aos requisitos de capital, privilegiando-se amanutenção de rácios de solvabilidade robustos e saudáveis, como indicadores de uma situação financeira estável. A Companhia gere os requisitos de capital numa base regular, atenta às alterações das condicionantes económicas, bem como ao seu perfil de risco. Durante o decorrer do ano de 2018 a Companhia desenvolveu os diversos processos respeitantes ao Regime de Solvência II, tendo por base o definido na Lei n.º 147/2015, de 9 de Setembro.

É entendimento do Conselho de Administração, tendo por base a informação financeira e regulatória disponível, que a Companhia dispõe de um adequado rácio de cobertura dos requisitos de capital em 31 de dezembro de 2018.

O rácio de solvência em 31 de dezembro de 2018 será apresentado no relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, a ser reportado pela Companhia durante o mês de abril de 2019.

29. Eventos Subsequentes

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

Anexo 1 — 1.ª Parte

Euros

Identificação dos títulos					Valor de balanço	
Categoria	Designação	Valor nominal	Preço médio de aquisiçao	Valor total de aquisição	Unitário (incluí juros decorridos)	Total
Títulos nacionais						
Dívida pública						
	PORTUGAL 4,95% 25/10/2023 (6756)	2 100 000	123,7	2 597 905	122,2	2 566 780
	PORTUGAL 4,80% 15/06/2020 (6779)	2 000 000	116,1	2 322 000	110,1	2 202 020
	PORTUGAL 2,875% 21/07/2026 (8653)	1 500 000	98,5	1 477 850	112,1	1 681 004
	PORTUGAL 2,2% 17/10/2022 (8912)	1 230 000	106,0	1 303 623	108,2	1 331 402
	PORTUGAL 3,85% 15/04/2021 (8913)	1 090 000	112,0	1 220 780	112,0	1 220 740
	PORTUGAL 4,75% 14/06/2019 (7130)	800 000	110,3	882 192	104,9	839 430
Outros emissores						
	MTGE VOLTA ELECT 1,99% 12/02/2019 (8373)	31 557	100,0	31 557	100,4	31 675
Títulos estrangeiros						
Ações						
	PARTICIPACIONES AEGON AIE (6820)	100	100,0	100	100,0	100
Dívida pública						
	HOLANDA 1,75% 15/07/2023 (8406)	5 000 000	108,5	5 427 400	110,1	5 504 314
	ESPAÑA 2,75% 31/10/2024 (8339)	2 050 000	111,6	2 288 468	112,5	2 305 422
	POLONIA 3,375% 09/07/2024 (7587)	1 780 000	117,1	2 083 685	117,0	2 082 941
	ITALIA 0,65% 15/10/2023 (9181)	1 400 000	99,3	1 389 934	95,5	1 336 853
	HOLANDA 2,25% 15/07/2022 (8420)	1 000 000	111,3	1 112 700	110,6	1 106 108
	ALEMANIA 1,5% 15/02/2023 (8419)	1 000 000	106,9	1 068 700	109,3	1 092 650
	POLONIA 3% 15/01/2024 (8997)	850 000	115,0	977 432	115,6	982 955
	FLO - ITALIA 0,427% 15/07/2023 (8980)	700 000	100,4	702 821	95,8	670 925
Outros emissores públicos						
	EIB 1,375% 15/09/2020 (8460)	4 500 000	105,5	4 747 500	103,5	4 657 909
Outros emissores						
	GOLDMAN SACHS 2.5% 18/10/2021 (8375)	2 000 000	109,5	2 190 600	105,6	2 112 797
	AMERICA MOVIL 4,125% 25/10/2019 (7869)	2 000 000	115,5	2 309 304	104,0	2 080 124
	COCA COLA 1,125% 22/09/2022 (8400)	2 000 000	103,6	2 071 000	103,4	2 068 764
	FLO - MORGAN STANLEY 19/11/2019 (8295)	2 000 000	100,4	2 008 880	100,5	2 009 756
	NORDEA BANK 4,5% 26/03/2020 (7826)	1 700 000	116,3	1 977 114	108,6	1 845 725
	EDF 3,875% 18/01/2022 (8180)	1 500 000	117,9	1 768 890	114,5	1 717 724
	NAT AUSTRALIA BANK 4,625% 2020 (6687)	1 500 000	118,1	1 771 950	108,9	1 633 942
	APPLE 1% 10/11/2022 (8401)	1 400 000	103,3	1 446 408	103,5	1 448 660
	VATTENFALL 6,25% 17/03/2021 (6873)	1 000 000	131,7	1 317 400	118,3	1 182 946
	FLO - GOLDMAN SACHS 29/10/2019 (8362)	1 150 000	100,8	1 158 625	100,3	1 153 700
	REPSOL 3,625% 07/10/2021 (8235)	1 000 000	114,6	1 146 450	110,0	1 099 772

Anexo 1 — 2.ª Parte

Euros

Identificação dos títulos					Valor de balanço	
Categoria	Designação	Valor nominal	Preço médio de aquisiçao	Valor total de aquisição	Unitário (incluí juros decorridos)	Total
	OPTUS 3,50% 15/09/2020 (6823)	1 000 000	115,1	1 150 800	106,5	1 065 420
	POPULAR 1,00% 03/03/2022 (8582)	1 000 000	100,0	1 000 000	103,5	1 034 631
	SANTANDER 0,75% 09/09/2022 (8530)	1 000 000	99,4	993 500	102,6	1 025 712
	BANCO SABADELL 0,875% 12/11/2021 (8531)	1 000 000	99,4	994 200	102,2	1 022 265
	CARGILL 1,875% 04/09/2019 (7551)	1 000 000	106,5	1 064 500	101,8	1 018 252
	LLOYDS 4,875% 13/01/2023 (7394)	700 000	130,5	913 570	123,0	861 311
	FLO-COMMON. BANK AUST 21/01/2020 (8351)	800 000	100,4	803 040	100,2	801 848
	CALL - UBS 0,25% 10/01/2022 (9209)	700 000	99,4	695 618	99,7	698 083
	CALL - MERLIN 2,375% 23/05/2022 (8927)	600 000	106,0	635 820	105,1	630 687
	BPCE 4,90% 02/11/2019 (6910)	600 000	119,0	713 790	104,8	628 935
	CALL - GLENCORE 18/01/2022 (8965)	600 000	103,3	619 980	102,1	612 437
	NATIONWID 0,75% 26/10/2022 (8991)	600 000	102,2	613 200	102,0	611 866
	CALL - RENAULT 1,00% 17/05/2023 (9338)	620 000	100,0	619 876	98,5	610 654
	CALL - AT&T 1,45% 01/06/2022 (8925)	550 000	103,1	567 116	103,0	566 677
	CALL - GLENCORE 1,25% 17/03/2021 (8981)	550 000	102,7	564 905	101,4	557 863
	BANK OF AMERICA 0,75% 26/07/2023 (9178)	550 000	99,8	548 790	99,5	547 045
	CAJAMAR 1,25% 26/01/2022 (9024)	500 000	103,2	516 000	103,8	518 940
	BMW 1,00% 15/02/2022 (8550)	500 000	100,0	499 770	102,7	513 370
	BERKSHIRE 0,25% 17/01/2021 (8926)	500 000	100,3	501 490	100,5	502 592
	FLO - SKANDINAVISKA 15/09/2020 (8529)	500 000	99,9	499 345	100,5	502 316
	NAB 2,25% 06/06/2025 (9363)	390 000	110,3	430 108	111,6	435 085
	ST GOBAIN 4,5% 30/09/2019 (8941)	315 000	110,1	346 658	104,5	329 154
	RENAULT 2,25% 29/03/2021 (9027)	300 000	106,9	320 586	105,1	315 173
	TELEFONICA 0,318% 17/10/2020 (8928)	300 000	100,4	301 134	100,3	301 003
	MS 1,875% 30/03/2023 (9339)	200 000	104,5	208 982	105,1	210 300
	RED ELECTRICA 1% 21/04/2026 (8607)	200 000	99,6	199 206	99,8	199 602
	CARREFOUR 4% 09/04/2020 (8855)	170 000	110,8	188 387	107,8	183 323

Anexo 2

Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)

Euros

Ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2017 (1)	Custos com sinistros* montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/2018	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Vida	7 210 094	3 291 072	2 678 801	(1 240 221)

* Sinistros ocorridos em anos anteriores

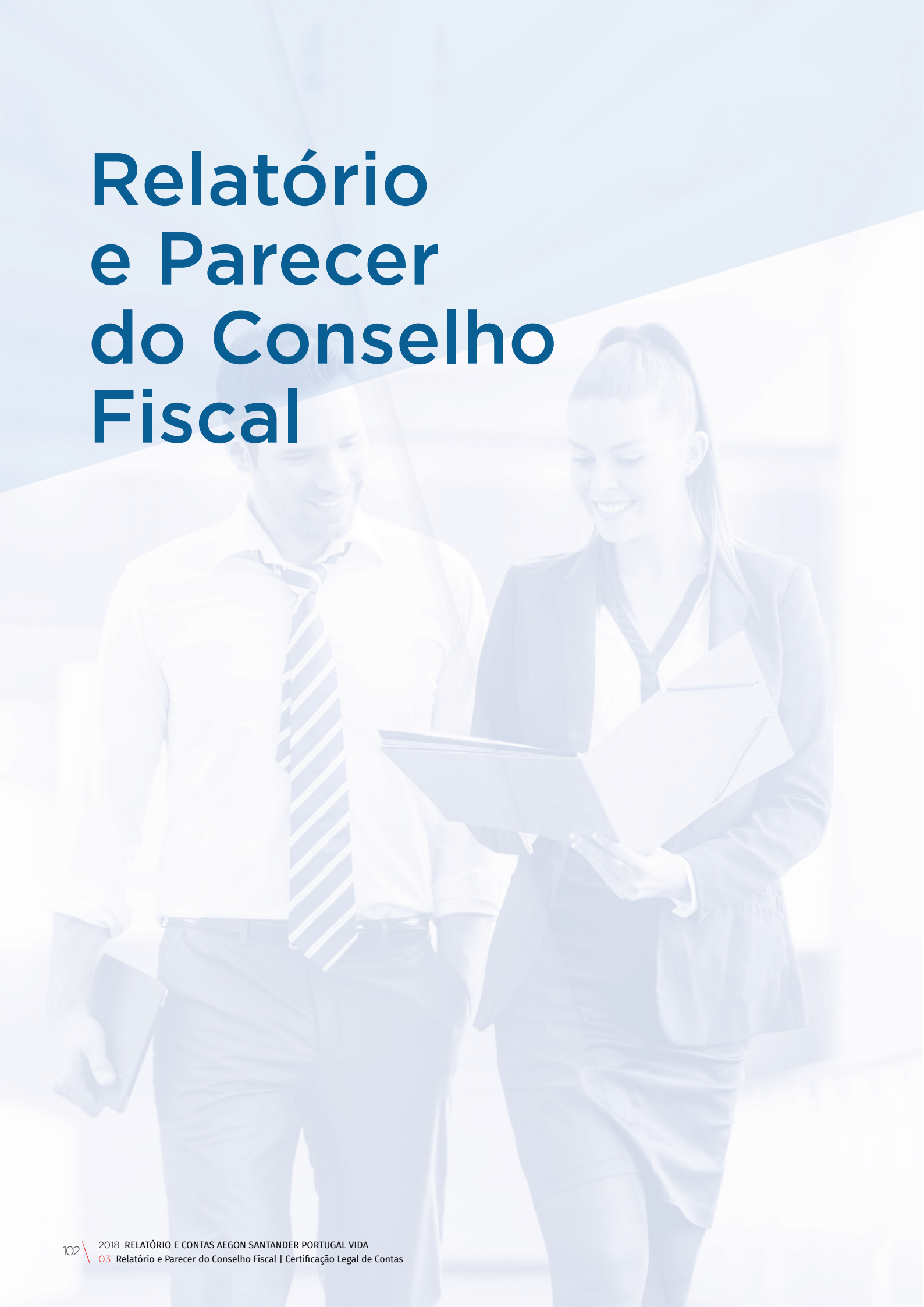
03

03

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL
Exercício de 2018

O presente relatório da atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal durante o ano de 2018, bem como o Parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (Companhia), da responsabilidade e apresentados pelo Conselho de Administração, são emitidos em obediência ao disposto no art.º 420, n.º 1, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais.

RELATÓRIO ANUAL

As nove reuniões que o Conselho Fiscal efetuou em 2018 e as três que efetuou em 2019 sobre a atividade e contas de 2018 da Companhia, tiveram a participação de todos os seus membros, tendo cinco delas contado com a presença do Administrador Delegado e do Diretor Financeiro e seis delas com a presença de representantes do Revisor Oficial de Contas da Companhia. Para além dessas reuniões, e independentemente do trabalho realizado por cada um dos seus membros para efeitos da análise da documentação disponibilizada e do acompanhamento da situação financeira e da atividade e modelo organizacional da Companhia, realizaram-se contactos pontuais sempre que as circunstâncias o justificaram.

O Conselho Fiscal esteve presente na reunião da Assembleia Geral em que foram apreciados e aprovados o relatório de gestão e as contas do exercício de 2017, bem como na reunião do Conselho de Administração em que este órgão apreciou e deliberou sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2018 a submeter à aprovação da Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal, para além das reuniões, ainda manteve contactos, durante o ano, com os representantes do Revisor Oficial de Contas.

No cumprimento das competências que lhe estão legalmente atribuídas e que constam do seu regulamento, o Conselho Fiscal desenvolveu, durante o ano de 2018, várias atividades de que se destacam as que de seguida se elencam.

Foi feito o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Companhia ao longo do ano, mediante a leitura das actas das reuniões do Conselho de Administração, da informação mensal sobre a atividade e resultados e de outra documentação relevante, bem como através dos contactos mantidos com os seus responsáveis, tendo-se obtido todos os esclarecimentos solicitados.

Observou-se o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis bem como das instruções emanadas pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, não tendo sido detetadas situações de incumprimento.

Foi, designadamente, prestada especial atenção ao relatório anual sobre a solvência e a situação financeira, à política de gestão de capital, aos princípios, procedimentos e linhas de reporte que compõem o sistema de governação, ao relatório de autoavaliação dos riscos e da solvência (relatório ORSA), ao relatório anual de *compliance* e aos relatórios da auditoria interna.

Foram apreciadas as políticas contabilísticas e as bases de mensuração utilizadas na elaboração da informação financeira anual a fim de ajuizar da correção na avaliação do património e dos resultados.

Foram analisados e debatidos com a Administração e responsáveis da Companhia o relatório de gestão bem como as demonstrações financeiras, entendendo o Conselho Fiscal que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação veiculada naqueles documentos foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo, posição financeira e resultados da Companhia.

Foram debatidas com os representantes do Revisor Oficial de Contas as questões fundamentais decorrentes da revisão legal das contas, no âmbito do acompanhamento da forma como a mesma se desenvolveu, tendo-se considerado que essa revisão foi realizada com total independência, e foram apreciados o Relatório Adicional e a Certificação Legal das Contas, emitidos nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, documentos que mereceram o acordo do Conselho. Foram, ainda, analisados os pedidos de aprovação prévia quanto à prestação pelo Revisor Oficial de Contas de serviços distintos da auditoria não proibidos e, consequentemente, emitidos os correspondentes pareceres de aprovação.

Foi analisado o trabalho desenvolvido pelo Revisor Oficial de Contas no período do seu primeiro mandato, na sequência do que o Conselho Fiscal, nos termos da legislação em vigor, emitiu e apresentou na Assembleia Geral da Companhia a competente proposta de recondução.

No contexto da sua atividade fiscalizadora, o Conselho não se deparou com quaisquer constrangimentos e não lhe foi reportada, nem verificou, qualquer irregularidade ou ato lesivo dos interesses da Companhia, por parte dos seus acionistas, colaboradores ou outros.

O Conselho Fiscal salienta e expressa o seu agradecimento pela empenhada colaboração e apoio que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Face ao exposto e em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as demonstrações financeiras da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2018, a Conta de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Alterações do Capital Próprio, dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o Anexo às demonstrações financeiras, são adequados à compreensão da situação patrimonial da Companhia no fim do exercício, e ao modo como se desenrolou a atividade.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A., aprove:

a) O Relatório do Conselho de Administração e as contas do exercício de 2018;

b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 25 de março de 2019

O CONSELHO FISCAL

José Duarte Assunção Dias (Presidente)

António Baia Engana (Vogal)

Maria Manuela de Carvalho Silva Vinhas Lourenço (Vogal)

Certificação Legal de Contas

pwc

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. (adiante designada por "Aegon Santander Portugal Vida" ou "Companhia"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 98.530.985 euros e um total de capital próprio de 31.114.044 euros, incluindo um resultado líquido de 12.272.939 euros), a conta de ganhos e perdas, a demonstração do rendimento integral, a demonstração de variações do capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Aegon Santander Portugal Vida – Companhia de Seguros de Vida, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação da opinião e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

9

Matérias relevantes de auditoria	*Síntese da abordagem de auditoria*
Ativo intangível - Carteira de seguros de vida risco *Mensuração e divulgação relacionada com o ativo intangível relativo à carteira de seguros de vida risco apresentada nas notas 1, 2 c) e 18 das notas anexas às demonstrações financeiras.* O montante do ativo intangível relativo à carteira de seguros de vida risco apresentado na demonstração da posição financeira ascende a 4.440 milhares de euros em 31 de dezembro de 2018. Em 31 de dezembro de 2014 e após constituição da Aegon Santander Portugal Vida, a Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. transferiu para a Companhia uma carteira de seguros relativa a apólices de seguros de vida risco individual, subscritas a partir de 1 de julho de 2012 através da rede de distribuição do Banco Santander Totta, S.A. A referida carteira de seguros foi reconhecida pelo montante inicial de 9.300 milhares de euros, a amortizar ao longo do período em que se espera que a mesma venha a gerar benefícios económicos para a Companhia. De forma a aferir sobre a recuperabilidade do valor líquido contabilístico da referida carteira a Companhia analisa, anualmente, se existem indícios de imparidade, tendo em consideração a expetativa dos fluxos de caixa futuros associados às apólices transferidas, os pressupostos inerentes à evolução da carteira e as condições atuais do mercado. Nessa medida, esta constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.	A nossa equipa desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria: • Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da recuperabilidade do ativo intangível reconhecido; • Apreciação da metodologia adotada para testar a existência de indícios de imparidade e para o reconhecimento de amortizações. Também avaliamos se as divulgações consideradas pela Companhia nas notas anexas às demonstrações financeiras estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Matérias relevantes de auditoria	*Síntese da abordagem de auditoria*
Provisões técnicas de seguro direto	
Mensuração e divulgação relacionada com as provisões técnicas de seguro direto apresentada nas notas 2 l), 3 e 19 das notas anexas às demonstrações financeiras.	
As provisões técnicas de seguro direto apresentadas na demonstração da posição financeira ascendem a 48.802 milhares de euros, representando 72% do total do passivo da Companhia em 31 de dezembro de 2018. As responsabilidades futuras da Companhia, decorrentes dos contratos de seguro celebrados, são determinadas tendo por base diversos pressupostos, os quais têm em consideração a experiência da Companhia e do mercado, sendo ajustados sempre que se demonstre necessário. As referidas responsabilidades de seguro direto, decorrentes dos contratos de seguro celebrados pela Companhia, respeitam à provisão matemática e à provisão para sinistros. Os pressupostos utilizados na determinação das referidas provisões técnicas poderão ser afetados por eventos internos e/ou externos, tais como alterações nos procedimentos de gestão de sinistros, mortalidade, inflação e alterações legais. Nesta medida, esta constitui uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.	A nossa equipa, integrando especialistas em atuariado, desenvolveu os seguintes principais procedimentos de auditoria: • Identificação e compreensão dos principais controlos existentes para a avaliação da adequação das responsabilidades relativas às provisões técnicas de seguro direto; • Verificação da efetividade dos controlos implementados pela Companhia; • Realização de procedimentos substantivos e de revisão analítica. Também avaliamos se as divulgações consideradas pela Companhia nas notas anexas às demonstrações financeiras relativamente às provisões técnicas de seguro direto estão em conformidade com o requerido pelo normativo contabilístico em vigor.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;

b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;

d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

e) avaliação da capacidade da Companhia para se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam

adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;

g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Companhia, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

a) Fomos nomeados auditores da Aegon Santander Portugal Vida pela primeira vez para o triénio compreendido entre 2015 e 2017, na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2015. A nossa segunda nomeação ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 26 de março de 2018, para o triénio compreendido entre 2018 e 2020.

b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.

c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta mesma data.

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

22 de março de 2019

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:

Carlos Manuel Sim Sim Maia, R.O.C.

AEGON Santander SEGUROS DE VIDA

Rua da Mesquita, nº 6 - 1070-238 Lisboa - Tel.: 21 780 73 69